

C1 Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração da Posição Financeira Separada

Demonstração de Resultados Separados

Demonstração do Rendimento Integral Separado

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Separados

Notas às Contas Separadas

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2022			2021
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 11	267.048.385	-	267.048.385	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 e 11	3.139.982.402	-	3.139.982.402	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 6 e 11	3.867.906.794	-	3.867.906.794	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7 e 11	6.084.732.332	-	6.084.732.332	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8 e 11	792.554.208	-	792.554.208	939.661.097
Terrenos e edifícios		123.525.214	(42.904.522)	80.620.692	112.812.049
Terrenos e edifícios de uso próprio	9 e 11	91.621.835	(42.904.522)	48.717.314	53.025.730
Terrenos e edifícios de rendimento	10 e 11	31.903.379	-	31.903.379	59.786.319
Outros ativos tangíveis	11 e 12	93.295.317	(74.969.649)	18.325.669	18.747.194
Inventários	12	11.002	-	11.002	1.644
Outros ativos intangíveis	13	125.873.796	(60.671.097)	65.202.699	53.107.454
Provisões técnicas de resseguro cedido		437.484.175	-	437.484.175	385.916.544
Provisão para prémios não adquiridos	14	103.120.209	-	103.120.209	82.555.208
Provisão matemática do ramo vida	14	29.569.744	-	29.569.744	27.004.267
Provisão para sinistros	14	269.835.673	-	269.835.673	253.812.077
Outras provisões técnicas	14	34.958.549	-	34.958.549	22.544.992
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	32	25.211.651	-	25.211.651	12.122.242
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		299.110.694	(23.922.052)	275.188.642	210.966.954
Contas a receber por operações de seguro direto	15	186.244.283	(9.653.232)	176.591.051	164.220.109
Contas a receber por outras operações de resseguro	15	24.321.551	(7.257.888)	17.063.663	26.496.524
Contas a receber por outras operações	15	88.544.861	(7.010.932)	81.533.928	20.250.321
Ativos por impostos		384.714.884	-	384.714.884	148.438.554
Ativos por impostos correntes	16	6.184.787	-	6.184.787	19.376
Ativos por impostos diferidos	16	378.530.097	-	378.530.097	148.419.178
Acréscimos e diferimentos	17	14.491.141	-	14.491.141	13.214.978
TOTAL ATIVO		15.655.941.996	(202.467.319)	15.453.474.676	16.694.315.808

FP JB

Ry ZV

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

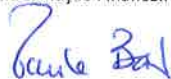
Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
PASSIVO			
Provisões técnicas		4.044.676.347	4.247.263.520
Provisão para prémios não adquiridos	19	359.525.471	321.833.928
Provisão matemática do ramo vida	19	1.613.365.329	1.797.846.377
Provisão para sinistros		1.892.795.637	1.921.611.319
De vida	19	111.248.039	113.423.958
De acidentes de trabalho	19	978.284.702	1.009.412.309
De outros ramos	19	803.262.896	798.775.053
Provisão para participação nos resultados	19	26.194.124	62.290.771
Provisão para compromissos de taxa	19	16.561.158	17.780.388
Provisão para estabilização de carteira	19	24.110.995	25.803.587
Provisão para desvios de sinistralidade	19	35.173.070	32.960.468
Provisão para riscos em curso	19	41.162.650	43.924.719
Outras provisões técnicas	19	35.787.913	23.211.963
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	20	7.706.860.682	8.016.951.962
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 21	169.256.597	312.638.571
Outros passivos financeiros		675.328.860	657.956.624
Passivos subordinados	21	502.164.558	501.053.722
Depósitos recebidos de resseguradores	21	149.622.749	130.146.691
Outros	21	23.541.553	26.756.211
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	32	6.053.370	88.245
Outros credores por operações de seguros e outras operações		233.154.345	253.171.674
Contas a pagar por operações de seguro direto	22	110.793.618	105.557.345
Contas a pagar por outras operações de resseguro	22	99.287.210	85.915.611
Contas a pagar por outras operações	22	23.073.516	61.698.719
Passivos por impostos		167.583.019	137.145.214
Passivos por impostos correntes	16	41.393.912	49.770.423
Passivos por impostos diferidos	16	126.189.106	87.374.791
Acréscimos e diferimentos	23	130.099.564	134.321.454
Outras provisões	24	91.788.376	122.696.254
TOTAL PASSIVO		13.224.801.159	13.882.233.518
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	509.263.524	509.263.524
(Ações próprias)	25	(148.960)	(148.960)
Outros instrumentos de capital	25	-	164.977.301
Reservas de reavaliação	26	(648.296.673)	85.093.212
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	26	(649.401.116)	60.268.208
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	26	407.026	640.095
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	26	(6.466.670)	(708.391)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	26	7.164.087	24.893.300
Reserva por impostos diferidos	26	194.310.590	(30.977.971)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	26	(801.983)	(1.394.347)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	5 e 26	15.681.970	59.380.408
Outras reservas	26	1.803.528.267	1.761.000.541
Resultados transitados	26	242.693.767	52.605.672
Resultado do exercício	26	112.443.017	212.282.911
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.228.673.518	2.812.082.290
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		15.453.474.676	16.694.315.808

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira



Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado



Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração



Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente



Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2022				2021
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		237.173.494	1.048.600.583	-	1.285.774.077	1.206.185.417
Prémios brutos emitidos	27	266.323.183	1.799.999.275	-	2.066.322.458	1.893.341.194
Prémios de resseguro cedido	27	(28.890.264)	(727.777.013)	-	(756.667.276)	(668.543.080)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	19 e 27	(252.075)	(51.004.602)	-	(51.256.677)	(40.256.747)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	14 e 27	(7.351)	27.382.923	-	27.375.572	21.644.050
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	28	1.171.456	-	-	1.171.456	1.076.679
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(351.313.089)	(620.261.702)	-	(971.574.791)	(1.022.356.420)
Montantes pagos		(355.622.219)	(659.164.445)	-	(1.014.786.664)	(932.347.752)
Montantes brutos	29 e 30	(367.328.637)	(1.052.762.435)	-	(1.420.091.072)	(1.269.119.745)
Parte dos resseguradores	29	11.706.418	393.597.990	-	405.304.408	336.771.993
Provisão para sinistros (variação)		4.309.130	38.902.743	-	43.211.874	(90.008.667)
Montante bruto	29	1.701.338	24.927.171	-	26.628.509	(169.929.842)
Parte dos resseguradores	29	2.607.792	13.975.573	-	16.583.365	79.921.175
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	29	2.911.822	379.987	-	3.291.809	(6.678.478)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		195.479.702	-	-	195.479.702	191.766.358
Montante bruto	19 e 29	192.886.605	-	-	192.886.605	186.297.495
Parte dos resseguradores	29	2.593.098	-	-	2.593.098	5.468.863
Participação nos resultados, líquida de resseguro	14, 19 e 29	95.476	(83.410)	-	12.066	(14.353.435)
Custos e gastos de exploração líquidos		(114.958.416)	(349.337.342)	-	(464.295.758)	(430.509.514)
Custos de aquisição	30	(96.449.722)	(346.490.443)	-	(442.940.166)	(413.854.490)
Custos de aquisição diferidos (variação)	19	(5.656)	11.124.662	-	11.119.006	6.154.527
Gastos administrativos	30	(26.856.332)	(94.443.247)	-	(121.299.579)	(107.381.977)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	30	8.353.294	80.471.687	-	88.824.981	84.572.426
Rendimentos		170.845.896	73.722.377	12.622.080	257.190.353	268.046.690
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	33	121.751.468	29.328.611	4.050.019	155.130.099	158.467.549
De outros	33	49.094.428	44.393.766	8.572.060	102.060.255	109.579.141
Gastos financeiros		(17.719.735)	(6.840.422)	(33.748.068)	(58.308.224)	(66.666.161)
De outros	30 e 34	(17.719.735)	(6.840.422)	(33.748.068)	(58.308.224)	(66.666.161)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(2.700.529)	(1.554.179)	(61.749)	(4.316.458)	(7.070.889)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	25	3.708.402	(1.554.179)	(25.653)	2.128.569	10.817.283
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		264.599	-	-	264.599	27.517
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	20 e 35	(6.673.530)	-	-	(6.673.530)	(17.915.898)
De outros	35	-	-	(36.096)	(36.096)	209
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(153.406.064)	(85.979.079)	(6.173.020)	(245.558.163)	(235.232.649)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	36	(153.406.064)	(85.979.079)	(6.173.020)	(245.558.163)	(235.232.649)
Diferenças de câmbio	37	32.709.927	42.423.683	(1.328.866)	73.804.743	252.286.852
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	38	-	10.024.647	(218.975)	9.805.671	2.933.659
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		322.430	3.311.095	11.067.364	14.700.889	(16.718.940)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	39	378.279	(1.499.337)	730	(1.120.328)	(4.643)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	39	(0)	(1.865)	-	(1.865)	1.483.335
De outros	39	(55.849)	4.812.297	11.066.634	15.823.082	(18.197.632)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	36	43.311.690	557.899	(97.105)	43.772.485	151.247.862
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	40	10.948	1.184.925	-	1.195.873	11.799.224
Outros rendimentos/gastos	41	-	-	2.319.196	2.319.196	(806.490)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	18	-	-	-	-	3.890.250
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		43.935.011	116.149.062	(15.619.145)	144.464.928	288.840.015
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	42	-	-	(26.405.405)	(26.405.405)	(73.023.642)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	42	-	-	(5.616.506)	(5.616.506)	(3.533.462)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		43.935.011	116.149.062	(47.641.056)	112.443.017	212.282.911

Lisboa, 23 de fevereiro de 2023

Diretor de Contabilidade e Informação Financeira

Contabilista Certificado

Pelo Conselho de Administração








Ana Paula Bailão Rodrigues

Filipa Jesus Martins Pires

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente


Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em euros)

	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	112.443.017	212.282.911
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto		
Valorização	(716.127.727)	(121.632.005)
Imparidade	(20.540.386)	(7.960.016)
Alienação	2.128.569	10.817.283
Participação dos segurados - produtos vida com participação	24.870.220	17.889.652
Imposto diferido	180.174.387	29.576.121
Imposto corrente - produtos vida com participação	28.682.875	2.514.862
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(19.420.058)	(7.955.373)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	1.690.845	1.050.943
Imposto diferido	5.910.757	2.077.363
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		
Valor bruto	(43.863.874)	(151.706.174)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	165.436	956.344
Imposto diferido	11.199.374	27.028.377
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(6.012.933)	1.993.679
Participação dos segurados - produtos vida com participação	254.653	(120.289)
Imposto diferido	1.685.507	(429.265)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valor bruto	(801.983)	(1.394.347)
Imposto corrente	168.417	427.822
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	(233.069)	(635.940)
Imposto diferido	92.317	(559.015)
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	14.324.039	5.830.456
Benefícios de saúde	6.975.396	460.118
Imposto corrente	-	(21.795)
Imposto diferido	(2.197.250)	(144.937)
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(530.874.488)	(191.936.137)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	(418.431.472)	20.346.774

TP 8

ZP

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2022 E 2021

Nº de identificação Fiscal: 509.918.890

(Valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	Reserva legal	Outras Reservas			Resultados transiçados	Resultado do exercício	Total
							Prêmios de emissão	Reserva Fidejussória	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	824.091.865	191.645.278	91.447.502	-	210.130.237	211.237.924	382.866.154	91.335.345	942.789.756	28.450.543	150.834.217	2.941.733.817
Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	15.083.422	-	-	111.597.365	-	-	-
Reembolso de prestações suplementares	(150.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000.000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(100.385.086)	32.090.983	-	-	-	-	-	-	-	-	(68.794.103)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(6.904.431)	2.077.363	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.827.068)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	27.028.377	-	(150.745.829)	-	-	-	-	-	-	(123.721.453)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	1.873.390	(429.265)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.444.125
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	427.822	(1.394.347)	-	-	-	-	-	-	-	(966.525)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(635.940)	(559.015)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.194.954)
Desvios atuariais	-	-	(166.732)	-	-	-	-	-	6.250.575	1.699	-	6.133.842
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.699
Resultado líquido do período	674.091.865	85.099.212	30.977.971	(1.394.347)	59.380.408	226.321.345	382.866.154	91.335.345	1.060.677.696	52.605.672	212.282.911	2.812.082.290
Saldos em 31 de dezembro de 2021	150.000.000	(709.669.324)	(427.822)	1.394.347	-	21.228.291	-	-	190.088.095	-	(212.282.911)	(164.977.301)
Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso de prestações suplementares	(164.977.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(164.977.301)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(709.669.324)	208.857.262	-	-	-	-	-	-	-	-	(500.812.062)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(17.725.413)	5.910.757	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.814.656)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	-	11.199.374	-	(43.698.438)	-	-	-	-	-	-	(32.499.064)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	(5.758.279)	1.685.507	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.072.772)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	168.417	(801.983)	-	-	-	-	-	-	-	(633.567)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(233.069)	92.317	-	-	-	-	-	-	-	-	(140.752)
Desvios atuariais	-	-	(2.137.250)	-	-	-	-	(91.335.345)	21.299.435	-	-	19.102.185
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	509.114.554	(648.296.673)	194.310.590	(801.983)	15.681.970	247.549.696	382.866.154	-	1.173.312.476	249.693.767	112.443.017	2.228.673.518
Saldos em 31 de dezembro de 2022												

TP 88

14/2

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

	2022	2021
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	112.443.017	212.282.911
Ajustamentos por:		
Amortização do exercício de terrenos e edifícios de uso próprio	614.594	638.942
Amortização de ativos tangíveis	4.023.200	4.370.594
Depreciação de ativos de direito de uso	11.682.915	12.509.006
Amortização de ativos intangíveis	4.003.084	4.429.997
Ganhos e perdas de filiais e associadas	36.096	(209)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(14.700.889)	16.718.940
Ganhos/perdas da aplicação da abordagem da sobreposição	(43.772.485)	(151.247.862)
Rendimento proveniente de ativos/passivos de investimento	(90.968.368)	(284.773.944)
Pagamento de juros relativos às locações	743.520	209.123
Juros suportados	22.366.484	12.778.576
Juros obtidos	(22.703)	(35.827)
Pagamento de locação de curto-prazo	7.058	17.966
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	26.405.405	73.023.642
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	5.616.506	3.533.462
Variações:		
Variação da provisão de prémios não adquiridos	37.691.543	34.091.514
Variação da provisão matemática do ramo vida	(184.481.047)	(181.597.278)
Variação da provisão para sinistros	(28.815.683)	173.941.953
Variação da provisão de contratos de seguro de resseguro cedido	(51.567.631)	(115.588.729)
Variação de outras provisões técnicas	(19.841.155)	8.880.260
Variação de outras provisões não técnicas	(30.907.879)	12.727.323
Variação de acréscimo e diferimentos ativos/passivos	(5.498.053)	5.251.278
Variação de passivos decorrentes de contratos de investimento	(310.091.279)	(259.672.837)
Variação de outros passivos financeiros	19.476.058	21.716.569
Variação de outros devedores por operações de seguros e outras operações	21.376.660	(1.980.697)
Variação de outros credores por operações de seguros e outras operações	9.001.610	1.972.991
Variação de inventários	(9.357)	313.503
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(505.188.778)	(395.488.834)
Pagamento/Recebimento de impostos	(103.825.913)	(16.274.966)
Caixa líquida das atividades operacionais	(609.014.692)	(411.763.800)
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Investimentos de capital em filiais e associadas	(406.826.639)	110.689.794
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(451.479.600)	(924.307.273)
Variação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.371.193.097	617.932.007
Variação de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	149.962.728	314.629.613
Aquisições de terrenos e edifícios de rendimento	(1.647.550)	(1.285.062)
Aquisições de terrenos e edifícios de uso próprio	(7.757.445)	(8.991.763)
Aquisições de outros ativos tangíveis	(2.818.919)	(2.509.363)
Aquisições de outros ativos intangíveis	(16.098.330)	(17.834.560)
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de rendimento	42.256.859	11.095.914
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de terrenos e edifícios de uso próprio	11.047.122	14.204.449
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de outros ativos tangíveis	10.274	47.509
Variação de outros ativos	-	7.250.000
Recebimento de dividendos	74.550.915	106.655.132
Variação de derivados detidos para negociação	(220.073.850)	153.698.450
Variação de passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(34.146.488)
Rendimento proveniente de depósitos à ordem	10.485.634	5.973.336
Caixa líquida das atividades de investimento	552.804.295	353.101.695
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Emissão de dívida	1.110.836	501.053.722
Juros suportados	(22.366.484)	(12.778.576)
Juros obtidos	22.703	35.827
Pagamento relativo às locações (Nota 21)	(11.682.915)	(12.509.006)
Pagamento de juros relativos às locações (Nota 21)	(743.520)	(209.123)
Pagamento de locação de curto-prazo	(7.058)	(17.966)
Prestações suplementares	(164.977.301)	(150.000.000)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(198.643.738)	325.574.878
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	(254.854.135)	266.912.773
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	521.902.520	254.989.747
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	267.048.385	521.902.520

FP B

PA Z

Índice

1.	Nota Introdutória.....	3
2.	Políticas Contabilísticas	4
3.	Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	37
4.	Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	38
5.	Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	41
6.	Derivados.....	43
7.	Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas	47
8.	Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado	48
9.	Terrenos e Edifícios de Uso Próprio	50
10.	Terrenos e Edifícios de Rendimento	51
11.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos	51
12.	Outros Ativos Tangíveis e Inventários	52
13.	Outros Ativos Intangíveis.....	53
14.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	54
15.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações	58
16.	Ativos e Passivos por Impostos	59
17.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo)	61
18.	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.....	62
19.	Provisões Técnicas	62
20.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.....	70
21.	Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros.....	71
22.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	72
23.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo)	73
24.	Outras Provisões.....	74
25.	Capital e Outros Instrumentos de Capital.....	75
26.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	76
27.	Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	78
28.	Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços.....	79
29.	Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro.....	80
30.	Custos e Gastos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função.....	83
31.	Gastos com Pessoal.....	86
32.	Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo.....	87
33.	Rendimentos	94
34.	Gastos Financeiros	95
35.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas.....	96
36.	Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	97
37.	Diferenças de Câmbio	98
38.	Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	99
39.	Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)	100
40.	Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro.....	103
41.	Outros Rendimentos/Gastos.....	104
42.	Imposto sobre o rendimento	105
43.	Relato por Segmentos	106
44.	Entidades Relacionadas	111
45.	Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	114
46.	Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro.....	133

47. Gestão de Capital.....	143
48. Eventos Subsequentes	146

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português ("Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões" ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun") passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho, representando aproximadamente 86,3% e 86,2% dos prémios totais não vida emitidos durante os exercícios de 2022 e 2021, respetivamente.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo e China.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. Na data de emissão das demonstrações financeiras estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 3/2018-R, de 29 de março, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2022, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2022. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.20. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2022, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, e imóveis de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 2.18.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da Companhia na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 – “Acordos Conjuntos”, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Adoção da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”

A IFRS 9 substituiu a IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” para os períodos anuais após 1 de janeiro de 2018. No sentido de garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 e da IFRS 17 – “Contratos de seguros”, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2023, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Adicionalmente é também permitido que as seguradoras que adotem a IFRS 9 apliquem a abordagem de sobreposição a ativos financeiros designados. Em 1 de janeiro de 2020, a Companhia aplicou retrospectivamente a IFRS 9 com a opção da abordagem de sobreposição.

b) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
- iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de ganhos e perdas:

- O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;
- As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Companhia procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do *portfolio*, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - *Solely Payments of Principal and Interest*)

Para efeitos desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Companhia considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, a Companhia tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;

- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de caixa contratuais	Modelo de negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas
Outros (não-SPPI)	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Adquiridos para venda a curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	
	Outros	

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado" da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas", com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado".

ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas" (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas".

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de "Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas" com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Companhia para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de ganhos e perdas, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (*accounting mismatch*), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

A Companhia classificou como "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);
- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);
- Os ativos financeiros que a Companhia optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o *accounting mismatch*;
- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pela Companhia no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de "Rendimentos de outros" com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica "Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica "Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

iv. Abordagem de sobreposição

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

De acordo com esta abordagem, a Companhia deve reclassificar entre os ganhos e perdas e reservas uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Consequentemente, a quantia reclassificada é igual à diferença entre:

- A quantia inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados aplicando a IFRS 9;
- A quantia que teria sido inscrita nos ganhos ou perdas para os ativos financeiros designados se a seguradora tivesse aplicado a IAS 39.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através de ganhos e perdas por aplicação da IFRS 9, mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39;
- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que, pelos critérios de classificação da IAS 39, eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em conta são instrumentos de capital e instrumentos de dívida que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (*solely payments of principal and interest*).

A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido ou deixe de ser detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

v. Ativos vendidos com acordo de recompra (*repos*)

Os ativos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em Outros Passivos Financeiros. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

vi. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo *time stamp* dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o *price to book value* e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

vii. Desreconhecimento de ativos financeiros

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia de receber os seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Companhia considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

viii. Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas.

c) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;
- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e
- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em ganhos e perdas;

Contabilidade de cobertura

A Companhia investe em derivados com o objetivo de cobertura da sua exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica no âmbito da IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e gastos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, a Companhia reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

A Companhia utilizou a contabilidade de cobertura para cobertura de justo valor de instrumentos de capital até 2019. À luz da IFRS 9 a Companhia já não tem contabilidade de cobertura para este propósito, no entanto, tem de manter as regras da referida cobertura por ter aplicado a IFRS 9 com abordagem de sobreposição.

Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de ganhos e perdas, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos de outros”. As reavaliações positivas e negativas são registadas na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

e) Perdas por imparidade

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

A Companhia reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado”.
- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas”, por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Abordagem Geral

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de *default* (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD) bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de *rating* são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de *rating* são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de *default*.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de *rating* a partir do reconhecimento inicial é dada pela descida de pelo menos 2 notações de *rating* a partir do momento em que o *rating* inicial se situa no BBB, sendo que esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do *rating*.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (*12 month expected credit losses*).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito *lifetime* (*lifetime expected credit losses*).

À data de cada reporte, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Companhia compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Companhia utiliza para a avaliação creditícia os *ratings* de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor *rating*, limitado, em termos gerais, ao *rating* da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao *rating* do emitente ou alternativamente ao *rating* do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Companhia procura aferir, através de uma metodologia de *scoring*, um *rating* interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Companhia receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o *recovery value* não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	<i>Default</i>

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos a redução do valor recuperável sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;
- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito "*lifetime*";
- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em *default*).

Abordagem Simplificada

A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de "Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações", tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobrabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

Imparidade em IAS 39

Para os ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição, a Companhia tem ainda de proceder ao apuramento da imparidade de acordo com a IAS 39. Estes ativos correspondem aos ativos disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39 que, em IFRS9, correspondem a ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

De acordo com a IAS 39, os ativos disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são refletidas em reservas.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade nestes ativos, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como indicador de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é julgamental com base numa análise casuística.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente existam menos valias adicionais, estas são refletidas em resultados do exercício na rubrica de "Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros".

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

2.5. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que venham a ser recuperados através de venda, e não de uso continuado, sendo registados pelo menor entre o valor líquido contabilístico e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda".

2.6. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento, são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos independentes.

2.7. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao uso destes ativos são reconhecidos como gastos do exercício, exceto no que se refere às despesas que reúnam as condições passíveis de serem capitalizáveis e as quais são amortizadas ao longo da respetiva vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio e são registadas em gastos do exercício. Os terrenos não são objeto de amortização, tendo em conta que estes não têm uma vida útil definida. A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade nos terrenos e edifícios de uso próprio. Sempre que o valor líquido contabilístico destes ativos exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do respetivo ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um imóvel de uso próprio é determinado como base na diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do respetivo ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Adicionalmente, os imóveis em construção são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não são amortizáveis. Os custos dos mesmos compreendem o custo direto de construção e os custos inerentes ao empréstimo obtido para a construção destes imóveis. Os imóveis em construção são reclassificados para imóveis firmes, quando se encontrarem disponíveis para uso.

2.8. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gastos do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar indícios de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.9. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros”, na Demonstração de Resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.10. Locações

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

À data de entrada em vigor da norma o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

- i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
- ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
- iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para locatários - locações de ativos de "valor baixo" (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo, ou seja, arrendamentos com um prazo de arrendamento menor ou igual a 12 meses.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como despesas.

Locador

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como "Contas a receber por outras operações", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como "Outros rendimentos/gastos".

2.11. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

2.12. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2021 e 2022 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais da Companhia são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na Demonstração de Resultados e/ou em Capital Próprio.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a (i) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, (ii) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e (iii) provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – "Benefícios dos Trabalhadores". Os principais benefícios concedidos pela Companhia correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e a benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho ("IRCT") então vigente para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica, sendo a quase totalidade dos encargos suportados pela Companhia.

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões fechados. Nestes fundos encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas. Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de benefícios definidos, uma vez que cumprem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefícios definidos corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 32). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O gasto do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O gasto do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Estes planos, para além de assegurarem garantia de capital, perfazem os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo empregado é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

As contribuições da Companhia, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto no novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 ("ACT 2019"), sendo registadas como um gasto do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

No âmbito do ACT 2019, e conforme previsto nas suas cláusulas 32ª a 34ª e 65ª a 68ª, são estabelecidos novos benefícios de longo prazo, designados por Benefícios de Carreira.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de desempenho pagos aos colaboradores pelo desempenho das diferentes unidades de negócio e o seu contributo para os resultados da empresa, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.15. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro continuando, portanto, a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro e resseguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da Demonstração de Resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	2022		2021	
	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,24%	5,25%	2,70%
Encargos de gestão	2,40%	3%	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões, após homologação e incluindo o risco de revisão futura. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT). A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2022, o qual resulta de projeções atuariais, com base em matrizes de cadências de pagamentos e de participação de sinistros, por forma a obter o gasto do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de ocorrência do sinistro;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

	2022	2021
Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,24%	2,70%
Taxa de inflação	2%	2%
Encargos de gestão	2%	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio

No caso de sinistros de Multiriscos Habitação e de Multiriscos Comércio é gerada uma provisão inicial no momento da abertura do sinistro, em função das coberturas e dos tipos de bens afetados. O valor destas provisões é ajustado quando o gestor de sinistro recebe informação mais detalhada sobre os danos indemnizáveis, nomeadamente através de relatórios de peritagem.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Adicionalmente, são calculadas provisões para os sinistros ocorridos e não participados (IBNR) recorrendo a abordagens atuariais que analisam as cadências de participação de sinistros e os custos esperados de sinistros ainda não participados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da Demonstração de Resultados ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas da Companhia, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pela Companhia desde 2011;
- Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida no ponto anterior são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados da Companhia pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados da Companhia até à ocorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo vida em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

No ramo Automóvel, no exercício de 2021, consequência da pandemia COVID19, a provisão para riscos em curso considerou para o cálculo do rácio de sinistralidade, o montante de indemnizações obtido pela média dos rácios de sinistralidade dos anos 2017, 2018 e 2019. O rácio utilizado traduz a melhor expectativa para o período de risco futuro. O impacto quantitativo desta alteração está divulgado na Nota 19.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na Demonstração de Resultados.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo do contrato descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IFRS 9 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração de Resultados, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.16. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração de Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.17. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. e). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de *scoring* baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- **Vantagem competitiva.** A Companhia considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada.
- **Escala, alcance e diversificação.** É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas.
- **Eficiência operacional.** A Companhia avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho.
- **Rentabilidade.** São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

Em emissões que são *repack*, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o *rating* médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Na Nota 39 é apresentada uma análise de sensibilidade ao cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com o respetivo impacto caso não se considerasse o rating interno, ou seja, caso se considerasse estas obrigações como “sem rating”.

Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. Sempre que possível, o valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Nos restantes casos, o valor recuperável é determinado com base nos Capitais Próprios de cada empresa.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com impacto nos resultados da Companhia.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quanto utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste de imparidade, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a empresa opera, variando entre 6,3% e 18,1% para dezembro de 2022.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, variando entre 1,5% e 3,5% para dezembro de 2022.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo por geografia:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa	Seguros, Saúde e Gestão de Ativos	6,3% - 9,0%	1,5% - 2,0%
África	Seguros	14,6% - 18,1%	2,0%
Ásia	Seguros	8,7%	2,0%
América Latina	Seguros	7,3% - 13,5%	2,0% - 3,5%

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial perda de imparidade.

Valorização de Terrenos e Edifícios de Rendimento

Conforme referido na Nota 2.6 os Terrenos e Edifícios de Rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação utilizadas são:

- a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b. Abordagem do Custo: consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos. Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência;
- c. Abordagem do Rendimento: considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável. Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na Nota 16 é divulgado detalhe adicional sobre ativos e passivos por impostos.

Provisões e passivos contingentes

Conforme referido na Nota 2.13, procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pela Companhia quantos aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização do dispêndio de recursos, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.14, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros, detalhados na Nota 36. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15. O cálculo da provisão para sinistros reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na Nota 46 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

2.19. Eventos subsequentes

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre as condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições existentes após a data do balanço, são divulgados nas notas às contas, se forem considerados materiais.

2.20. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.20.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 3 - Concentrações de Atividades Empresariais: Referências à Estrutura Conceptual (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Melhorias anuais das normas IFRS ciclo 2018-2020)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis: Valores recebidos antes do uso pretendido (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022
IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (Emenda)	14-05-2020	2021/1080	01-01-2022

2.20.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	2021/2036	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros (Emenda)	25-06-2020	2021/2036	01-01-2023
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e IFRS <i>Practice Statement</i> 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de estimativas contabilísticas (Emenda)	12-02-2021	2022/357	01-01-2023
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento: Impostos Diferidos relacionados com os Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação (Emenda)	07-05-2021	2022/1392	01-01-2023
IFRS 17 - Contratos de Seguros: Apresentação Inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa (Emenda)	09-12-2021	2022/1491	01-01-2023

A Norma Internacional de Relato Financeiro 17

A Companhia apresenta as principais políticas contabilísticas a aplicar nas demonstrações financeiras da Companhia a partir da entrada em vigor da IFRS 17. Esta norma trata da classificação, do reconhecimento, da mensuração, da apresentação e da divulgação das responsabilidades com contratos de seguro e resseguro, vindo substituir a IFRS 4. A IFRS 17 resulta em alterações significativas ao nível da apresentação das demonstrações financeiras das empresas de seguros, com impactos relevantes nos dados, nos sistemas e nos processos utilizados para a preparação do reporte financeiro. Entra em vigor a 1 de janeiro de 2023, com data de transição a 1 de janeiro de 2022.

À presente data, não é possível determinar com razoabilidade o impacto esperado da aplicação da IFRS 17 nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Modelos de mensuração

A norma permite a utilização de três métodos de mensuração diferentes (GMM – Modelo geral de mensuração; PAA – Abordagem de imputação dos prémios e VFA – Abordagem da comissão variável), dependendo das características do contrato de seguro. A análise da elegibilidade dos contratos de seguro para cada modelo de mensuração foi realizada à data de transição.

Por tipologia de produtos, os modelos adotados para a mensuração de contratos de seguro e resseguro da Companhia são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo vida	Rendas	GMM
	Capitalização	
	Risco ⁽¹⁾	
	Risco ⁽²⁾	PAA
	Resseguro	
	Unit-Linked com risco ⁽³⁾	VFA
Ramo não vida	Resseguro	PAA
	Seguro Direto	

⁽¹⁾ Com limite contratual superior a um ano;

⁽²⁾ Com limite contratual inferior ou igual a um ano;

⁽³⁾ Aplicável apenas a Entidades internacionais do Grupo Fidelidade.

b) Taxa de desconto

De forma a ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros associados, a Companhia optou por aplicar três metodologias com base nas características dos fluxos de caixa de acordo com as orientações previstas na Norma.

Dado que a IFRS 17 não é prescritiva em relação ao método de determinação das taxas de desconto, estabelecendo no entanto, um conjunto de princípios gerais a considerar, a Companhia adotou as seguintes abordagens: (i) *bottom-up approach* (abordagem ascendente) ou *top-down approach* (abordagem descendente) para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa não variam com base nos instrumentos financeiros subjacentes; (ii) abordagem estocástica para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa variam parcialmente com base nos instrumentos financeiros subjacentes; (iii) com base no retorno da carteira de ativos para os grupos de contratos cujos fluxos de caixa variam totalmente com base nos instrumentos financeiros subjacentes.

Por tipologia de produtos, as abordagens para determinação das taxas de desconto aplicadas são:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo vida	Rendas	<i>Top-down</i>
	Risco	<i>Bottom-up</i>
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
	<i>Unit-Linked</i> com risco	Retorno dos ativos
Ramo não vida	Resseguro	<i>Bottom-up</i>
	Seguro Direto	
	Acidentes de Trabalho	<i>Top-down</i>

A curva de desconto através da abordagem *top-down* na Companhia obtém-se da yield de uma carteira de referência – composta por obrigações de empresas – com fluxos de caixa semelhantes aos do respetivo portfólio de contratos de seguro, deduzida dos riscos que os contratos de seguro não estão expostos. Dado que as carteiras de referência usadas pela Companhia são compostas apenas por obrigações de empresas, apenas se tem de quantificar e excluir o risco de crédito. O risco de crédito é quantificado através de *Credit Default Swap* (CDS) constituintes das carteiras de referência.

A curva de desconto através da abordagem *bottom-up* obtém-se da soma entre uma curva de desconto sem risco e uma curva que quantifique o prémio de iliquidez. A IFRS 17 não indica quaisquer restrições acerca da curva sem risco a utilizar, tendo a Companhia optado por utilizar as metodologias de apuramento da curva de desconto sem risco da EIOPA, assegurando deste modo uma convergência com os critérios de Solvência. Relativamente ao cálculo do prémio de iliquidez, este é obtido sempre que exista informação de mercado com base em obrigações hipotecárias, e aplicando um ajuste de iliquidez com base no nível de iliquidez expectável dos contratos de seguro, que se considera atualmente de 50%.

A curva de desconto tendo em conta o retorno dos ativos obtém-se através do retorno expectável de cada carteira de ativos subjacente a cada grupo de contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, com base nas projeções por tipologia de ativo.

A abordagem estocástica tem em consideração o retorno dos ativos subjacentes e a taxa garantida de cada um dos produtos, para os quais são criados diferentes cenários de evolução futura em que se estima qual a probabilidade do retorno dos ativos ser superior à taxa garantida. A curva de desconto final é uma média ponderada entre o retorno dos ativos e a curva de desconto *bottom-up*.

Para os pontos das curvas de desconto para as quais não existe informação de mercado que seja considerada como adequada pelos critérios de Solvência é utilizado o critério de extrapolação prevista pelos referidos critérios.

As curvas de desconto são determinadas com observações anuais para as quais é aplicada o método de capitalização contínuo para efetuar o desconto de fluxos de caixa estimados para os contratos de seguro.

c) Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro deve refletir o risco não financeiro resultante dos contratos de seguro, nomeadamente a incerteza acerca da quantia e da tempestividade dos fluxos de caixa

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro do ramo Vida é calculado através da metodologia do Custo de Capital (CoC).

O ajustamento pelo risco para o risco não financeiro dos ramos não vida consiste na aplicação do *value at risk* (VaR).

Para o ramo de Acidentes de Trabalho, dado que existem simultaneamente fluxos de caixa modelizados com técnicas do ramo Vida e com técnicas dos ramos não vida, o ajustamento pelo risco para o risco não financeiro será calculado como descrito acima, respetivamente CoC e VaR.

As alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro são apresentadas, na sua totalidade, nos resultados dos serviços de seguro.

d) Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais (*Contract Service Margin (CSM)*) representa o lucro futuro esperado dos grupos de contratos de seguro, que será reconhecido como rendimento durante o período de cobertura dos contratos, de acordo com um padrão de transferência consistente com o nível de serviço prestado em cada período de reporte.

Abaixo é apresentado um quadro resumo dos padrões de libertação da CSM, aplicáveis à carteira da Companhia por tipologia de produtos:

Segmento	Tipo de produto	Padrão de libertação da CSM
Ramo vida	Rendas	Montante total de rendas que se espera que sejam pagas no futuro
	Risco	Máximo entre as provisões matemáticas previstas e o montante segurado por apólice, em cada data futura
	Capitalização	Máximo entre as provisões matemáticas previstas e o montante segurado por apólice, em cada data futura
Ramo não vida	Todos	Não aplicável (modelo de mensuração é o PAA)

No caso dos grupos de contratos de seguro mensurados pelo PAA, o rendimento do período corresponde ao montante das receitas de prémios esperados imputadas ao período, com base na passagem do tempo.

e) Abordagens de transição

A IFRS 17 permite a utilização de três abordagens de transição diferentes – método retrospectivo total (FRA – *Full Retrospective Approach*), método retrospectivo modificado (MRA – *Modified Retrospective Approach*) e método do justo valor (FVA – *Fair Value Approach*), dependendo da disponibilidade e recuperação de informação histórica.

A Companhia optou por aplicar o método retrospectivo nas situações em que é possível recuperar toda a informação histórica, nomeadamente os produtos mensurados por PAA. Para os restantes produtos, considerando a impraticabilidade de recuperação de informação histórica, foi aplicado o método do justo valor. A transição foi calculada com referência a 31 de dezembro de 2021.

f) Seleção da política contabilística para rendimentos e gastos financeiros de seguros

A Companhia optou por desagregar os rendimentos e gastos financeiros de seguro do período entre a Demonstração de Resultados e Outro Rendimento Integral, incluindo em Outro Rendimento Integral as diferenças dos fluxos de caixa atualizados com as curvas de desconto correntes à data de referência e as curvas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, para os grupos de contratos de seguro sem características de participação direta, onde as alterações nos pressupostos relativos aos riscos financeiros não têm um efeito substancial nos montantes pagos aos tomadores de seguros.

g) Isenção de *cohort* anual

O Regulamento n.º 2021/2036, publicado a 23 de novembro de 2021, que adota a IFRS 17 para a União Europeia prevê a isenção opcional da aplicação do requisito dos *cohorts* anuais para produtos mutualizados numa base intergeracional e com compensação dos fluxos de caixa. A Companhia optou por não aderir a esta isenção.

2.20.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes (Emenda)	23-01-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: classificação de passivos correntes e não correntes - Diferimento da data de efetivação (Emenda)	15-07-2020	01-01-2024
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos Não-correntes com <i>Covenants</i> (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024
IFRS 16 - Locações: Passivo de Locação numa operação de venda com acordo de recompra (Emenda)	31-10-2022	01-01-2024

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sendo possível a esta data apurar o impacto da sua adoção nas demonstrações financeiras.

3. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa		
Sede	217.301	373.525
	217.301	373.525
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	280.955.760	354.959.826
Em moeda estrangeira	(14.124.676)	166.569.169
	266.831.084	521.528.995
	267.048.385	521.902.520

A Fidelidade contrata futuros sobre divisas e futuros de taxa de juro com depósitos de conta margem. A componente de valorização destes depósitos referente aos futuros encontra-se refletida na rubrica de “Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas”. Adicionalmente estes contratos exigem também uma margem inicial que são registadas nas rubricas de “Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado” ou “Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas” caso se trate de carteiras *Unit-linked*.

A componente do depósito registada nesta rubrica pode ser negativa no caso de desvalorizações diárias significativas. Os montantes são repostos no dia útil seguinte.

4. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	2022		Valor de balanço
			Valor bruto	Imparidade (Nota 39)	
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Portugal	100,00%	14.315.928	(250.343)	14.065.585
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,25%	13.203.495	-	13.203.495
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			347.678.870	(250.343)	347.428.528
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.515.559.925	-	1.515.559.925
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	134.664.012	(21.937.698)	112.726.314
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	-	1.500.000
EA One Holding, Inc.	EUA	57,00%	24.932.979	-	24.932.979
			1.676.656.916	(21.937.698)	1.654.719.219
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	526.240.020	-	526.240.020
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.600.000	-	1.600.000
			527.840.020	-	527.840.020
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.717.053	-	2.717.053
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	100,00%	849.880	-	849.880
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FID III (HK) LIMITED	Hong Kong	100,00%	-	-	-
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	300.000.000	-	300.000.000
FID LatAm SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	600.000	(280.582)	319.418
FID Perú, S.A.	Perú	99,80%	229.163.279	-	229.163.279
FID Chile, SpA.	Chile	100,00%	42.473.172	(1.476.521)	40.996.651
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	1.395.000	(1.154.633)	240.367
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	5.838.692	-	5.838.692
The Prosperity Company AG	Liechtenstein	70,00%	27.513.859	-	27.513.859
Fid Real Assets, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	535.000	-	535.000
			611.185.935	(2.911.735)	608.274.200
			3.163.361.742	(25.099.775)	3.138.261.966
Associadas					
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	Portugal	34,78%	641.091	-	641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.147.479	(68.134)	1.079.345
			1.788.569	(68.134)	1.720.435
			3.165.150.311	(25.167.909)	3.139.982.402

(a) Valores de março de 2022 (período contabilístico de março de 2021 a março de 2022).

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	2021		
			Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
(Nota 39)					
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Portugal	100,00%	14.315.928	-	14.315.928
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,25%	13.203.495	-	13.203.495
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			<u>347.678.870</u>	<u>-</u>	<u>347.678.870</u>
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.491.559.925	-	1.491.559.925
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	118.664.012	(20.925.292)	97.738.720
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	(182.881)	1.317.119
			<u>1.611.723.937</u>	<u>(21.108.173)</u>	<u>1.590.615.764</u>
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	50,85%	246.166.042	-	246.166.042
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.600.000	-	1.600.000
			<u>247.766.042</u>	<u>-</u>	<u>247.766.042</u>
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.717.053	-	2.717.053
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	100,00%	849.880	-	849.880
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FCM Beteiligungs GmbH	Alemanha	100,00%	10.628.746	(10.402.452)	226.294
FID III (HK) LIMITED	Hong Kong	100,00%	-	-	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	Moçambique	80,00%	335	(148)	186
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	350.000.000	-	350.000.000
FID LatAm SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	500.000	(172.707)	327.293
FID Perú, S.A.	Perú	99,80%	137.216.160	-	137.216.160
FID Chile, SpA.	Chile	100,00%	33.993.867	(3.826.567)	30.167.301
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	455.000	(384.993)	70.007
Tenax Capital Limited	Reino Unido	75,00%	5.436.252	-	5.436.252
			<u>541.897.293</u>	<u>(14.786.867)</u>	<u>527.110.426</u>
			<u>2.749.066.142</u>	<u>(35.895.040)</u>	<u>2.713.171.102</u>
Associadas					
Imobiliário					
EA One Holding, Inc.	EUA	44,16%	19.143.718	-	19.143.718
			<u>19.143.718</u>	<u>-</u>	<u>19.143.718</u>
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	Portugal	34,78%	641.091	-	641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	112.700	(66.821)	45.879
			<u>753.791</u>	<u>(66.821)</u>	<u>686.970</u>
			<u>19.897.508</u>	<u>(66.821)</u>	<u>19.830.688</u>
			<u>2.768.963.650</u>	<u>(35.961.861)</u>	<u>2.733.001.790</u>

(a) Valores de março de 2021, respetivamente (período contabilístico de março de 2020 a março de 2021).

Durante o exercício de 2022 ocorreram as seguintes alterações:

Em 6 de janeiro de 2022 foi liquidada a empresa Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.

Em março de 2022 a Companhia adquiriu mais 12,84% da sociedade EA One Holding, Inc. pelo valor de 5.691.792 Euros, passando a deter uma participação de 57% no capital social de empresa.

Em janeiro de 2022 a Companhia adquiriu 70.000 ações da sociedade The Prosperity Company AG, pelo valor de 27.513.859 Euros, passando a deter uma participação de 70% no capital social da empresa.

Em 1 de junho de 2022 foi constituída a sociedade Fid Real Assets, SGPS, S.A., com um capital social de 50.000 Euros, detida a 100% pela Companhia.

Em 30 de setembro de 2022 a Fidelidade adquiriu à Fosun International Limited ("FIL") 46.815.704 ações da Luz Saúde, S.A., representativas de 49% do seu capital social, pelo montante de 280.000.000 Euros, passando a deter uma participação de 99,86%. O pagamento deste valor foi feito por compensação parcial face ao montante de 278.910.000 Euros a título de capital e juros vencidos, devidos pela FIL à Fidelidade ao abrigo da Xingtao Bond que assim se extinguiu, sendo o restante pago em dinheiro.

Durante o ano 2022 houve reforços e reembolsos de prestações suplementares da Fidelidade - Property Europe, S.A. no valor global de 24.000.000 de Euros.

Em setembro de 2022 houve reforço de prestações suplementares da Fidelidade - Property International, S.A. no valor de 10.000.000 Euros.

Em outubro de 2022 a Companhia adquiriu 15.000 ações da sociedade Tenax Capital Limited, pelo valor 402.439 Euros, passando a deter uma participação de 80%.

Em dezembro de 2022 foi liquidada a empresa FCM Beteiligungs GmbH.

5. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Investimentos relativos a contratos <i>Unit-linked</i>	2.362.209.855	1.617.753.877
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
De emissores estrangeiros	97.840	120.629
De outros emissores		
De emissores estrangeiros	215.548.998	334.718.732
	<u>215.646.838</u>	<u>334.839.361</u>
Instrumentos de capital		
De residentes	94.928.633	98.028.611
De não residentes	281.563.364	400.381.379
	<u>376.491.997</u>	<u>498.409.990</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	250.107.414	251.554.425
De não residentes	549.955.873	806.976.986
	<u>800.063.287</u>	<u>1.058.531.411</u>
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	40.030	33.949
Futuros sobre divisas	66.847.572	4.430.652
Futuros de taxas de juro	5.693.596	1.983.568
<i>Forwards</i> cambiais	21.960.157	16.830.252
Outros derivados	18.953.462	4.796.134
	<u>113.494.817</u>	<u>28.074.555</u>
	<u>3.867.906.794</u>	<u>3.537.609.194</u>

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 215.548.998 Euros e 334.718.732 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu perdas com a valorização destes investimentos no montante de (7.520.598) Euros e (2.820.832) Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos afetos aos contratos *Unit-linked* apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública		
De emissores nacionais	40.287.731	13.611.387
De emissores estrangeiros	72.458.690	8.830.740
De outros emissores públicos		
De emissores nacionais	3.904.584	5.405.273
De emissores estrangeiros	774.608	-
De organismos financeiros internacionais	19.427.581	292.580
De outros emissores		
De emissores nacionais	183.438.937	177.164.362
De emissores estrangeiros	809.073.888	399.587.170
De empresas do Grupo	24.301.100	24.203.104
	<u>1.153.667.119</u>	<u>629.094.616</u>
Instrumentos de capital		
De residentes	422.500	497.500
De não residentes	124.576.173	134.789.654
	<u>124.998.673</u>	<u>135.287.154</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	174.942.443	165.603.976
De não residentes	792.681.992	544.169.130
Outros		
De residentes	6.261.757	23.544.695
	<u>973.886.192</u>	<u>733.317.801</u>
Transações a liquidar	(4.612.102)	(2.311.647)
Outros depósitos	872.055	239.650
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
<i>Swaps</i> de taxa de juro	84.812	71.927
Futuros de taxas de juro	1.467.530	89.220
<i>Forwards</i> cambiais	1.821.190	-
Outros derivados	110.024.386	121.965.156
	<u>113.397.918</u>	<u>122.126.303</u>
	<u>2.362.209.855</u>	<u>1.617.753.877</u>
Outros ativos		
Depósitos à ordem	105.057.786	142.516.087
	<u>105.057.786</u>	<u>142.516.087</u>
	<u>2.467.267.641</u>	<u>1.760.269.964</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ativos elegíveis para aplicação da abordagem de sobreposição de apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de capital		
De residentes	90.382.504	98.028.611
De não residentes	265.228.428	400.381.379
	<u>355.610.932</u>	<u>498.409.990</u>
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	90.787.916	176.856.620
De não residentes	390.693.972	806.727.889
	<u>481.481.888</u>	<u>983.584.509</u>
	<u>837.092.820</u>	<u>1.481.994.499</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total de ajustamento relativo à abordagem da sobreposição apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de capital		
De residentes	(1.636.139)	(6.149.697)
De não residentes	(3.174.035)	(18.597.656)
	(4.810.174)	(24.747.353)
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação		
De residentes	(12.304.085)	(18.663.796)
De não residentes	1.432.289	(16.134.694)
	(10.871.796)	(34.798.490)
	(15.681.970)	(59.545.843)

Durante o período de 2022 deixaram-se de se verificar as condições de aplicabilidade da abordagem de sobreposição para os ativos alocados a carteiras de contratos de taxa fixa. A quantia que teria sido reclassificada entre lucros ou perdas e outro rendimento integral no período se não tivesse sido retirada a abordagem de sobreposição seria de (28.135.628) Euros. A quantia reclassificada no período do outro rendimento integral acumulado para os lucros ou perdas para ativos financeiros cuja designação tenha sido retirada corresponde a 41.538.376 Euros.

6. Derivados

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.d). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2022			Total
	Montante Nocional	Valor Contabilístico		
		Ativo (Nota 5)	Passivo (Nota 21)	
Cobertura de justo valor				
Swaps de taxa de juro	668.155	124.842	-	124.842
Swaps de divisas	833.807.114	-	(20.401.155)	(20.401.155)
Futuros sobre divisas	1.741.875.000	66.847.572	(1.610.898)	65.236.674
Futuros de taxa de juro	170.100.000	7.161.126	(73.963)	7.087.163
Forwards cambiais	883.991.549	23.781.347	(17.892.346)	5.889.001
	3.630.441.818	97.914.886	(39.978.362)	57.936.525
Outros Derivados	1.369.284	128.977.848	(129.278.235)	(300.387)
	3.631.811.102	226.892.735	(169.256.597)	57.636.138

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2021			
	Montante Nocional	Valor Contabilístico		
		Ativo ⁽¹⁾ (Nota 5)	Passivo (Nota 21)	Total
Cobertura de justo valor				
Swaps de taxa de juro	668.155	105.876	-	105.876
Swaps de divisas	833.807.114	-	(69.373.031)	(69.373.031)
Futuros sobre divisas	2.179.875.000	4.430.652	(93.427.940)	(88.997.288)
Futuros de taxa de juro	188.700.000	2.072.788	(222.491)	1.850.297
Forwards cambiais	812.895.732	16.830.252	(19.860.647)	(3.030.395)
	4.015.946.001	23.439.568	(182.884.109)	(159.444.541)
Outros Derivados				
	1.277.838	126.761.290	(129.754.462)	(2.993.172)
	4.017.223.839	150.200.858	(312.638.571)	(162.437.713)

⁽¹⁾ O valor contabilístico dos derivados incorpora os valores incluídos nas carteiras de *Unit-linked*.

Os *swaps* de taxa de juro contratados pela Companhia e classificados como derivados ao justo valor através de ganhos e perdas, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 21).

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange (CME)*, e *forwards* negociados em mercado de balcão de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. Relativamente a posições estratégicas de longo prazo em obrigações denominadas em GBP a Companhia contratou *swaps* de divisas, para cobertura do risco cambial, em que tal cobertura inclui o pagamento de cupões ao longo da vida da obrigação e pagamento do valor nominal em GBP ocorrido na maturidade.

A Companhia contrata futuros de taxa de juro no âmbito de mandatos de gestão de obrigações *corporate* para cobertura de risco de taxa de juro em títulos denominados em EUR e USD. Adicionalmente são contratados futuros de taxa de juro em EUR para cobertura de carteiras *Unit-linked* por forma a reduzir a duração destas carteiras.

Os outros derivados incluem uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. detidas pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. à data de exercício de opção, deduzidas de um número inteiro de ações mais próximo daquele que represente 9,9% do capital social da sociedade em causa. A opção de compra poderá ser exercida pela Fidelidade no período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a opção de venda poderá ser exercida pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. no período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027. Nesta rubrica estão também incluídos *swaps* de retorno total referentes a produtos *Unit-linked*. Estes produtos têm ainda associado um contrato de resseguro financeiro cuja contraparte é a Munich RE.

Os montantes da rubrica "Derivados ao justo valor através de ganhos e perdas" incluem derivados que são classificados como "Derivados de cobertura" na ótica da IAS 39:

	2022			
	Montante nacional	Valor Contabilístico		
		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	269.125.000	10.700.736	(739.763)	9.960.973
	269.125.000	10.700.736	(739.763)	9.960.973

	2021			
	Montante nocial	Valor Contabilístico		
		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	347.875.000	727.655	(12.572.648)	(11.844.992)
Forwards cambiais	1.510.567	-	(86.742)	(86.742)
	<u>349.385.567</u>	<u>727.655</u>	<u>(12.659.390)</u>	<u>(11.931.735)</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor na ótica da IAS 39:

	2022			2021		
	Ganhos	Perdas	Ganhos líquidos	Ganhos	Perdas	Ganhos líquidos
Derivados	10.456.452	(26.123.120)	(15.666.668)	2.372.870	(30.287.731)	(27.914.861)
Ativos cobertos	16.946.757	(5.733.438)	11.213.319	31.176.947	(505.065)	30.671.882
	<u>27.403.209</u>	<u>(31.856.558)</u>	<u>(4.453.349)</u>	<u>33.549.817</u>	<u>(30.792.796)</u>	<u>2.757.021</u>

A Companhia faz a gestão da contabilidade de cobertura tendo por base a sua exposição carteira a carteira. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia cumpriu com os critérios necessários para a aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.

A 30 de junho de 2016, a Companhia celebrou, com as filiais Fidelidade – Property Europe, S.A., Fidelidade – Property International, S.A. e FPE (Lux) Holding S.à r.l. um contrato mandato.

Este contrato confere à Fidelidade poderes para, em nome das suas filiais identificar, negociar e celebrar todos e quaisquer acordos e mecanismos considerados adequados para cobrir o risco cambial a que estão sujeitas. Esta opção deriva das especificidades e complexidades das operações de cobertura que necessitam de competências técnicas não residentes nas filiais. Com esta opção a Fidelidade protege riscos cambiais nas filiais sendo que os efeitos económicos desta cobertura são passados para estas entidades.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, tem na sua carteira os seguintes derivados negociados no âmbito do referido contrato mandato:

	2022			
	Montante Nocial	Valor Contabilístico		
		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	35.250.000	529.129	-	529.129
Forwards cambiais	571.063.656	13.462.519	(790.176)	12.672.342
	<u>606.313.656</u>	<u>13.991.647</u>	<u>(790.176)</u>	<u>13.201.471</u>

	2021			
	Montante Nocial	Valor Contabilístico		
		Ativo	Passivo	Total
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	24.125.000	55.327	(353.152)	(297.825)
Forwards cambiais	678.453.306	2.619.597	(12.443.483)	(9.823.886)
	<u>702.578.306</u>	<u>2.674.924</u>	<u>(12.796.635)</u>	<u>(10.121.711)</u>

Devido ao contrato celebrado, a Fidelidade passou os seguintes resultados para as filiais:

	2022		2021	
	Ganhos líquidos	Comissões	Ganhos líquidos	Comissões
Futuros sobre divisas	(1.262.547)	5.640	1.582.969	2.697
Forwards cambiais	(23.476.477)	-	40.379.846	-
	(24.739.024)	5.640	41.962.815	2.697

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2022					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	668.155	-	-	668.155
Swaps de divisas	-	-	-	833.807.114	-	833.807.114
Futuros sobre divisas	1.241.875.000	500.000.000	-	-	-	1.741.875.000
Futuros de taxa de juro	121.000.000	49.100.000	-	-	-	170.100.000
Forwards cambiais	506.511.163	362.909.594	14.570.792	-	-	883.991.549
	1.869.386.163	912.009.594	15.238.947	833.807.114	-	3.630.441.818
Outros Derivados	-	-	-	-	1.369.284	1.369.284
	1.869.386.163	912.009.594	15.238.947	833.807.114	1.369.284	3.631.811.102

	2021						
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	-	-	-	668.155	-	-	668.155
Swaps de divisas	-	-	-	829.422.688	4.384.426	-	833.807.114
Futuros sobre divisas	2.003.125.000	176.750.000	-	-	-	-	2.179.875.000
Futuros de taxa de juro	188.700.000	-	-	-	-	-	188.700.000
Forwards cambiais	759.484.952	1.270.740	52.140.040	-	-	-	812.895.732
	2.951.309.952	178.020.740	52.140.040	830.090.843	4.384.426	-	4.015.946.001
Outros Derivados	-	-	-	-	-	1.277.838	1.277.838
	2.951.309.952	178.020.740	52.140.040	830.090.843	4.384.426	1.277.838	4.017.223.839

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2022		2021	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps de taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	668.155	124.842	668.155	105.876
	668.155	124.842	668.155	105.876
Swaps de divisas				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	833.807.114	(20.401.155)	833.807.114	(69.373.031)
	833.807.114	(20.401.155)	833.807.114	(69.373.031)
Futuros sobre divisas				
Em Bolsa				
Chicago	1.741.875.000	65.236.674	2.179.875.000	(88.997.288)
	1.741.875.000	65.236.674	2.179.875.000	(88.997.288)
Futuros de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	170.100.000	7.087.163	188.700.000	1.850.297
	170.100.000	7.087.163	188.700.000	1.850.297

	2022		2021	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras				
Outras instituições	883.991.549	5.889.001	812.895.732	(3.030.395)
	883.991.549	5.889.001	812.895.732	(3.030.395)
Outros Derivados				
Instituições Financeiras				
Munich RE	1.369.284	(179.366)	1.277.838	(714.117)
Banco Internacional de Moçambique SA.	-	(121.021)	-	(2.279.055)
	1.369.284	(300.387)	1.277.838	(2.993.172)
	3.631.811.102	57.636.138	4.017.223.839	(162.437.713)

7. Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perdas de crédito esperadas (Nota 39)	Valorização Cambial	Reserva de justo valor (Nota 26)	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	297.540.907	313.175.923	-	-	(16.252.722)	3.815.494	300.738.695
De emissores estrangeiros	1.410.316.226	1.653.451.917	-	-	(171.331.175)	22.439.312	1.504.560.054
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	35.687.500	35.753.734	-	-	(4.038.125)	144.017	31.859.626
De emissores estrangeiros	77.590.000	81.290.620	-	-	(13.151.237)	544.536	68.683.919
De organismos financeiros internacionais	9.067.000	9.402.082	(862.234)	-	(244.670)	73.817	8.368.995
De outros emissores							
De emissores nacionais	159.200.000	161.319.742	(49.979.822)	-	(2.755.503)	2.447.701	111.032.118
De emissores estrangeiros	4.387.955.184	4.309.044.576	(27.638.169)	113.863.534	(435.060.579)	31.477.463	3.991.686.825
De empresas do Grupo	43.300.000	43.318.576	-	-	(7.465.877)	1.020.321	36.873.020
	6.420.656.817	6.606.757.170	(78.480.225)	113.863.534	(650.299.888)	61.962.661	6.053.803.252
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	-	36.859.250	-	-	(6.466.670)	536.500	30.929.080
	-	36.859.250	-	-	(6.466.670)	536.500	30.929.080
	6.420.656.817	6.643.616.420	(78.480.225)	113.863.534	(656.766.558)	62.499.161	6.084.732.332

	2021						Valor de balanço
	Valor nominal	Custo amortizado	Perdas de crédito esperadas	Valorização Cambial	Reserva de justo valor	Juros a receber	
			(Nota 39)		(Nota 26)		
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	687.817.756	716.715.596	-	-	29.484.046	7.606.719	753.806.361
De emissores estrangeiros	1.549.192.590	1.840.150.881	-	5.288	14.828.558	23.798.251	1.878.782.978
De outros emissores públicos							
De emissores nacionais	67.180.000	67.745.358	-	-	793.703	180.739	68.719.800
De emissores estrangeiros	77.090.000	81.517.356	-	-	206.759	543.697	82.267.812
De organismos financeiros internacionais	2.067.000	2.051.928	-	-	40.858	16.401	2.109.187
De outros emissores							
De emissores nacionais	167.600.000	439.870.278	(49.979.822)	-	(417.421)	4.393.213	393.866.248
De emissores estrangeiros	4.675.147.821	4.309.244.613	(7.960.016)	103.013.439	43.746.862	29.879.216	4.477.924.114
De empresas do Grupo	305.300.000	305.294.077	-	-	(4.443.709)	2.742.728	303.593.096
	<u>7.531.395.167</u>	<u>7.762.590.088</u>	<u>(57.939.838)</u>	<u>103.018.727</u>	<u>84.239.656</u>	<u>69.160.964</u>	<u>7.961.069.597</u>
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	-	45.661.233	-	-	(453.737)	536.500	45.743.996
	-	45.661.233	-	-	(453.737)	536.500	45.743.996
	<u>7.531.395.167</u>	<u>7.808.251.321</u>	<u>(57.939.838)</u>	<u>103.018.727</u>	<u>83.785.919</u>	<u>69.697.464</u>	<u>8.006.813.593</u>

8. Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022							Valias potenciais não reconhecidas
	Valor nominal	Custo amortizado	Perdas de crédito esperadas	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado ⁽¹⁾	
			(Nota 39)					
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	227.950.000	245.705.568	-	-	3.398.702	249.104.270	227.957.006	(21.147.264)
De emissores estrangeiros	288.870.000	290.010.176	-	-	912.599	290.922.775	289.199.354	(1.723.421)
	<u>516.820.000</u>	<u>535.715.744</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.311.301</u>	<u>540.027.045</u>	<u>517.156.360</u>	<u>(22.870.685)</u>
Outros Empréstimos								
Depósitos em empresas cedentes	-	1.184.328	-	15.755	-	1.200.083	1.200.083	-
Empréstimos	32.500.000	31.490.388	-	1.413.593	398	32.904.379	32.904.379	-
Empréstimos sob apólices	-	929.764	(10.597)	-	223.611	1.142.778	1.142.778	-
	<u>32.500.000</u>	<u>33.604.480</u>	<u>(10.597)</u>	<u>1.429.348</u>	<u>224.009</u>	<u>35.247.240</u>	<u>35.247.240</u>	<u>-</u>
Aplicações financeiras em instituições de crédito								
Depósitos a prazo	2	140.314.116	-	-	32.326	140.346.442	140.346.442	-
Outros depósitos	-	78.646.339	-	(1.712.858)	-	76.933.481	76.933.481	-
	<u>2</u>	<u>218.960.455</u>	<u>-</u>	<u>(1.712.858)</u>	<u>32.326</u>	<u>217.279.923</u>	<u>217.279.923</u>	<u>-</u>
	<u>549.320.002</u>	<u>788.280.679</u>	<u>(10.597)</u>	<u>(283.510)</u>	<u>4.567.636</u>	<u>792.554.208</u>	<u>769.683.523</u>	<u>(22.870.685)</u>

		2021						
	Valor nominal	Custo amortizado	Perdas de crédito esperadas (Nota 39)	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço	Valor de mercado ⁽¹⁾	Valias potenciais não reconhecidas
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	302.950.000	333.937.138	-	-	7.102.162	341.039.300	351.941.890	10.902.590
De emissores estrangeiros	476.600.000	479.348.952	(2)	-	1.877.038	481.225.988	490.449.384	9.223.396
	779.550.000	813.286.090	(2)	-	8.979.200	822.265.288	842.391.274	20.125.986
Outros Empréstimos								
Depósitos em empresas cedentes	-	1.146.681	-	23.801	-	1.170.482	1.170.482	-
Empréstimos	-	277.454	(375.153)	-	97.699	-	-	-
Empréstimos sobre apólices	-	835.314	(10.597)	-	233.878	1.058.595	1.058.595	-
	-	2.259.449	(385.750)	23.801	331.577	2.229.077	2.229.077	-
Aplicações financeiras em instituições de crédito								
Depósitos a prazo	25.618.442	26.242.965	-	104.105	109.430	26.456.500	26.456.500	-
Outros depósitos	-	87.425.561	-	1.284.671	-	88.710.232	88.710.232	-
	25.618.442	113.668.526	-	1.388.776	109.430	115.166.732	115.166.732	-
	805.168.442	929.214.065	(385.752)	1.412.577	9.420.207	939.661.097	959.787.083	20.125.986

⁽¹⁾ Corresponde ao valor de mercado apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4.

9. Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de “Terrenos e edifícios de uso próprio” foi o seguinte:

	De uso próprio		
	Direito de Propriedade	Direito de Uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Valor Bruto	39.089.204	40.757.322	79.846.526
Amortizações e imparidade acumuladas	(7.639.417)	(15.596.396)	(23.235.812)
	<u>31.449.787</u>	<u>25.160.926</u>	<u>56.610.714</u>
Adições			
Por aquisições realizadas no período	-	8.680.766	8.680.766
Por dispêndios subsequentes	310.997	-	310.997
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 39)	(1.237.619)	-	(1.237.619)
Amortizações do exercício (Nota 30)	(638.942)	(9.399.834)	(10.038.776)
Transferências	(1.296.627)	-	(1.296.627)
Alienações e abates líquidos	-	(3.385)	(3.385)
Outros movimentos	-	(340)	(340)
Saldos em 31 de dezembro de 2021			
Valor Bruto	37.513.874	48.870.471	86.384.345
Amortizações e imparidade acumuladas	(8.926.278)	(24.432.337)	(33.358.615)
	<u>28.587.596</u>	<u>24.438.134</u>	<u>53.025.730</u>
Adições			
Por aquisições realizadas no período	-	7.406.814	7.406.814
Por dispêndios subsequentes	350.631	-	350.631
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 39)	98.686	-	98.686
Amortizações do exercício (Nota 30)	(614.594)	(10.067.480)	(10.682.074)
Transferências	(894.790)	-	(894.790)
Alienações e abates líquidos	(375.555)	(23.562)	(399.117)
Outros movimentos	(154.608)	(33.959)	(188.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2022			
Valor Bruto	36.239.489	55.382.346	91.621.835
Amortizações e imparidade acumuladas	(9.242.121)	(33.662.401)	(42.904.522)
	<u>26.997.368</u>	<u>21.719.946</u>	<u>48.717.314</u>

O terrenos e edifícios de uso próprio estão valorizados ao custo e sujeitos a testes de imparidade de acordo com o tratamento previsto na IAS 16 e conforme descrito na Nota 2.7. Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Caso a Companhia tivesse optado por valorizar os terrenos e edifícios de uso próprio de direito de propriedade pelo justo valor, o seu valor de balanço seria 30.270.300 Euros em 2022 e 36.590.057 Euros em 2021.

10. Terrenos e Edifícios de Rendimento

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica de "Terrenos e edifícios de rendimento" foi o seguinte:

	De rendimento
Saldos em 31 de dezembro de 2020	
Valor Bruto	62.930.827
	<u>62.930.827</u>
Adições	
Por dispêndios subsequentes	1.285.062
Revalorização	
Por contrapartida de resultados (Nota 38)	1.676.173
Por contrapartida de capitais próprios	220.677
Transferências	1.296.627
Alienações e abates líquidos	(7.623.047)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	
Valor Bruto	59.786.319
	<u>59.786.319</u>
Adições	
Por aquisição realizada no período	26.395
Por dispêndios subsequentes	1.621.155
Revalorização	
Por contrapartida de resultados (Nota 38)	(295.030)
Por contrapartida de capitais próprios	44.448
Transferências	894.790
Alienações e abates líquidos	(30.174.699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	
Valor Bruto	31.903.379
	<u>31.903.379</u>

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.6 e Nota 2.18.

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial nos contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2022					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	66.082.843	15.216.931	156.159.082	(8.654.034)	38.243.563	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	-	52.037.094	1.018.802.983	857.446.162	1.211.696.162	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	109.357.135	21.757.174	2.743.872.045	896.450.299	96.470.141	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	1.448.432.303	184.511.834	3.720.982.542	604.223.859	126.581.794	6.084.732.332
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	9.735.743	1.721.133	554.859.250	11.064.047	215.174.035	792.554.208
Terrenos e edifícios (Nota 9 e 10)	-	-	-	46.147.488	34.473.204	80.620.692
Outros ativos tangíveis (Nota 12)	-	-	-	-	18.325.669	18.325.669
	<u>1.633.608.024</u>	<u>275.244.167</u>	<u>8.194.675.902</u>	<u>2.406.677.823</u>	<u>1.740.964.567</u>	<u>14.251.170.482</u>

	2021					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem (Nota 3)	45.858.026	12.177.196	303.448.737	57.096.436	103.322.124	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 4)	-	50.500.914	1.458.794.705	717.454.743	506.251.428	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	167.036.935	19.092.349	2.546.023.231	714.248.065	91.208.614	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (Nota 7)	1.745.617.423	257.085.311	5.219.255.156	670.535.405	114.320.297	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)	28.998.156	2.068.607	842.885.795	12.509.926	53.198.613	939.661.097
Terrenos e edifícios (Nota 9 e 10)	-	-	-	74.946.723	37.865.326	112.812.049
Outros ativos tangíveis (Nota 12)	-	-	-	-	18.747.194	18.747.194
	1.987.510.540	340.924.377	10.370.407.624	2.246.791.298	924.913.597	15.870.547.437

12. Outros Ativos Tangíveis e Inventários

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nas rubricas de “Outros ativos tangíveis” e “Inventários” foi o seguinte:

	2022							2021		
	Saldos iniciais		Adições	Amortizações do exercício (Nota 30)	Transferências	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto						Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento										
Equipamento administrativo	19.608.060	(19.291.825)	308.209	(363.061)	-	-	(1.079)	19.909.953	(19.649.649)	260.304
Máquinas e ferramentas	8.889.441	(7.915.441)	26.944	(613.751)	-	-	(2.434)	8.867.781	(8.483.023)	384.759
Equipamento informático	14.815.559	(13.537.638)	2.239.960	(1.905.254)	1.494.508	-	(7.660)	17.785.103	(14.685.627)	3.099.476
Instalações interiores	30.072.657	(22.619.839)	801.184	(1.077.090)	-	-	(117.530)	26.838.529	(19.779.147)	7.059.382
Material de transporte	2.481	(2.481)	-	-	-	-	-	2.481	(2.481)	-
Equipamento hospitalar	15.964	(15.964)	-	-	-	-	-	15.964	(15.964)	-
Equipamento Segurança	1.530.936	(1.423.580)	2.426	(38.153)	-	-	(2.215)	1.529.169	(1.459.755)	69.414
Outro equipamento	2.028.231	(1.993.704)	747	(25.892)	-	-	(8.313)	1.981.557	(1.980.489)	1.069
Património artístico	1.960.305	-	-	-	-	-	-	1.960.305	-	1.960.305
Ativos tangíveis em curso	3.415.875	-	33.473	-	(1.494.508)	-	(465.068)	1.489.771	-	1.489.771
	82.339.508	(66.800.472)	3.412.943	(4.023.201)	-	-	(604.299)	80.380.614	(66.056.135)	14.324.479
Ativos em Locação										
Equipamento										
Equipamento informático	5.392.187	(4.834.391)	2.485.500	(732.238)	-	-	-	7.877.687	(5.566.629)	2.311.058
Material de transporte	5.482.069	(2.831.707)	416.906	(883.197)	-	-	(493.940)	5.037.017	(3.346.885)	1.690.131
	10.874.255	(7.666.098)	2.902.405	(1.615.434)	-	-	(493.940)	12.914.703	(8.913.514)	4.001.189
	93.213.764	(74.466.570)	6.315.348	(5.638.635)	-	-	(1.098.239)	93.295.317	(74.969.649)	18.325.669
Inventários										
	1.644	-	19.631	-	-	-	-	11.002	-	11.002
	93.215.408	(74.466.570)	6.334.979	(5.638.635)	-	(10.274)	(1.098.239)	93.306.319	(74.969.649)	18.336.670

2021										
	Saldos iniciais			Amortizações do exercício (Nota 30)	Transferências	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	20.091.571	(19.792.051)	364.958	(348.243)	-	-	-	19.608.060	(19.291.825)	316.235
Máquinas e ferramentas	8.911.469	(7.342.821)	14.597	(609.197)	-	(48)	-	8.889.441	(7.915.441)	974.000
Equipamento informático	17.450.836	(15.084.148)	1.036.403	(2.121.219)	-	(3.952)	-	14.815.559	(13.537.638)	1.277.921
Instalações interiores	26.219.395	(21.551.962)	1.039.257	(1.068.729)	2.814.857	-	-	30.072.657	(22.619.839)	7.452.818
Material de transporte	380.723	(327.451)	-	(9.763)	-	(43.509)	-	2.481	(2.481)	-
Equipamento hospitalar	15.964	(15.964)	-	-	-	-	-	15.964	(15.964)	-
Equipamento Segurança	2.156.744	(2.032.000)	33.259	(50.647)	-	-	-	1.530.936	(1.423.580)	107.356
Outro equipamento	2.028.231	(1.830.909)	-	(162.795)	-	-	-	2.028.231	(1.993.704)	34.527
Património artístico	1.960.305	-	-	-	-	-	-	1.960.305	-	1.960.305
Ativos tangíveis em curso	6.230.731	-	-	-	(2.814.857)	-	-	3.415.875	-	3.415.875
	85.445.969	(67.977.305)	2.488.474	(4.370.593)	-	(47.509)	-	82.339.508	(66.800.472)	15.539.036
Ativos em Locação										
Equipamento										
Equipamento informático	4.902.654	(3.093.746)	663.330	(1.914.443)	-	-	-	5.392.187	(4.834.391)	557.796
Material de transporte	3.918.492	(2.139.866)	2.059.291	(1.194.729)	-	-	7.173	5.482.069	(2.831.707)	2.650.362
	8.821.147	(5.233.611)	2.722.621	(3.109.172)	-	-	7.173	10.874.255	(7.666.098)	3.208.157
	94.267.116	(73.210.916)	5.211.095	(7.479.765)	-	(47.509)	7.173	93.213.764	(74.466.570)	18.747.194
Inventários	315.147	-	11.560	-	-	(325.063)	-	1.644	-	1.644
	94.582.263	(73.210.916)	5.222.655	(7.479.765)	-	(372.572)	7.173	93.215.408	(74.466.570)	18.748.838

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Ativos tangíveis" inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes brutos de 31.420.823 Euros e 62.813.969 Euros, respetivamente.

13. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento na rubrica outros ativos intangíveis foi o seguinte:

2022									
	Saldos iniciais			Regularizações	Amortizações do exercício (Nota 30)	Transferências	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	76.282.512	(56.725.648)	197.730	(1.079.710)	(3.939.361)	2.561.098	77.903.994	(60.607.373)	17.296.620
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	(63.724)	4.550.060	4.550.060	(63.724)	4.486.337
Ativos intangíveis em curso	33.550.590	-	16.992.212	(11.902)	-	(7.111.158)	43.419.742	-	43.419.742
	109.833.102	(56.725.648)	17.189.942	(1.091.612)	(4.003.084)	-	125.873.796	(60.671.097)	65.202.699

2021									
	Saldos iniciais			Amortizações do exercício (Nota 30)	Transferências	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	55.836.141	(53.020.432)	2.651.001	(4.429.997)	18.520.152	-	76.282.512	(56.725.648)	19.556.864
Ativos intangíveis em curso	36.887.182	-	15.183.559	-	(18.520.152)	-	33.550.590	-	33.550.590
	92.723.323	(53.020.432)	17.834.560	(4.429.997)	-	-	109.833.102	(56.725.648)	53.107.454

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Ativos intangíveis em curso" refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia reconheceu diretamente na Demonstração de Resultados despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 25.985.751 Euros e 23.508.173 Euros, respetivamente.

14. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Vida	Não vida	Total	Vida	Não vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	323.145	102.797.064	103.120.209	329.110	82.226.097	82.555.208
Provisão matemática	29.569.744	-	29.569.744	27.004.267	-	27.004.267
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	8.309.573	226.020.796	234.330.369	5.618.892	217.682.292	223.301.184
Sinistros não declarados (IBNR)	3.129.041	32.376.263	35.505.304	3.213.974	27.296.920	30.510.894
	11.438.614	258.397.059	269.835.673	8.832.866	244.979.211	253.812.077
Outras provisões técnicas	-	34.958.549	34.958.549	-	22.544.992	22.544.992
	41.331.502	396.152.672	437.484.175	36.166.243	349.750.301	385.916.544

As Outras provisões técnicas tiveram origem na Sucursal de França, na contabilização da PSNEM (*Provision pour Sinistres Non Encore Manifestés*), provisão obrigatória para os produtos relacionados com a responsabilidade civil ligada à construção. Nos exercícios de 2022 e 2021, o aumento acentuado da provisão deve-se essencialmente ao ajuste da PSNEM do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	323.145	-	323.145	330.495	(1.385)	329.110
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11.191.136	(6.126.563)	5.064.573	6.643.183	(3.421.121)	3.222.062
Doença	34.849.383	(338.954)	34.510.429	30.828.200	-	30.828.200
Incêndio e outros danos	45.369.617	(7.392.451)	37.977.166	38.030.550	(6.295.275)	31.735.275
Automóvel	14.682	-	14.682	16.282	-	16.282
Marítimo, aéreo e transportes	1.047.832	(92.349)	955.483	1.135.320	(105.887)	1.029.433
Responsabilidade civil geral	24.173.243	(4.674.397)	19.498.845	13.021.172	(2.598.165)	10.423.007
Crédito e caução	9.839	(232)	9.608	25.748	(1.404)	24.344
Proteção jurídica	599	(117)	481	1.374	(117)	1.257
Assistência	45.261	(12.634)	32.627	64.012	(12.634)	51.378
Diversos	8.401.422	(3.668.253)	4.733.169	8.450.284	(3.555.425)	4.894.859
	125.103.014	(22.305.950)	102.797.064	98.216.124	(15.990.027)	82.226.097
	125.426.159	(22.305.950)	103.120.209	98.546.619	(15.991.412)	82.555.208

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Outros	Saldo 31/12/2022
Provisão para prémios não adquiridos						
Seguros vida	223.287	107.208	330.495	(7.351)	-	323.145
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.844.977	2.798.206	6.643.183	4.606.276	(58.323)	11.191.136
Doença	33.529.314	(2.701.115)	30.828.200	4.021.184	-	34.849.383
Incêndio e outros danos	26.385.399	11.645.150	38.030.550	7.757.250	(418.183)	45.369.617
Automóvel	23.161	(6.879)	16.282	(1.599)	-	14.682
Marítimo, aéreo e transportes	127.463	1.007.857	1.135.320	(87.488)	-	1.047.832
Responsabilidade civil geral	7.250.718	5.770.454	13.021.172	11.152.071	-	24.173.243
Crédito e caução	43.886	(18.138)	25.748	(15.908)	-	9.839
Proteção jurídica	1.159	215	1.374	-	(775)	599
Assistência	56.910	7.102	64.012	-	(18.751)	45.261
Diversos	5.416.296	3.033.989	8.450.284	(48.862)	-	8.401.422
	76.679.283	21.536.842	98.216.124	27.382.923	(496.033)	125.103.014
	76.902.570	21.644.050	98.546.619	27.375.572	(496.033)	125.426.159
Custos de aquisição diferidos						
Seguros vida	(148)	(1.237)	(1.385)	1.385	-	-
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.858.563)	(1.562.558)	(3.421.121)	(2.705.442)	-	(6.126.563)
Doença	-	-	-	(338.954)	-	(338.954)
Incêndio e outros danos	(4.844.926)	(1.450.348)	(6.295.275)	(1.143.416)	46.240	(7.392.451)
Automóvel	(1)	1	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	(23.773)	(82.113)	(105.887)	13.538	-	(92.349)
Responsabilidade civil geral	(1.310.816)	(1.287.349)	(2.598.165)	(2.076.233)	-	(4.674.397)
Crédito e caução	(1.358)	(45)	(1.404)	1.172	-	(232)
Proteção jurídica	(117)	-	(117)	-	-	(117)
Assistência	(13.505)	871	(12.634)	-	-	(12.634)
Diversos	(2.265.774)	(1.289.652)	(3.555.425)	(112.828)	-	(3.668.253)
	(10.318.833)	(5.671.194)	(15.990.027)	(6.362.163)	46.240	(22.305.950)
	(10.318.981)	(5.672.431)	(15.991.412)	(6.360.778)	46.240	(22.305.950)
	66.583.589	15.971.619	82.555.208	21.014.794	(449.793)	103.120.209

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	8.309.573	3.129.041	11.438.614	5.618.892	3.213.974	8.832.866
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	1.051.932	1.347.345	2.399.277	1.360.239	1.163.239	2.523.478
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	24.855.493	654.860	25.510.353	18.853.045	492.360	19.345.405
Doença	80.544.878	4.844.720	85.389.598	66.890.807	5.966.406	72.857.213
Incêndio e outros danos	76.705.953	15.695.754	92.401.707	91.046.857	9.808.969	100.855.826
Automóvel	10.401.885	2.011.814	12.413.699	10.078.659	3.308.659	13.387.318
Marítimo, aéreo e transportes	1.757.679	204.046	1.961.725	3.199.818	166.649	3.366.467
Responsabilidade civil geral	26.690.278	6.710.187	33.400.464	22.145.306	5.959.628	28.104.934
Crédito e caução	-	159	159	-	159	159
Assistência	-	-	-	-	5.358	5.358
Diversos	4.012.700	907.377	4.920.077	4.107.562	425.493	4.533.054
	226.020.796	32.376.263	258.397.059	217.682.292	27.296.920	244.979.211
	234.330.369	35.505.304	269.835.673	223.301.184	30.510.894	253.812.077

O movimento ocorrido na provisão para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Outros	Saldo 31/12/2022
Seguros vida	7.105.569	11.013.835	(9.286.538)	8.832.866	32.911.000	(30.303.454)	(1.799)	11.438.614
Seguros não vida								
Acidentes de trabalho	3.841.090	(620.427)	(697.185)	2.523.478	1.061.156	(1.006.594)	(178.763)	2.399.277
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	17.795.787	3.419.603	(1.869.985)	19.345.405	7.322.009	(1.149.329)	(7.732)	25.510.353
Doença	51.271.686	309.943.054	(288.357.528)	72.857.213	337.026.610	(324.397.027)	(97.197)	85.389.598
Incêndio e outros danos	57.003.672	82.952.935	(39.100.781)	100.855.826	63.325.384	(71.220.526)	(558.977)	92.401.707
Automóvel	9.585.790	5.038.239	(1.236.711)	13.387.318	(453.697)	(318.685)	(201.238)	12.413.699
Marítimo, aéreo e transportes	1.513.908	2.758.767	(906.209)	3.366.467	1.800.194	(3.194.861)	(10.075)	1.961.725
Responsabilidade civil geral	19.317.792	12.549.882	(3.762.741)	28.104.934	9.724.909	(4.417.175)	(12.203)	33.400.464
Crédito e caução	159	-	-	159	-	-	-	159
Assistência	6.025	(3.467)	2.799	5.358	(2.148)	(3.209)	-	5.358
Diversos	6.346.600	12.699.140	(14.512.686)	4.533.054	6.192.267	(5.805.244)	-	4.920.077
	166.682.509	428.737.727	(350.441.024)	244.979.211	425.996.685	(411.512.651)	(1.066.186)	258.397.059
	173.788.078	439.751.562	(359.727.563)	253.812.077	458.907.685	(441.816.105)	(1.067.985)	269.835.673

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão matemática de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Seguros vida		
De contratos de seguro		
Vida risco individual	21.181.501	17.776.438
Vida risco grupo	8.388.243	9.227.829
	<u>29.569.744</u>	<u>27.004.267</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de resseguro cedido durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Outros	
Provisão matemática				
Seguros vida				
De contratos de seguro				
Vida risco individual	17.776.438	3.432.684	(27.620)	21.181.501
Vida risco grupo	9.227.829	(839.586)	-	8.388.243
	<u>27.004.267</u>	<u>2.593.098</u>	<u>(27.620)</u>	<u>29.569.744</u>

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração da anterior sucursal de Moçambique vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

	2021			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Resultados distribuídos	
Provisão matemática				
Seguros vida				
De contratos de seguro				
Vida risco individual	12.193.293	5.583.145	=	17.776.438
Vida risco grupo	9.342.111	(114.282)	=	9.227.829
	<u>21.535.404</u>	<u>5.468.863</u>	<u>-</u>	<u>27.004.267</u>
Provisão para participação nos resultados				
Seguros não vida				
Assistência	3.494	11.229	(14.723)	-

15. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	87.303.798	80.586.688
Mediadores	58.150.253	55.946.249
Reembolsos de sinistros	24.669.851	22.893.121
Co-seguradores	12.969.873	18.076.704
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.070.478	2.167.786
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	413.761	49.972
Outros	666.268	256.542
	<u>186.244.283</u>	<u>179.977.063</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 39)	(4.932.195)	(11.154.855)
(Ajustamentos IFAP - Nota 39)	(247.225)	-
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 39)	(4.473.812)	(4.602.099)
	<u>(9.653.232)</u>	<u>(15.756.954)</u>
	<u>176.591.051</u>	<u>164.220.109</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	22.060.376	32.245.438
Contas correntes de ressegurados	2.261.174	1.367.289
	<u>24.321.551</u>	<u>33.612.727</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 39)	(7.257.888)	(7.116.203)
	<u>17.063.663</u>	<u>26.496.524</u>
Contas a receber por outras operações		
Imposto agregado	55.827.776	-
Contratos Mandatos	13.688.905	4.312.663
Impostos a recuperar	4.765.438	3.503.144
Empresas do grupo	3.622.264	698.412
Contas de regularização interna	1.927.526	2.224.462
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	1.691.447	1.464.985
Arrendamentos imobiliários	1.622.995	1.781.181
Adiantamento a fornecedores	1.227.741	1.383.171
Clientes - contas correntes	957.954	5.332.746
Outros	3.212.815	7.252.307
	<u>88.544.861</u>	<u>27.953.072</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 39)	(7.010.932)	(7.702.751)
	<u>81.533.928</u>	<u>20.250.321</u>
	<u>275.188.642</u>	<u>210.966.954</u>

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2022.

O saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a receber da Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

16. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	2022	2021
Ativos por impostos correntes		
Outros		
Imposto sobre o valor acrescentado	6.184.787	-
Outros	-	19.376
	<u>6.184.787</u>	<u>19.376</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(10.916.478)	(12.249.932)
Outros		
Imposto do selo	(4.967.999)	(9.698.842)
Imposto sobre o valor acrescentado	-	(1.834.499)
Taxa para o fundo de garantia automóvel	(2.067.797)	(2.032.583)
Taxa para o fundo de acidentes de trabalho	(4.559.925)	(4.518.974)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(2.539.406)	(2.550.197)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.347.162)	(2.392.633)
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	(3.253.985)	(3.119.591)
Segurança social	(3.086.420)	(3.064.382)
Retenções	(3.918.624)	(3.644.139)
Outros	(3.736.117)	(4.664.651)
	<u>(41.393.912)</u>	<u>(49.770.423)</u>
Ativos por impostos diferidos	378.530.097	148.419.178
Passivos por impostos diferidos	(126.189.106)	(87.374.791)
	<u>252.340.991</u>	<u>61.044.388</u>
	<u>217.131.866</u>	<u>11.293.340</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento do ano, registados em conta de balanço como valores a receber ou a pagar à Longrun conforme evidenciado nas Notas 15 e 22, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(18.936.230)	(67.714.535)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	28.851.291	3.760.776
Retenções na fonte	2.290.182	2.197.237
Pagamentos por conta	35.556.087	19.637.556
Imposto sobre o rendimento das sucursais	(186.994)	415.143
Imposto sobre o rendimento de anos anteriores	19.326.920	6.264.882
Passivo fiscal	(21.989.959)	(12.201.057)
	<u>44.911.298</u>	<u>(47.639.997)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante apurado da estimativa de IRC.

Em 2022 e 2021, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados, da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores, bem como das mais e menos-valias realizadas de títulos de rendimento variável com variação de justo valor por reservas.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Imposto sobre o rendimento referente a exercícios anteriores” corresponde, entre outros, à estimativa do benefício fiscal do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) referente ao exercício de 2021 (3.229.145 Euros) e de 2020 (4.831.006 Euros).

Com efeito, no exercício de 2021, a Companhia suportou despesas relacionadas com projetos de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”), no montante de 7.981.917 Euros, tendo, em maio de 2022, efetuado uma candidatura ao SIFIDE II no montante global de 3.229.145 Euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a candidatura apresentada referente ao exercício de 2021 ainda encontra em avaliação pela Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI), tendo a Companhia contabilizado em 2022 o montante de 3.229.145 Euros, correspondente a 100% do crédito fiscal solicitado.

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	20.568.993	151.365.897	-	171.934.889
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	63.550.037	63.550.037
Perdas de crédito esperadas	1	5.910.757	(5.910.757)	1
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	8.127.475	-	(540.172)	7.587.303
De rendimento	18.881.091	(228.272)	(10.759.102)	7.893.717
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	92.999.728	(2.202.465)	21.611.614	112.408.877
Benefícios com trabalhadores	7.790.491	-	515.502	8.305.993
Loações	37.853	-	(37.853)	-
Por prejuízos fiscais reportáveis	-	-	6.849.280	6.849.280
Outras diferenças temporárias	13.546	-	(13.546)	-
	<u>148.419.178</u>	<u>154.845.916</u>	<u>75.265.003</u>	<u>378.530.097</u>
Passivo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(74.223.449)	41.698.587	1.393.768	(31.131.095)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(83.783.013)	(83.783.013)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(11.377.452)	-	823.218	(10.554.234)
De rendimento	(1.773.890)	320.589	732.537	(720.765)
	<u>(87.374.791)</u>	<u>42.019.175</u>	<u>(80.833.491)</u>	<u>(126.189.106)</u>
	<u>61.044.387</u>	<u>196.865.091</u>	<u>(5.568.487)</u>	<u>252.340.991</u>

	2021			Saldos finais
	Saldos iniciais	Variação em		
		Reservas	Resultados	
Ativo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	22.037.873	(1.468.880)	-	20.568.993
Perdas de crédito esperadas	468.467	2.077.363	(2.545.829)	1
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	8.052.706	-	74.769	8.127.475
De rendimento	20.234.786	(493.063)	(860.631)	18.881.091
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	89.312.361	43.868	3.643.499	92.999.728
Benefícios com trabalhadores	10.613.150	(839.887)	(1.982.772)	7.790.491
Locações	1.039.250	-	(1.001.396)	37.853
Outras diferenças temporárias	-	-	13.546	13.546
	<u>151.758.592</u>	<u>(680.601)</u>	<u>(2.658.813)</u>	<u>148.419.178</u>
Passivo				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(130.997.721)	57.455.306	(681.034)	(74.223.449)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(10.684.198)	-	(693.253)	(11.377.452)
De rendimento	(1.640.273)	(62.753)	(70.865)	(1.773.890)
	<u>(143.322.192)</u>	<u>57.392.553</u>	<u>(1.445.152)</u>	<u>(87.374.791)</u>
	<u>8.436.400</u>	<u>56.711.952</u>	<u>(4.103.966)</u>	<u>61.044.387</u>

No exercício de 2022 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 31,5%, exceto, quando aplicável, na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa de 21%.

17. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Acréscimos de rendimentos		
Estimativa de <i>profit commissions</i>	4.260.391	4.565.000
Outros	235.516	87.238
Gastos diferidos		
Licenças de <i>software</i>	6.209.467	4.561.122
Conservação e reparação	1.958.525	428.266
Trabalhos especializados	721.168	18.358
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	365.062	295.737
Comissões de emissão de produtos financeiros	360.860	2.455.794
Seguros	50.229	26.514
Rendas e alugueres	37.880	32.311
Outros	292.044	744.638
	<u>14.491.141</u>	<u>13.214.978</u>

A rubrica "Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

18. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de ganhos e perdas de ativos não correntes detidos para venda, apresenta a seguinte composição:

	2021
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda	
Ganhos	
Ganhos realizados	3.890.250
	<u>3.890.250</u>

Os ganhos realizados em 2021 dizem respeito a alienação de imóvel sito na P. Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 18, no Porto.

19. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Vida	Não vida	Total	Vida	Não vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2.618.438	356.907.033	359.525.471	2.363.593	319.470.334	321.833.928
Provisão matemática do ramo vida	1.613.365.329	-	1.613.365.329	1.797.846.377	-	1.797.846.377
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	82.350.138	1.665.017.132	1.747.367.270	85.547.599	1.708.058.607	1.793.606.206
Sinistros não declarados (IBNR)	28.897.901	116.530.466	145.428.367	27.876.359	100.128.755	128.005.114
	<u>111.248.039</u>	<u>1.781.547.598</u>	<u>1.892.795.637</u>	<u>113.423.958</u>	<u>1.808.187.362</u>	<u>1.921.611.319</u>
Provisão para participação nos resultados	26.187.874	6.250	26.194.124	62.284.521	6.250	62.290.771
Provisão para compromissos de taxa	16.561.158	-	16.561.158	17.780.388	-	17.780.388
Provisão para estabilização de carteira	24.110.995	-	24.110.995	25.803.587	-	25.803.587
Provisão para desvios de sinistralidade	-	35.173.070	35.173.070	-	32.960.468	32.960.468
Provisão para riscos em curso	-	41.162.650	41.162.650	-	43.924.719	43.924.719
Outras provisões técnicas	-	35.787.913	35.787.913	-	23.211.963	23.211.963
	<u>1.794.091.833</u>	<u>2.250.584.514</u>	<u>4.044.676.347</u>	<u>2.019.502.424</u>	<u>2.227.761.096</u>	<u>4.247.263.520</u>

As Outras provisões técnicas tiveram origem na Sucursal de França, na contabilização da PSNEM (*Provision pour Sinistres Non Encore Manifestés*), provisão obrigatória para os produtos relacionados com a responsabilidade civil ligada à construção. Nos exercícios de 2022 e 2021, o aumento acentuado da provisão deve-se essencialmente ao ajuste da PSNEM do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	2.618.438	-	2.618.438	2.366.363	(2.770)	2.363.593
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	19.614.461	(3.915.996)	15.698.465	18.173.302	(3.700.161)	14.473.141
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	17.239.201	(6.113.169)	11.126.032	12.518.081	(3.522.977)	8.995.104
Doença	34.908.071	(4.419.539)	30.488.532	32.111.313	(3.666.605)	28.444.708
Incêndio e outros danos	127.617.259	(27.661.671)	99.955.588	114.642.963	(26.726.786)	87.916.176
Automóvel	180.399.297	(40.155.929)	140.243.368	165.943.776	(36.386.753)	129.557.023
Marítimo, aéreo e transportes	3.291.415	(462.026)	2.829.389	3.310.232	(518.272)	2.791.960
Responsabilidade civil geral	38.434.174	(9.222.465)	29.211.709	27.887.786	(6.691.174)	21.196.612
Crédito e caução	64.921	(7.680)	57.242	79.803	(8.562)	71.241
Proteção jurídica	2.700.753	(1.141.666)	1.559.087	2.448.640	(1.132.928)	1.315.712
Assistência	18.346.926	(4.221.381)	14.125.545	16.771.368	(3.903.255)	12.868.114
Diversos	15.107.195	(3.495.120)	11.612.075	15.517.256	(3.676.711)	11.840.544
	457.723.674	(100.816.641)	356.907.033	409.404.520	(89.934.185)	319.470.334
	460.342.112	(100.816.641)	359.525.471	411.770.883	(89.936.955)	321.833.928

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Outros	Saldo 31/12/2022
Provisão para prémios não adquiridos						
Seguros vida	1.949.697	416.666	2.366.363	252.075	-	2.618.438
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	16.617.602	1.555.700	18.173.302	1.567.580	(126.421)	19.614.461
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.530.583	2.987.498	12.518.081	4.811.713	(90.594)	17.239.201
Doença	34.358.122	(2.246.809)	32.111.313	4.019.661	(1.222.903)	34.908.071
Incêndio e outros danos	100.451.137	14.191.826	114.642.963	13.515.393	(541.097)	127.617.259
Automóvel	158.674.072	7.269.704	165.943.776	15.046.503	(590.982)	180.399.297
Marítimo, aéreo e transportes	1.948.442	1.361.790	3.310.232	60.344	(79.161)	3.291.415
Responsabilidade civil geral	18.197.517	9.690.269	27.887.786	10.565.329	(18.941)	38.434.174
Crédito e caução	116.294	(36.491)	79.803	(14.882)	-	64.921
Proteção jurídica	2.251.765	196.875	2.448.640	253.115	(1.002)	2.700.753
Assistência	15.738.423	1.032.945	16.771.368	1.589.905	(14.348)	18.346.926
Diversos	11.680.483	3.836.773	15.517.256	(410.060)	-	15.107.195
	369.564.440	39.840.081	409.404.520	51.004.602	(2.685.448)	457.723.674
	371.514.137	40.256.747	411.770.883	51.256.677	(2.685.448)	460.342.112
Custos de aquisição diferidos						
Seguros vida	-	(2.770)	(2.770)	2.770	-	-
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	(3.513.473)	(186.688)	(3.700.161)	(232.223)	16.388	(3.915.996)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(3.105.820)	(417.157)	(3.522.977)	(2.596.739)	6.547	(6.113.169)
Doença	(4.444.278)	777.673	(3.666.605)	(815.850)	62.917	(4.419.539)
Incêndio e outros danos	(25.540.386)	(1.186.401)	(26.726.786)	(975.527)	40.643	(27.661.671)
Automóvel	(33.503.540)	(2.883.213)	(36.386.753)	(3.841.845)	72.669	(40.155.929)
Marítimo, aéreo e transportes	(298.569)	(219.703)	(518.272)	15.710	40.536	(462.026)
Responsabilidade civil geral	(5.237.360)	(1.453.814)	(6.691.174)	(2.531.920)	629	(9.222.465)
Crédito e caução	(9.502)	940	(8.562)	883	-	(7.680)
Proteção jurídica	(1.177.666)	44.738	(1.132.928)	(8.835)	97	(1.141.666)
Assistência	(3.774.520)	(128.735)	(3.903.255)	(319.906)	1.780	(4.221.381)
Diversos	(3.166.609)	(510.102)	(3.676.711)	181.591	-	(3.495.120)
	(83.771.723)	(6.162.463)	(89.934.185)	(11.124.662)	242.206	(100.816.641)
	(83.771.723)	(6.165.233)	(89.936.955)	(11.121.892)	242.206	(100.816.641)
	287.742.414	34.091.514	321.833.928	40.134.785	(2.443.242)	359.525.471

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	82.350.138	28.897.901	111.248.039	85.547.599	27.876.359	113.423.958
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	701.416.192	1.198.947	702.615.139	721.628.962	1.212.253	722.841.215
Provisão para assistência vitalícia	196.611.585	7.957.760	204.569.345	206.705.696	7.978.518	214.684.214
Provisão para assistência temporária	67.988.955	3.111.264	71.100.219	68.672.688	3.214.192	71.886.880
	966.016.732	12.267.971	978.284.702	997.007.346	12.404.963	1.009.412.309
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	34.435.440	7.808.189	42.243.630	27.864.203	7.120.790	34.984.993
Doença	80.715.796	5.118.823	85.834.619	68.684.632	7.051.346	75.735.978
Incêndio e outros danos	132.646.005	36.274.908	168.920.913	139.274.344	25.280.155	164.554.499
Automóvel	345.446.823	20.702.389	366.149.212	369.622.604	16.982.252	386.604.856
Marítimo, aéreo e transportes	4.399.308	2.979.029	7.378.337	5.384.515	2.694.325	8.078.840
Responsabilidade civil geral	92.110.367	29.086.553	121.196.920	92.286.710	26.529.625	118.816.335
Crédito e caução	176.281	100.634	276.915	170.917	94.487	265.405
Proteção jurídica	-	-	-	19.837	10.697	30.535
Assistência	3.828	375	4.203	151.385	89.366	240.750
Diversos	9.066.551	2.191.596	11.258.147	7.592.115	1.870.747	9.462.862
	699.000.401	104.262.495	803.262.896	711.051.261	87.723.791	798.775.053
	1.665.017.132	116.530.466	1.781.547.598	1.708.058.607	100.128.755	1.808.187.362
	1.747.367.270	145.428.367	1.892.795.637	1.793.606.206	128.005.114	1.921.611.319

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Saldo 31/12/2021	Responsabilidades originadas no exercício	Montantes pagos	Outros	Saldo 31/12/2022
Seguros vida	105.342.959	359.127.763	(351.046.764)	113.423.958	355.555.297	(357.728.446)	(2.770)	111.248.039
Seguros não vida								
Acidentes de trabalho	943.271.218	224.565.701	(158.424.610)	1.009.412.309	152.344.936	(183.099.986)	(372.557)	978.284.702
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	33.646.081	11.183.146	(9.844.235)	34.984.993	20.436.300	(13.172.126)	(5.537)	42.243.630
Doença	53.341.369	317.462.359	(295.067.750)	75.735.978	338.214.594	(326.272.304)	(1.843.650)	85.834.619
Incêndio e outros danos	120.876.897	170.465.134	(126.787.532)	164.554.499	162.079.623	(157.142.729)	(570.479)	168.920.913
Automóvel	367.433.743	394.908.806	(315.737.693)	386.604.856	355.752.900	(375.635.732)	(572.812)	366.149.212
Marítimo, aéreo e transportes	5.934.216	5.676.676	(3.532.052)	8.078.840	6.570.330	(7.263.413)	(7.420)	7.378.337
Responsabilidade civil geral	106.391.123	26.596.858	(14.171.645)	118.816.335	18.931.070	(16.539.592)	(10.892)	121.196.920
Crédito e caução	304.045	(33.424)	(5.216)	265.405	15.721	(4.210)	-	276.915
Proteção jurídica	21.782	18.959	(10.206)	30.535	(30.400)	-	(135)	-
Assistência	178.399	57.203	5.149	240.750	(215.945)	(6.518)	(14.084)	4.203
Diversos	10.927.535	24.076.090	(25.540.763)	9.462.862	17.454.857	(15.659.573)	-	11.258.147
	1.642.326.408	1.114.977.507	(949.116.553)	1.808.187.362	1.071.553.986	(1.094.796.183)	(3.397.566)	1.781.547.598
	1.747.669.367	1.474.105.270	(1.300.163.317)	1.921.611.319	1.427.109.283	(1.452.524.630)	(3.400.336)	1.892.795.637

As responsabilidades originadas no exercício e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pela Companhia.

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	569.958	869.120
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	82.928	221.649
Doença	10.490.752	10.047.998
Incêndio e outros danos	3.170.490	2.707.599
Automóvel	16.939.935	21.774.761
Marítimo, aéreo e transportes	1.510	81.065
Responsabilidade civil geral	6.658.818	4.787.340
Proteção jurídica	478.345	648.005
Assistência	2.769.914	2.745.404
Diversos	-	41.780
	41.162.650	43.924.719

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Dotações / (Reversões) no exercício	Saldo 31/12/2021	Dotações / (Reversões) no exercício	Outros	Saldo 31/12/2022
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	631.521	237.599	869.120	(299.162)	-	569.958
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1.194.634	(972.985)	221.649	(138.113)	(607)	82.928
Doença	691.569	9.356.429	10.047.998	445.382	(2.628)	10.490.752
Incêndio e outros danos	3.601.537	(893.938)	2.707.599	464.150	(1.259)	3.170.490
Automóvel	15.980.859	5.793.902	21.774.761	(4.832.240)	(2.585)	16.939.935
Marítimo, aéreo e transportes	-	81.065	81.065	(79.555)	-	1.510
Responsabilidade civil geral	3.025.260	1.762.080	4.787.340	1.871.478	-	6.658.818
Crédito e caução	508	(508)	-	-	-	-
Proteção jurídica	477.133	170.872	648.005	(169.658)	(2)	478.345
Assistência	1.974.627	770.777	2.745.404	24.515	(5)	2.769.914
Diversos	11.033	30.747	41.780	(41.780)	-	-
	27.588.681	16.336.038	43.924.719	(2.754.983)	(7.087)	41.162.650

No ramo automóvel a alteração do método de cálculo da provisão para riscos em curso descrita na Nota 2.15.j), devido ao impacto do surto pandémico Coronavírus – COVID-19 no exercício de 2021, deu origem a um reforço da provisão de 20.659.927 Euros.

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022					
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados a atribuir	Provisão para participação nos resultados atribuída	Total provisão para participação nos resultados
Seguros vida						
De contratos de seguro						
Vida risco individual	113.585.698	-	113.585.698	978.603	13.839.244	14.817.847
Vida risco grupo	111.199.455	-	111.199.455	1.961	5.726.296	5.728.258
	224.785.152	-	224.785.152	980.564	19.565.540	20.546.104
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária						
Vida capitalização individual	71.155.205	(2.855)	71.152.350	-	1.337.430	1.337.430
Vida capitalização grupo	365.327.650	-	365.327.650	195	4.185.022	4.185.217
Vida PPR individual	952.108.000	(7.823)	952.100.177	-	119.122	119.122
	1.388.590.855	(10.678)	1.388.580.177	195	5.641.574	5.641.769
	1.613.376.008	(10.678)	1.613.365.329	980.759	25.207.115	26.187.874
Seguros não vida						
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	6.250	6.250
	-	-	-	-	6.250	6.250
	1.613.376.008	(10.678)	1.613.365.329	980.759	25.213.365	26.194.124
2021						
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados a atribuir	Provisão para participação nos resultados atribuída	Total provisão para participação nos resultados
Seguros vida						
De contratos de seguro						
Vida risco individual	108.210.257	(18.587)	108.191.670	2.111.992	15.195.265	17.307.257
Vida risco grupo	120.425.103	-	120.425.103	97.048	18.837.448	18.934.495
Vida capitalização individual	2.861.942	-	2.861.942	60.258	9.661	69.919
Vida capitalização grupo	2.544.934	-	2.544.934	29.504	15.032	44.536
	234.042.236	(18.587)	234.023.649	2.298.802	34.057.406	36.356.208
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária						
Vida capitalização individual	77.136.924	(3.604)	77.133.321	712.118	4.919.880	5.631.998
Vida capitalização grupo	342.463.504	-	342.463.504	2.068.569	3.201.337	5.269.906
Vida PPR individual	1.144.235.750	(9.847)	1.144.225.903	12.986.335	2.040.075	15.026.409
	1.563.836.178	(13.450)	1.563.822.728	15.767.021	10.161.292	25.928.314
	1.797.878.414	(32.037)	1.797.846.377	18.065.824	44.218.698	62.284.521
Seguros não vida						
Incêndio e outros danos	-	-	-	-	6.250	6.250
	-	-	-	-	6.250	6.250
	1.797.878.414	(32.037)	1.797.846.377	18.065.824	44.224.948	62.290.771

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022							
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Resultados distribuídos	Outros	Saldo final
Provisão matemática								
Seguros vida								
De contratos de seguro	234.023.649	(3.837.058)	-	113	-	(5.259.417)	(142.136)	224.785.152
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.563.822.728	(189.049.547)	-	2.772	(66.194)	13.870.418	-	1.388.580.177
	1.797.846.377	(192.886.605)	-	2.886	(66.194)	8.611.002	(142.136)	1.613.365.329
Provisão para participação nos resultados								
A Atribuir								
Seguros vida								
De contratos de seguro	2.298.802	592.585	(1.821.061)	-	-	(89.762)	-	980.564
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	15.767.021	9.212.116	(25.160.093)	-	-	181.151	-	195
	18.065.824	9.804.701	(26.981.154)	-	-	91.389	-	980.759
Atribuída								
Seguros vida								
De contratos de seguro	34.057.406	(13.719.103)	-	-	-	(772.762)	-	19.565.540
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	10.161.292	3.818.926	-	-	-	(8.338.644)	-	5.641.574
	44.218.698	(9.900.177)	-	-	-	(9.111.406)	-	25.207.115
Seguros não vida								
Incêndio e outros danos	6.250	4.217	-	-	-	(4.217)	-	6.250
Diversos	-	79.193	-	-	-	(79.193)	-	-
	6.250	83.410	-	-	-	(83.410)	-	6.250
	44.224.948	(9.816.767)	-	-	-	(9.194.816)	-	25.213.365
	62.290.771	(12.066)	(26.981.154)	-	-	(9.103.427)	-	26.194.124

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à integração das anteriores sucursais de Moçambique vida e não vida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

	2021						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no exercício e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição dos custos de aquisição diferidos	Recomposição de carteira	Resultados distribuídos	Saldo final
Provisão matemática							
Seguros vida							
De contratos de seguro	228.386.729	4.263.955	-	6.911	-	1.366.054	234.023.649
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.751.056.925	(190.561.450)	-	3.796	(53.055)	3.376.512	1.563.822.728
	1.979.443.654	(186.297.495)	-	10.706	(53.055)	4.742.566	1.797.846.377
Provisão para participação nos resultados							
A Atribuir							
Seguros vida							
De contratos de seguro	2.040.346	40.072	218.384	-	-	-	2.298.802
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	29.220.882	6.082.864	(19.995.034)	-	-	458.310	15.767.021
	31.261.228	6.122.936	(19.776.650)	-	-	458.310	18.065.824
Atribuída							
Seguros vida							
De contratos de seguro	34.681.279	3.844.018	-	-	-	(4.467.891)	34.057.406
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	9.684.436	4.251.507	-	-	-	(3.774.651)	10.161.292
	44.365.715	8.095.525	-	-	-	(8.242.542)	44.218.698
Seguros não vida							
Incêndio e outros danos	6.250	146.202	-	-	-	(146.202)	6.250
	6.250	146.202	-	-	-	(146.202)	6.250
	44.371.965	8.241.728	-	-	-	(8.388.745)	44.224.948
	75.633.193	14.364.664	(19.776.650)	-	-	(7.930.435)	62.290.771

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na Nota 2.15.f).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão para compromissos de taxa, a provisão para estabilização da carteira e a provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2022		
	Provisão para compromissos de taxa	Provisão para estabilização de carteira	Provisão para desvios de sinistralidade
Seguros vida			
De contratos de seguro			
Vida risco grupo	-	24.110.995	-
	-	24.110.995	-
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária			
Vida capitalização individual	1.533.954	-	-
Vida capitalização grupo	537.378	-	-
Vida PPR individual	14.489.825	-	-
	16.561.158	-	-
	16.561.158	24.110.995	-
Seguros não vida			
Incêndio e outros danos	-	-	32.472.481
Responsabilidade civil geral	-	-	61.681
Crédito e caução	-	-	2.009.593
Diversos	-	-	629.315
	-	-	35.173.070
	16.561.158	24.110.995	35.173.070

	2021		
	Provisão para compromissos de taxa	Provisão para estabilização de carteira	Provisão para desvios de sinistralidade
Seguros vida			
De contratos de seguro			
Vida risco grupo	-	25.803.587	-
	-	25.803.587	-
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária			
Vida capitalização individual	2.804.509	-	-
Vida capitalização grupo	744.111	-	-
Vida PPR individual	14.231.768	-	-
	17.780.388	-	-
	17.780.388	25.803.587	-
Seguros não vida			
Incêndio e outros danos	-	-	30.289.684
Responsabilidade civil geral	-	-	61.681
Crédito e caução	-	-	2.009.593
Diversos	-	-	599.510
	-	-	32.960.468
	17.780.388	25.803.587	32.960.468

A provisão para compromissos de taxa é movimentada de acordo com a política descrita na Nota 2.15.g).

O movimento ocorrido na provisão para compromissos de taxa e na provisão para estabilização de carteira de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Reversões no exercício	Saldo 31/12/2021	Reversões no exercício	Saldo 31/12/2022
Provisão para compromissos de taxa					
Seguros vida					
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	5.648.440	(2.843.931)	2.804.509	(1.270.554)	1.533.954
Vida capitalização grupo	1.800.637	(1.056.526)	744.111	(206.734)	537.378
Vida PPR individual	21.562.945	(7.331.177)	14.231.768	258.057	14.489.825
	29.012.022	(11.231.634)	17.780.388	(1.219.231)	16.561.158
Provisão para estabilização de carteira					
Seguros vida					
De contratos de seguro					
Vida risco grupo	26.345.782	(542.195)	25.803.587	(1.692.592)	24.110.995
	26.345.782	(542.195)	25.803.587	(1.692.592)	24.110.995

O movimento ocorrido na provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo 31/12/2020	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2021	Dotações no exercício	Saldo 31/12/2022
Seguros não vida					
Incêndio e outros danos	28.318.333	1.971.351	30.289.684	2.182.797	32.472.481
Responsabilidade civil geral	61.681	-	61.681	-	61.681
Crédito e caução	2.005.006	4.587	2.009.593	-	2.009.593
Diversos	574.205	25.305	599.510	29.805	629.315
	30.959.225	2.001.243	32.960.468	2.212.602	35.173.070

20. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

		2022					
		Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor							
<i>Contratos unit-linked</i>							
	<i>Unit-linked</i> capitalização individual	1.447.057.443	976.251.559	(98.320.361)	(222.177.509)	(601.726)	2.102.209.406
	<i>Unit-linked</i> capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
	<i>Unit-linked</i> PPR	312.491.275	98.980.283	(20.051.238)	(25.723.881)	(1.359.449)	364.336.990
		1.760.269.964	1.075.231.842	(118.371.599)	(247.901.390)	(1.961.176)	2.467.267.641
Valorizados ao custo amortizado							
<i>Outros contratos de investimento</i>							
	Vida PPR Taxa Fixa Individual	4.369.811.692	151.827.823	(897.902.113)	3.287.222	1.425.643	3.628.450.267
	Vida Taxa Fixa Individual	1.881.617.869	388.672.441	(668.424.383)	3.353.734	602.016	1.605.821.677
	Vida Taxa Fixa Grupo	816.882	37.080	-	29.261	-	883.224
	Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.435.555	-	(994)	3.313	-	4.437.874
		6.256.681.997	540.537.344	(1.566.327.489)	6.673.530	2.027.659	5.239.593.041
		8.016.951.962	1.615.769.186	(1.684.699.088)	(241.227.860)	66.483	7.706.860.682
		2021					
		Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor							
<i>Contratos unit-linked</i>							
	<i>Unit-linked</i> capitalização individual	436.425.650	1.042.531.268	(47.732.420)	16.009.090	(176.145)	1.447.057.443
	<i>Unit-linked</i> capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
	<i>Unit-linked</i> PPR	86.383.232	229.704.106	(7.906.181)	8.432.175	(4.122.056)	312.491.275
		523.530.127	1.272.235.374	(55.638.601)	24.441.265	(4.298.202)	1.760.269.964
Valorizados ao custo amortizado							
<i>Outros contratos de investimento</i>							
	Vida PPR Taxa Fixa Individual	5.404.155.924	181.613.064	(1.223.274.300)	3.141.892	4.175.111	4.369.811.692
	Vida Taxa Fixa Individual	2.343.751.264	611.885.111	(1.088.940.538)	14.745.886	176.145	1.881.617.869
	Vida Taxa Fixa Grupo	751.929	36.834	-	28.119	-	816.882
	Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	4.435.555	-	-	-	-	4.435.555
		7.753.094.672	793.535.009	(2.312.214.838)	17.915.898	4.351.256	6.256.681.997
		8.276.624.799	2.065.770.383	(2.367.853.439)	42.357.163	53.055	8.016.951.962

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

21. Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		
Cobertura justo valor (Nota 6)	39.978.362	182.884.109
Outros derivados (Nota 6)	129.278.235	129.754.462
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados	502.164.558	501.053.722
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	1.773.745	2.069.390
Não vida	147.849.004	128.077.301
	149.622.749	130.146.691
Locações	23.541.553	26.756.211
	675.328.860	657.956.624
	844.585.457	970.595.195

A rubrica “Outros derivados” inclui uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A.

A rubrica “Passivos subordinados” diz respeito à emissão de dívida pela Companhia no dia 4 de junho de 2021, no valor de 500.000.000 Euros, com prazo de maturidade de 10 anos, com *call option* a 5 anos e uma taxa de remuneração de 4,25%.

Em dezembro de 2021 a Fidelidade alienou unidades de participação de um fundo imobiliário no valor de 40 milhões de Euros. No contrato de venda, (i) foi acordado que, no prazo de 12 meses, se algum investidor adquirir unidades de participação deste fundo imobiliário por um preço inferior ao valor de mercado, em termos comparáveis ao do presente contrato, o adquirente tem direito a uma redução do preço e (ii) foi contratada uma *Put Option* a favor da adquirente mediante a qual esta pode vender a totalidade da posição à Fidelidade no final de 5 anos sem qualquer condição, ou a cada aniversário do contrato, se o valor de mercado a essa data for inferior ao valor na data do contrato. Caso a *Put Option* seja exercida, o preço de exercício é o maior entre o valor de mercado e o valor à data do contrato acrescido de uma rentabilidade de 3% ao ano, ajustado caso existam aumentos de capital ou distribuição de rendimentos. A transação cumpre os requisitos da IFRS 9 para desreconhecimento do ativo transferido, tendo a Fidelidade transferido substancialmente todos os riscos e benefícios, uma vez que a exposição à sua variabilidade já não é significativa em relação à variabilidade total do valor atual dos fluxos de caixa líquidos futuros associados às unidades de participação do fundo imobiliário.

Na mesma data foram emitidas unidades de participação do mesmo fundo no valor de 25 milhões de Euros que têm associada uma garantia de rentabilidade de 3% ao ano, num período de 5 anos.

À data do balanço não houve lugar ao registo de qualquer responsabilidade decorrente destas garantias.

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.756.211
Incremento do Período	9.211.777
Adições	3.159.790
Juros	743.520
Outros	5.308.467
Decréscimo do Período	12.426.435
Pagamentos	12.426.435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.541.553

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos de locações apresenta a seguinte maturidade:

	2022				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Locações	11.489.230	6.392.877	4.085.305	1.574.142	23.541.553
	11.489.230	6.392.877	4.085.305	1.574.142	23.541.553

	2021				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Locações	13.176.057	8.066.189	3.457.584	2.056.382	26.756.211
	13.176.057	8.066.189	3.457.584	2.056.382	26.756.211

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo como princípios definidos na IFRS 16 – “Locações”.

22. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	52.433.648	48.398.734
Tomadores de seguro	47.442.014	41.546.311
Co-seguradoras	10.917.957	15.612.300
	110.793.618	105.557.345
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	96.760.626	83.950.551
Contas correntes de ressegurados	2.526.584	1.965.060
	99.287.210	85.915.611
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores conta corrente	9.428.387	14.758.970
Contas de regularização interna	3.399.502	2.122.232
Transações a liquidar	2.070.873	3.191.151
Empresas do grupo	2.016.300	3.517.315
Imposto agregado	-	35.854.084
Outros	6.158.454	2.254.967
	23.073.516	61.698.719
	233.154.345	253.171.674

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

O saldo da rubrica “Imposto agregado” corresponde ao valor de imposto a pagar à Longrun resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

23. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	178.298	224.213
	178.298	224.213
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	67.343.109	73.447.619
Férias e subsídios a pagar	16.900.653	15.791.721
Prémios de desempenho da empresa	11.246.585	12.015.359
Pagamentos diferidos - Marketing	7.889.671	9.792.217
Faturas em conferência	6.263.234	6.099.143
Seguros	4.522.793	4.388.673
Benefícios optativos de carreira	2.378.351	1.736.236
Trabalhos especializados	1.948.281	2.924.214
Remunerações variáveis, incluindo encargos	1.282.487	794.487
Publicidade	1.169.037	566.570
Auditoria	926.461	433.631
Imposto municipal de imóveis	284.787	188.313
Outros custos com pessoal	181.030	290.640
Outros	7.584.786	5.628.418
	129.921.266	134.097.241
	130.099.564	134.321.454

A rubrica “Comissões a pagar” inclui:

- Estimativa das *over commissions*, nos montantes de 35.999.518 Euros e 36.058.179 Euros, relativas aos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente;
- Estimativa de comissões a pagar à CGD, nos montantes de 26.242.212 Euros e 32.564.262 Euros, relativas aos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente.

24. Outras Provisões

O movimento na rubrica de “Outras provisões”, durante os exercícios de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	2022						
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	7.125.154	2.881.566	(2.880.734)	-	-	-	7.125.986
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 32)							
Benefícios de saúde	25.903.684	-	(598.391)	-	-	(6.975.396)	18.329.897
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	55.136.302	1.200.000	-	-	-	-	56.336.302
Provisão para reestruturação	10.141.774	-	(7.473.446)	-	-	-	2.668.327
Provisão para contingências judiciais	8.093.049	-	(3.076.682)	-	-	-	5.016.366
Outras	16.296.292	-	(9.287.011)	(9)	(4.697.776)	-	2.311.497
	122.696.254	4.081.566	(23.316.264)	(9)	(4.697.776)	(6.975.396)	91.788.376

	2021					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	-	7.125.154	-	-	-	7.125.154
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 32)						
Benefícios de saúde	27.006.755	-	(642.953)	(0)	(460.118)	25.903.684
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	53.936.302	1.200.000	-	-	-	55.136.302
Provisão para reestruturação	9.402.267	5.974.644	(5.235.138)	-	-	10.141.774
Provisão para contingências judiciais	988.601	7.104.448	-	(0)	-	8.093.049
Outras	18.102.711	-	(1.794.436)	(11.982)	-	16.296.292
	109.436.636	21.404.245	(7.672.526)	(11.983)	(460.118)	122.696.254

A Fidelidade tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

Em 2021 saíram 234 colaboradores, o que originou a utilização de 5.235.138 Euros. No mesmo período foram contratados 331 colaboradores.

Em 2022 saíram 301 colaboradores, o que originou a utilização de 7.473.446 Euros. No mesmo período foram contratados 397 colaboradores.

Tendo em conta esta estratégia de continuidade na constante renovação de competências e novos perfis, foi necessário rever o desenvolvimento do plano e, em 31 de dezembro 2021, a Fidelidade reforçou a provisão em 5.974.644 Euros, respetivamente, considerando o custo efetivo das saídas de colaboradores negociadas recentemente, tendo por base a idade legal de reforma de 66 anos e 6 meses em 2021.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2022 e 2021, a rubrica “Outras provisões” inclui utilizações de 9.305.011 Euros e de 1.362.168 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

A coluna "Outros" diz respeito ao passivo associado ao Acordo de benefícios de Longo Prazo dos Órgãos Sociais no valor de 4.697.776 Euros, que foi reclassificado da rubrica de "Outras provisões – Outras" para a rubrica de "Responsabilidade com Benefícios de empregados" em janeiro de 2022.

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pela Companhia para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 32).

25. Capital e Outros Instrumentos de Capital

O capital social no valor de 509.263.524 Euros é constituído por 161,7 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Os outros instrumentos de capital são constituídos por prestações suplementares, não se encontrando previsto o seu reembolso no curto prazo. De acordo com a legislação em vigor, a restituição depende da deliberação dos acionistas a qual só pode ser aprovada se, em virtude da mesma, a situação líquida da Companhia não se torne inferior à soma do capital social e da reserva legal.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148.960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

Em maio de 2018 foi realizado um aumento de capital no valor de 76.230.000 Euros, com um Prémio de Emissão de 67.276.000 Euros.

Em setembro de 2020 foi realizado um aumento de capital por novas entradas em espécie, no montante de 38.912.643 Euros, com subscrição reservada aos titulares de ações das sociedades comerciais Multicare e Fidelidade Assistência.

Em outubro de 2020 foi realizado um aumento por novas entradas em dinheiro, no montante remanescente de 12.970.881 Euros. O aumento de capital realizou-se com um Prémio de Emissão de 63.042.599 Euros.

O movimento das Prestações Suplementares foi o seguinte:

	Constituições/Reembolsos					Situação em 31 de dezembro de 2022
	2015	2018	2020	2021	2022	
Longrun Portugal, SGPS, S.A.						
Constituições	500.000.000	-	-	-	-	500.000.000
Reembolsos	-	(121.980.100)	(63.042.599)	(150.000.000)	(164.977.301)	(500.000.000)
	500.000.000	(121.980.100)	(63.042.599)	(150.000.000)	(164.977.301)	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.						
Constituições	21.530.515	-	-	-	-	21.530.515
Reembolsos	-	(21.530.515)	-	-	-	(21.530.515)
	21.530.515	(21.530.515)	-	-	-	-

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, tem a seguinte composição:

Acionistas	2022		2021	
	Número de Ações	% de Participação	Número de Ações	% de Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	137.402.839	84,9892%	137.402.839	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15,0000%	24.250.644	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	4.177	0,0026%	4.177	0,0026%
Ações Próprias	13.300	0,0082%	13.300	0,0082%
	<u>161.670.960</u>	<u>100%</u>	<u>161.670.960</u>	<u>100%</u>

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade pela Longrun, a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	112.443.017	212.282.911
Número de ações (no final do exercício)	161.670.960	161.670.960
Resultado por ação (em Euros)	<u>0,70</u>	<u>1,31</u>

26. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2022	2021
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 7)	(650.299.888)	84.239.656
Montante atribuível aos segurados	898.772	(23.971.448)
	<u>(649.401.116)</u>	<u>60.268.208</u>
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 7)	(6.466.670)	(453.737)
Montante atribuível aos segurados	0	(254.653)
	<u>(6.466.670)</u>	<u>(708.391)</u>
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	407.026	640.095
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		
Valias brutas (Nota 38)	7.163.384	26.583.442
Montante atribuível aos segurados	703	(1.690.142)
	<u>7.164.087</u>	<u>24.893.300</u>
	<u>(648.296.673)</u>	<u>85.093.212</u>
Reserva por impostos diferidos		
De instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	162.105.722	(23.824.973)
De instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(14.493.555)	(27.532.886)
De terrenos e edifícios de uso próprio	829.654	737.338
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	25.198.328	25.198.328
Benefícios de saúde	1.688.397	3.885.647
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	18.982.044	(9.441.426)
	<u>194.310.590</u>	<u>(30.977.971)</u>

	2022	2021
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(801.983)	(1.394.347)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição		
Valias brutas (Nota 5)	15.681.970	59.545.843
Montante atribuível aos segurados	-	(165.436)
	<u>15.681.970</u>	<u>59.380.408</u>
Outras reservas		
Reserva legal	247.549.636	226.321.345
Prémios de emissão	382.666.154	382.666.154
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(35.429.096)	(49.753.134)
Benefícios de saúde	(5.359.990)	(12.335.387)
Reserva de fusão	-	91.335.345
Outras reservas	1.214.101.562	1.122.766.218
	<u>1.803.528.267</u>	<u>1.761.000.541</u>
Resultados transitados	242.693.767	52.605.672
Resultado do exercício	<u>112.443.017</u>	<u>212.282.911</u>
	<u>1.719.558.954</u>	<u>2.137.990.425</u>

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

A “Reserva de fusão” corresponde às reservas livres originadas na fusão por incorporação, em 2012, da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. Em 2022 efetuou-se a transferência deste valor para as “Outras reservas”.

Os resultados dos exercícios de 2021 e de 2020 foram aplicados conforme indicado:

	2021	2020
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	21.228.291	15.083.422
Reservas livres	-	111.597.365
Resultados transitados	190.088.095	24.153.430
Reserva por imposto	(427.822)	-
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	1.394.347	-
	<u>212.282.911</u>	<u>150.834.217</u>

27. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato de seguro sem participação nos resultados	207.277.548	(27.863.788)	179.413.759	194.858.606	(22.483.524)	172.375.082
Contrato de seguro com participação nos resultados	10.711.247	(1.026.475)	9.684.772	11.324.434	(1.268.009)	10.056.425
Contrato investimento com participação discricionária nos resultados	48.334.388	-	48.334.388	40.038.289	-	40.038.289
	<u>266.323.183</u>	<u>(28.890.264)</u>	<u>237.432.920</u>	<u>246.221.328</u>	<u>(23.751.533)</u>	<u>222.469.795</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	286.922.548	(9.017.221)	277.905.327	257.176.162	(7.038.724)	250.137.437
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	42.547.215	(16.885.107)	25.662.107	35.403.321	(12.611.777)	22.791.544
Doença	420.852.326	(418.218.924)	2.633.403	387.386.779	(379.280.246)	8.106.534
Incêndio e outros danos	345.397.935	(161.057.569)	184.340.365	307.489.136	(133.201.156)	174.287.980
Automóvel	500.274.153	(2.536.671)	497.737.482	467.392.058	(2.062.040)	465.330.018
Marítimo, aéreo e transportes	29.182.690	(16.995.976)	12.186.714	26.922.558	(16.625.920)	10.296.638
Responsabilidade civil geral	77.117.309	(41.209.525)	35.907.784	72.663.353	(35.440.283)	37.223.070
Crédito e caução	319.505	(205.776)	113.729	344.600	(242.198)	102.402
Proteção jurídica	6.549.211	(5.032.897)	1.516.314	5.987.286	(4.568.334)	1.418.952
Assistência	48.314.366	(37.612.142)	10.702.224	44.877.945	(35.711.266)	9.166.679
Diversos	42.522.016	(19.005.203)	23.516.813	41.476.669	(18.009.602)	23.467.066
	<u>1.799.999.275</u>	<u>(727.777.013)</u>	<u>1.072.222.262</u>	<u>1.647.119.865</u>	<u>(644.791.547)</u>	<u>1.002.328.318</u>
	<u>2.066.322.458</u>	<u>(756.667.276)</u>	<u>1.309.655.182</u>	<u>1.893.341.194</u>	<u>(668.543.080)</u>	<u>1.224.798.114</u>
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato de seguro sem participação nos resultados	(280.914)	6.704	(274.210)	(310.965)	75.364	(235.601)
Contrato de seguro com participação nos resultados	28.839	(14.055)	14.784	(109.479)	31.844	(77.635)
Contrato de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	3.778	-	3.778
	<u>(252.075)</u>	<u>(7.351)</u>	<u>(259.425)</u>	<u>(416.666)</u>	<u>107.209</u>	<u>(309.458)</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(1.567.580)	0	(1.567.580)	(1.555.700)	(0)	(1.555.700)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(4.811.713)	4.606.276	(205.438)	(2.987.499)	2.798.206	(189.293)
Doença	(4.019.661)	4.021.184	1.523	2.246.809	(2.701.115)	(454.306)
Incêndio e outros danos	(13.515.393)	7.757.250	(5.758.143)	(14.191.826)	11.645.150	(2.546.675)
Automóvel	(15.046.503)	(1.599)	(15.048.102)	(7.269.704)	(6.879)	(7.276.583)
Marítimo, aéreo e transportes	(60.344)	(87.488)	(147.832)	(1.361.790)	1.007.857	(353.933)
Responsabilidade civil geral	(10.565.329)	11.152.071	586.742	(9.690.269)	5.770.454	(3.919.815)
Crédito e caução	14.882	(15.908)	(1.026)	36.490	(18.138)	18.352
Proteção jurídica	(253.115)	-	(253.115)	(196.874)	215	(196.659)
Assistência	(1.589.905)	-	(1.589.905)	(1.032.946)	7.102	(1.025.843)
Diversos	410.060	(48.862)	361.198	(3.836.773)	3.033.989	(802.784)
	<u>(51.004.602)</u>	<u>27.382.923</u>	<u>(23.621.680)</u>	<u>(39.840.081)</u>	<u>21.536.842</u>	<u>(18.303.239)</u>
	<u>(51.256.677)</u>	<u>27.375.572</u>	<u>(23.881.105)</u>	<u>(40.256.747)</u>	<u>21.644.050</u>	<u>(18.612.697)</u>

	2022		2021			
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato de seguro sem participação nos resultados	206.996.634	(27.857.084)	179.139.550	194.547.641	(22.408.160)	172.139.481
Contrato de seguro com participação nos resultados	10.740.086	(1.040.530)	9.699.556	11.214.954	(1.236.164)	9.978.790
Contrato de investimento com participação discricionária nos resultados	48.334.388	-	48.334.388	40.042.066	-	40.042.066
	<u>266.071.109</u>	<u>(28.897.614)</u>	<u>237.173.494</u>	<u>245.804.662</u>	<u>(23.644.324)</u>	<u>222.160.338</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	285.354.968	(9.017.221)	276.337.747	255.620.462	(7.038.725)	248.581.737
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	37.735.501	(12.278.832)	25.456.670	32.415.822	(9.813.571)	22.602.251
Doença	416.832.665	(414.197.740)	2.634.925	389.633.588	(381.981.360)	7.652.228
Incêndio e outros danos	331.882.542	(153.300.319)	178.582.222	293.297.310	(121.556.006)	171.741.304
Automóvel	485.227.650	(2.538.270)	482.689.380	460.122.354	(2.068.920)	458.053.435
Marítimo, aéreo e transportes	29.122.346	(17.083.464)	12.038.882	25.560.767	(15.618.063)	9.942.704
Responsabilidade civil geral	66.551.980	(30.057.454)	36.494.526	62.973.084	(29.669.829)	33.303.254
Crédito e caução	334.387	(221.685)	112.703	381.090	(260.336)	120.754
Proteção jurídica	6.296.096	(5.032.897)	1.263.199	5.790.412	(4.568.119)	1.222.293
Assistência	46.724.461	(37.612.142)	9.112.319	43.844.999	(35.704.163)	8.140.836
Diversos	42.932.077	(19.054.066)	23.878.011	37.639.896	(14.975.614)	22.664.282
	<u>1.748.994.673</u>	<u>(700.394.090)</u>	<u>1.048.600.583</u>	<u>1.607.279.784</u>	<u>(623.254.705)</u>	<u>984.025.079</u>
	<u>2.015.065.781</u>	<u>(729.291.704)</u>	<u>1.285.774.077</u>	<u>1.853.084.446</u>	<u>(646.899.030)</u>	<u>1.206.185.417</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	2022	2021
Prémios brutos emitidos de seguro direto	<u>265.929.462</u>	<u>245.996.266</u>
Contratos individuais	66.021.952	60.244.060
Contratos de grupo	199.907.510	185.752.205
	<u>265.929.462</u>	<u>245.996.266</u>
Periódicos	224.861.509	214.792.678
Não periódicos	41.067.952	31.203.588
	<u>265.929.462</u>	<u>245.996.266</u>
Contratos sem participação nos resultados	206.883.826	194.633.544
Contratos com participação nos resultados	59.045.636	51.362.722
	<u>265.929.462</u>	<u>245.996.266</u>
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	<u>393.721</u>	<u>225.062</u>
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	<u>266.323.183</u>	<u>246.221.328</u>
Saldo de resseguro	<u>192.256.891</u>	<u>789.440</u>

28. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2022 e 2021, as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.171.456 Euros e a 1.076.679 Euros, respetivamente.

29. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
De contratos de seguro	115.793.055	770.381	116.563.437	112.160.209	(33.804)	112.126.405
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	251.535.582	(2.471.720)	249.063.862	239.584.205	7.723.476	247.307.681
	367.328.637	(1.701.338)	365.627.299	351.744.414	7.689.672	359.434.087
Resseguro cedido						
De contratos de seguro	(11.706.418)	(2.607.792)	(14.314.210)	(8.154.881)	(1.757.052)	(9.911.933)
	355.622.219	(4.309.130)	351.313.089	343.589.533	5.932.621	349.522.154
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	180.718.159	(30.472.579)	150.245.579	155.203.401	64.666.593	219.869.993
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15.643.262	7.262.057	22.905.319	13.284.076	1.343.272	14.627.348
Doença	312.996.730	11.595.046	324.591.775	282.194.031	22.225.603	304.419.634
Incêndio e outros danos	163.425.792	4.840.451	168.266.242	132.571.797	44.051.666	176.623.464
Automóvel	340.186.193	(21.554.044)	318.632.148	292.004.194	16.791.079	308.795.273
Marítimo, aéreo e transportes	7.429.149	(695.037)	6.734.112	3.478.848	2.146.275	5.625.123
Responsabilidade civil geral	17.793.474	2.543.761	20.337.235	15.621.736	12.444.623	28.066.359
Crédito e caução	27.654	11.260	38.914	35.896	(38.641)	(2.744)
Proteção jurídica	-	(30.400)	(30.400)	147.963	8.753	156.715
Assistência	9.410	(222.463)	(213.053)	1.010.696	62.352	1.073.048
Diversos	14.532.614	1.794.778	16.327.392	21.822.693	(1.461.406)	20.361.286
	1.052.762.435	(24.927.171)	1.027.835.264	917.375.331	162.240.170	1.079.615.500
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(1.006.594)	(12.965)	(1.019.559)	(517.224)	1.317.612	800.389
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.149.329)	(6.164.861)	(7.314.190)	(1.756.123)	(1.549.617)	(3.305.740)
Doença	(310.896.734)	(12.243.951)	(323.140.685)	(275.234.448)	(21.411.241)	(296.645.689)
Incêndio e outros danos	(67.691.069)	7.995.403	(59.695.667)	(35.395.620)	(43.846.587)	(79.242.207)
Automóvel	(314.403)	878.157	563.754	(1.190.484)	(3.801.531)	(4.992.016)
Marítimo, aéreo e transportes	(3.041.438)	1.404.855	(1.636.583)	(820.477)	(1.852.558)	(2.673.035)
Responsabilidade civil geral	(3.292.743)	(5.450.546)	(8.743.289)	(2.971.505)	(8.834.414)	(11.805.919)
Assistência	(3.209)	5.358	2.148	2.799	667	3.467
Diversos	(6.202.471)	(387.023)	(6.589.494)	(10.734.029)	1.813.546	(8.920.483)
	(393.597.990)	(13.975.573)	(407.573.562)	(328.617.111)	(78.164.123)	(406.781.235)
	659.164.445	(38.902.743)	620.261.702	588.758.219	84.076.047	672.834.266
	1.014.786.664	(43.211.874)	971.574.791	932.347.752	90.008.667	1.022.356.420

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pela Companhia.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos com variações de outras provisões técnicas apresentam a seguinte composição:

	2022			Total
	Outras provisões técnicas	Provisão matemática	Participação nos resultados	
Ramo vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
De contratos de seguro	(1.692.592)	(3.837.058)	(13.126.518)	(18.656.168)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(1.219.231)	(189.049.547)	13.031.042	(177.237.736)
	(2.911.822)	(192.886.605)	(95.476)	(195.893.903)
Resseguro cedido				
De contratos de seguro	-	(2.593.098)	-	(2.593.098)
	-	(2.593.098)	-	(2.593.098)
Líquido				
De contratos de seguro	(1.692.592)	(6.430.155)	(13.126.518)	(21.249.265)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(1.219.231)	(189.049.547)	13.031.042	(177.237.736)
	(2.911.822)	(195.479.702)	(95.476)	(198.487.001)
Ramo não vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
Acidentes de trabalho	(299.162)	-	-	(299.162)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(138.113)	-	-	(138.113)
Doença	445.382	-	-	445.382
Incêndio e outros danos	2.646.947	-	4.217	2.651.164
Automóvel	(4.832.240)	-	-	(4.832.240)
Marítimo, aéreo e transportes	(79.555)	-	-	(79.555)
Responsabilidade civil geral	14.447.429	-	-	14.447.429
Proteção jurídica	(169.658)	-	-	(169.658)
Assistência	24.515	-	-	24.515
Diversos	(11.975)	-	79.193	67.218
	12.033.570	-	83.410	12.116.979
Resseguro cedido				
Responsabilidade civil geral	(12.413.556)	-	-	(12.413.556)
	(12.413.556)	-	-	(12.413.556)
Líquido				
Acidentes de trabalho	(299.162)	-	-	(299.162)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(138.113)	-	-	(138.113)
Doença	445.382	-	-	445.382
Incêndio e outros danos	2.646.947	-	4.217	2.651.164
Automóvel	(4.832.240)	-	-	(4.832.240)
Marítimo, aéreo e transportes	(79.555)	-	-	(79.555)
Responsabilidade civil geral	2.033.872	-	-	2.033.872
Proteção jurídica	(169.658)	-	-	(169.658)
Assistência	24.515	-	-	24.515
Diversos	(11.975)	-	79.193	67.218
	(379.987)	-	83.410	(296.577)
	(3.291.809)	(195.479.702)	(12.066)	(198.783.578)

	2021			Total
	Outras provisões técnicas	Provisão matemática	Participação nos resultados	
Ramo vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
De contratos de seguro	(542.195)	4.263.955	3.884.090	7.605.850
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(11.231.634)	(190.561.450)	10.334.371	(191.458.713)
	(11.773.829)	(186.297.495)	14.218.461	(183.852.863)
Resseguro cedido				
De contratos de seguro	-	(5.468.863)	-	(5.468.863)
	-	(5.468.863)	-	(5.468.863)
Líquido				
De contratos de seguro	(542.195)	(1.204.907)	3.884.090	2.136.988
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(11.231.634)	(190.561.450)	10.334.371	(191.458.713)
	(11.773.829)	(191.766.358)	14.218.461	(189.321.725)
Ramo não vida				
Seguro direto e resseguro aceite				
Acidentes de trabalho	237.599	-	-	237.599
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(972.985)	-	-	(972.985)
Doença	9.356.429	-	-	9.356.429
Incêndio e outros danos	1.077.413	-	6.115	1.083.528
Automóvel	5.793.901	-	-	5.793.901
Marítimo, aéreo e transportes	81.065	-	-	81.065
Responsabilidade civil geral	16.004.846	-	-	16.004.846
Crédito e caução	4.080	-	-	4.080
Proteção jurídica	170.872	-	-	170.872
Assistência	770.777	-	-	770.777
Diversos	56.052	-	140.087	196.139
	32.580.048	-	146.202	32.726.251
Resseguro cedido				
Responsabilidade civil geral	(14.127.741)	-	-	(14.127.741)
Assistência	-	-	(11.229)	(11.229)
	(14.127.741)	-	(11.229)	(14.138.970)
Líquido				
Acidentes de trabalho	237.599	-	-	237.599
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(972.985)	-	-	(972.985)
Doença	9.356.429	-	-	9.356.429
Incêndio e outros danos	1.077.413	-	6.115	1.083.528
Automóvel	5.793.901	-	-	5.793.901
Marítimo, aéreo e transportes	81.065	-	-	81.065
Responsabilidade civil geral	1.877.105	-	-	1.877.105
Crédito e caução	4.080	-	-	4.080
Proteção jurídica	170.872	-	-	170.872
Assistência	770.777	-	(11.229)	759.548
Diversos	56.052	-	140.087	196.139
	18.452.307	-	134.973	18.587.280
	6.678.478	(191.766.358)	14.353.435	(170.734.445)

A variação das outras provisões técnicas do ramo vida inclui a reversão da provisão para estabilização de carteira no montante de 1.692.592 Euros no exercício de 2022 e no montante de 542.195 Euros no exercício de 2021.

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica inclui ainda a reversão de 1.219.231 Euros e de 11.231.634 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

30. Custos e Gastos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2022 e 2021, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

	2022	2021
Custos com pessoal (Nota 31)	166.909.704	156.651.625
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	65.909.482	71.038.433
Publicidade e propaganda	16.575.321	15.422.157
Licenças de software	15.486.064	14.785.156
Conservação e reparação	5.631.133	5.984.485
Comunicação	5.593.390	5.573.064
Despesas de representação	5.139.954	410.604
Rendas e alugueres	4.514.200	4.699.783
Deslocações e estadas	2.635.127	1.447.951
Limpeza, higiene e conforto	1.550.046	1.527.848
Gastos com cobrança de prémios	1.420.564	1.411.593
Vigilância e segurança	1.369.990	1.358.109
Quotizações	1.263.743	1.765.491
Seguros	866.211	667.189
Eletricidade	770.998	1.146.989
Combustível	739.041	601.267
Gastos com trabalho independente	667.119	430.411
Formação de mediadores	608.194	94.514
Gastos com condomínios	566.976	428.093
Refeições no local de trabalho	274.486	282.105
Impressos	253.367	230.289
Contencioso e notariado	217.650	151.806
Material de escritório	161.055	117.917
Água	147.521	121.654
Outros	1.994.916	1.868.702
	134.356.545	131.565.609
Impostos e taxas	12.789.145	12.277.723
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 9, 12 e 13)	20.323.793	21.948.539
Outras provisões	(9.929.687)	9.119.243
Comissões	10.211.954	8.484.070
Juros suportados	24.539.914	14.250.383
	359.201.367	354.297.190

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de depreciações e amortizações do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total	Ativos sem regime de locação	Ativos em locação	Total
Terrenos e Edifícios (Nota 9)	614.594	10.067.480	10.682.074	638.942	9.399.834	10.038.776
Depreciações de outros ativos tangíveis (Nota 12)	4.023.201	1.615.434	5.638.635	4.370.594	3.109.172	7.479.766
Depreciações de outros ativos intangíveis (Nota 13)	4.003.084	-	4.003.084	4.429.997	-	4.429.997
	8.640.879	11.682.915	20.323.793	9.439.533	12.509.006	21.948.539

Nos exercícios de 2022 e 2021, existiram também os seguintes encargos relacionados com as locações:

	2022			2021		
	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor	Depreciações dos ativos de direito de uso	Despesas de Locações de curta duração	Despesas de contratos de baixo valor
Terrenos e Edifícios	10.067.480	-	-	9.399.834	-	-
Máquinas e Equipamento	-	-	11.597	-	-	3.226
Equipamento Informático	732.238	-	166.311	1.914.443	-	100.347
Material de Transporte	883.197	7.058	-	1.194.729	17.966	-
Outro Equipamento	-	-	198.933	-	-	216.173
	11.682.915	7.058	376.840	12.509.006	17.966	319.745

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de juros suportados apresenta o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Locações	Outros encargos	Total	Locações	Outros encargos	Total
Terrenos e edifícios	700.779	-	700.779	163.657	-	163.657
Equipamento informático	25.320	-	25.320	17.816	-	17.816
Material de transporte	17.421	-	17.421	27.650	-	27.650
Depósitos de resseguradores	-	1.429.909	1.429.909	-	1.262.685	1.262.685
Passivos Subordinados	-	22.360.836	22.360.836	-	12.773.005	12.773.005
Outros	-	5.648	5.648	-	5.571	5.571
	743.520	23.796.393	24.539.914	209.123	14.041.260	14.250.383

O aumento dos juros suportados deve-se à emissão de passivo subordinado em junho de 2021 e é reconhecido na rubrica "Outros passivos financeiros" (Nota 21).

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de comissões e participação nos resultados de resseguro apresentam o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	3.931.525	4.421.769	8.353.294	2.975.667	6.077.302	9.052.969
Relativos aos ramos não vida	75.645.140	4.826.548	80.471.687	72.217.951	3.301.507	75.519.457
	79.576.664	9.248.317	88.824.981	75.193.617	9.378.809	84.572.426

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas da Demonstração Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2022			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	11.478.872	54.046.267	-	65.525.139
Custos técnicos	355.849.765	998.716.168	-	1.354.565.933
	367.328.637	1.052.762.435	-	1.420.091.072
Custos de aquisição				
Custos imputados	25.018.103	105.261.849	-	130.279.953
Comissões de mediação	71.288.321	240.434.240	-	311.722.561
Outros	143.298	794.354	-	937.652
	96.449.722	346.490.443	-	442.940.166
Gastos administrativos				
Custos imputados	26.217.119	83.952.243	-	110.169.362
Remunerações de mediação	95.864	5.583.992	-	5.679.856
Outros	543.349	4.907.012	-	5.450.361
	26.856.332	94.443.247	-	121.299.579
Gastos financeiros (Nota 34)				
Custos imputados	16.407.491	6.666.207	30.153.215	53.226.913
Outros	1.312.244	174.214	3.594.853	5.081.311
	17.719.735	6.840.422	33.748.068	58.308.224
Total dos custos de exploração imputados	79.121.586	249.926.566	30.153.215	359.201.367

	2021			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	10.010.874	55.345.282	-	65.356.155
Custos técnicos	341.733.541	862.030.049	-	1.203.763.590
	351.744.414	917.375.331	-	1.269.119.745
Custos de aquisição				
Custos imputados	25.997.192	99.914.419	-	125.911.611
Comissões de mediação	67.423.490	219.283.641	-	286.707.131
Outros	159.809	1.075.940	-	1.235.748
	93.580.490	320.274.000	-	413.854.490
Gastos administrativos				
Custos imputados	23.857.446	75.565.715	-	99.423.161
Remunerações de mediação	82.967	4.927.578	-	5.010.545
Outros	250	2.948.021	-	2.948.272
	23.940.663	83.441.314	-	107.381.977
Gastos financeiros (Nota 34)				
Custos imputados	19.751.038	13.270.282	30.584.943	63.606.264
Outros	1.687.728	168.028	1.204.141	3.059.897
	21.438.767	13.438.310	31.789.084	66.666.161
Total dos custos de exploração imputados	79.616.549	244.095.698	30.584.943	354.297.190

TP 7B

W

31. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações		
Órgãos sociais	5.748.255	5.435.336
Pessoal	106.816.330	105.348.056
Encargos sobre remunerações	25.376.364	23.939.858
Benefícios pós-emprego	3.489.401	2.764.162
Outros benefícios a longo prazo	1.265.494	-
Benefícios de cessação de emprego	6.765.692	5.297.076
Seguros obrigatórios	2.187.544	2.000.781
Gastos de ação social	12.758.802	9.379.215
Outros gastos com pessoal	2.501.823	2.487.141
	<u>166.909.704</u>	<u>156.651.625</u>

Em 2022 e 2021, a rubrica “Remunerações – Pessoal” inclui uma constituição de estimativa de benefícios optativos de carreira no montante de 505.930 Euros e 469.940 Euros, respetivamente.

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do Grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício. Consequentemente, nos exercícios de 2022 e 2021, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

	2022	2021
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a		
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(3.410.317)	(3.419.460)
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(586.171)	(1.013.626)
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	(293.884)	(440.415)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	(181.593)	(372.392)
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	-	(325.407)
FID I&D, S.A.	(412.803)	(176.561)
Outras	13.433	(117.533)
	<u>(4.871.335)</u>	<u>(5.865.395)</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 32)	1.244.229	716.083
Plano individual de reforma	1.325.375	1.286.895
Cedência de pessoal	(67.448)	(72.774)
Outros encargos	987.245	833.958
	<u>3.489.401</u>	<u>2.764.162</u>

Em 2022 e 2021, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2022 e 2021, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2022	2021
Executivos	52	57
Gestores	350	343
Técnicos	1.777	1.653
Assistentes	675	775
Apoio	11	14
	<u>2.865</u>	<u>2.842</u>

32. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Ativo		
Plano de benefício definido	25.211.651	12.122.242
Passivo		
Plano de contribuição definida	(90.099)	(88.245)
Outros benefícios a longo prazo	(5.963.270)	-
	<u>(6.053.370)</u>	<u>(88.245)</u>
	<u>19.158.281</u>	<u>12.033.997</u>

Relativamente ao exercício de 2022, no “Plano de contribuição definida” a Fidelidade teve um custo de 1.320.890 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 90.099 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2022 que foram pagas em janeiro de 2023.

Os “Outros benefícios a longo prazo” dizem respeito à remuneração variável dos Órgãos Sociais, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Companhia, e dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o reforço deste plano de incentivo foi de 1.244.256 Euros para pagamento em 2025 e o valor pago foi de 2.553.392 Euros.

Este passivo foi reclassificado da rubrica de “Outras provisões” para a rubrica de “Responsabilidade com benefícios de empregados”, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (“IRCT”), têm direito a um plano de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no ACT 2019, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do empregado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma da Fidelidade, ascendiam a:

Responsabilidade em 31 de dezembro de 2021	28.857.521
Gastos de ano	1.320.890
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2022	30.178.411
Ativo em 31 de dezembro de 2021	28.769.276
Contribuições para o fundo	1.319.035
Ativo em 31 de dezembro de 2022	30.088.311
Diferencial	(90.099)
Nível de financiamento	99,70%

Plano de benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), a Companhia concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores que transitaram à situação de pré-reforma e que a essa data se encontravam abrangidos pelo CCT 2008.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium BCP, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação. Ao complemento à pensão da Segurança Social são deduzidos eventuais benefícios de reforma decorrentes dos outros planos de pensões.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2022	2021
Método atuarial	<i>Projected</i> <i>Unit Credit</i>	<i>Projected</i> <i>Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	4,00%	1,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n.a.	n.a.

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2022 e 2021 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2022		2021	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,40%	2,63%	2,40%	2,30%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,39%	0,75%	0,19%

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2022	2021
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	4.921.161	12.117.031
Reformados e pré-reformados	97.327.085	123.522.484
	102.248.246	135.639.515
Fundos de pensões autónomos	95.935.565	113.610.233
Provisões matemáticas	31.524.332	34.151.524
	127.459.897	147.761.757
Diferencial	25.211.651	12.122.242
Nível de financiamento	124,66%	108,94%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia, excluindo o fundo de pensões da Ex-Império (Níveis XVII e XVIII) que é dependente da segurança social.

Os fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durações médias:

Fundo de Pensões da Fidelidade	6,8 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	5,58 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	8,15 anos
Fundo de Pensões da Ex-Império	11,61 anos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o número de beneficiários era o seguinte:

	2022	2021
Ativos	813	860
Reformados e pré-reformados	1.661	1.779
Rendeiros	307	339
	<u>2.781</u>	<u>2.978</u>

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>163.273.594</u>
Contribuições	190.000
Variação nas provisões matemáticas	(2.487.062)
Pensões pagas	(15.514.447)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(535.885)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	2.835.557
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>147.761.757</u>
Contribuições	9.599
Variação nas provisões matemáticas	(2.627.192)
Pensões pagas	(14.236.345)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(514.557)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(2.933.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>127.459.897</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Fundos de Pensões da Fidelidade eram geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2022			2021		
	Preço de mercado	Outros	Valor da carteira	Preço de mercado	Outros	Valor da carteira
Instrumentos de capital	1.594.378	-	1.594.378	738.658	-	738.658
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	24.616.067	-	24.616.067	6.865.923	8.383.105	15.249.028
De outros emissores	32.018.549	-	32.018.549	30.572.942	29.151.059	59.724.001
	56.634.616	-	56.634.616	37.438.865	37.534.164	74.973.029
Imóveis	17.688.301	-	17.688.301	16.427.374	-	16.427.374
Fundos de investimento						
Ações nacionais	17.240	-	17.240	-	-	-
Ações europeias	5.939.599	-	5.939.599	2.562.868	-	2.562.868
Outras ações	22.477	-	22.477	-	-	-
Imóveis	3.161.833	-	3.161.833	2.990.365	-	2.990.365
Obrigações						
De outros emissores	2.743.455	-	2.743.455	5.012.063	-	5.012.063
Tesouraria	-	-	-	3.921.164	-	3.921.164
Outros	23.121	-	23.121	189.815	-	189.815
	11.907.725	-	11.907.725	14.676.275	-	14.676.275
Outros	8.110.545	-	8.110.545	6.794.897	-	6.794.897
	95.935.565	-	95.935.565	76.076.069	37.534.164	113.610.233

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2022	2021
Instrumentos de dívida	97.848	808.055
Fundos de investimento		
Imóveis	2.866.996	2.700.061
Obrigações		
De outros emissores	-	5.012.063
Outros	23.121	189.815
	2.890.117	7.901.939
	2.987.965	8.709.994

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados da Companhia e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Situação em 31 de dezembro de 2020	156.455.725	163.273.594	6.817.869
Impacto da alteração da idade de reforma	-	-	-
Custo do serviço corrente	179.523	-	(179.523)
Juro líquido de benefício definido	870.541	923.073	52.532
Gastos do exercício	1.050.063	923.073	(126.990)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	25.116	-	(25.116)
Outras variações em resultados	-	(563.977)	(563.977)
Variações com impacto em resultados (Nota 31)	1.075.179	359.096	(716.083)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	1.940.576	1.940.576
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(4.636.614)	-	4.636.614
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	746.734	-	(746.734)
Variações com impacto em capitais próprios	(3.889.880)	1.940.576	5.830.456
Contribuições para o plano:			
efetuadas pela Companhia	-	190.000	190.000
Varição das provisões matemáticas	(2.487.062)	(2.487.062)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(15.514.447)	(15.514.447)	-
Situação em 31 de dezembro de 2021	135.639.515	147.761.757	12.122.242
Impacto da alteração da idade de reforma	-	-	-
Custo do serviço corrente	159.913	-	(159.913)
Juro líquido de benefício definido	1.171.172	1.315.445	144.273
Gastos do exercício	1.331.086	1.315.445	(15.641)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	742.120	-	(742.120)
Outras variações em resultados	-	(486.468)	(486.468)
Variações com impacto em resultados (Nota 31)	2.073.206	828.977	(1.244.229)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	(4.276.899)	(4.276.899)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(15.536.061)	-	15.536.061
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(3.064.877)	-	3.064.877
Variações com impacto em capitais próprios	(18.600.938)	(4.276.899)	14.324.039
Contribuições para o plano			
efetuadas pela Companhia	-	9.599	9.599
Varição das provisões matemáticas	(2.627.192)	(2.627.192)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(14.236.345)	(14.236.345)	-
Situação em 31 de dezembro de 2022	102.248.246	127.459.897	25.211.651

Assistência médica

A Companhia comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005, suportando a quase totalidade dos respetivos encargos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas responsabilidades ascendem a 18.329.897 Euros e a 25.903.684 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 24). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referentes a este benefício foram de (6.975.396) Euros e (460.118) Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Companhia, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2022	A	B	C	
Pressupostos Financeiros					
Taxa de Desconto	4,00%	4,50%	3,50%	4,00%	
Taxa de Crescimento Salarial	2,40%	2,40%	2,40%	2,40%	
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%	
Pressupostos Demográficos					
Tábua de Mortalidade					
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)	
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2022					
Cenários	2022	A	B	C	
Reformados	Velhice	33.300.542	32.290.257	34.371.547	35.997.161
	Antecipação	9.777.226	9.468.706	10.103.698	10.519.122
	Invalidez	5.050.447	4.799.281	5.324.361	5.262.476
Pensionistas	Viuvez	3.006.754	2.909.700	3.110.318	3.027.092
	Orfandade	92.629	86.654	99.304	93.302
	Pensão até INR	10.990.232	10.881.881	11.100.856	11.019.269
Pré-Reformados	Encargos até INR	2.935.195	2.905.929	2.965.080	2.943.024
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	575.175	543.504	609.661	609.733
Ativos	> Plano Complementar	74.553	70.606	78.849	79.310
	Plano CCT	2.127.306	1.939.769	2.338.775	2.213.219
	Plano Complementar	2.793.855	2.605.718	3.002.693	2.898.810
Totais	70.723.914	68.502.005	73.105.142	74.662.518	

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas no valor de 31.524.332 Euros.

33. Rendimentos

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Rendimentos" apresenta a seguinte composição:

	2022			Total
	Juros	Dividendos	Rendas	
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.403.664	1.612.616	-	3.016.280
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	35.481.274	1.029.375	-	36.510.649
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	33.464	-	-	33.464
	36.918.402	2.641.991	-	39.560.393
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.093.105	-	4.093.105
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	14.611.957	27.373.086	-	41.985.044
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	77.826.396	274.625	-	78.101.021
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	6.981.981	-	-	6.981.981
Depósitos à ordem	124.353	-	-	124.353
	99.544.687	31.740.816	-	131.285.504
	136.463.090	34.382.807	-	170.845.896
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	4.381.161	4.381.161
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.478.394	-	2.478.394
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.164.853	34.369.358	-	37.534.211
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	27.182.302	2.130.000	-	29.312.302
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	16.309	-	-	16.309
	30.363.464	38.977.752	4.381.161	73.722.377
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	2.449.978	2.449.978
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	5.679.332	-	5.679.332
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	442.751	-	-	442.751
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	561.569	-	-	561.569
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.109.276	-	-	3.109.276
Depósitos à ordem	379.174	-	-	379.174
	4.492.770	5.679.332	2.449.978	12.622.080
	171.319.324	79.039.890	6.831.139	257.190.353

	2021			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	66.615	-	66.615
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.488.691	1.585.600	-	3.074.291
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	34.577.457	-	-	34.577.457
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	113.300	-	-	113.300
Depósitos à ordem	20	-	-	20
	<u>36.179.468</u>	<u>1.652.215</u>	<u>-</u>	<u>37.831.683</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	6.761.757	-	6.761.757
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.959.755	44.054.942	-	48.014.697
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	96.436.199	-	-	96.436.199
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8.921.957	-	-	8.921.957
Depósitos à ordem	1.469	-	-	1.469
	<u>109.319.380</u>	<u>50.816.699</u>	<u>-</u>	<u>160.136.079</u>
	<u>145.498.848</u>	<u>52.468.914</u>	<u>-</u>	<u>197.967.762</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	5.106.895	5.106.895
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.647.810	-	2.647.810
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.235.189	37.367.910	-	39.603.099
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	17.685.921	-	-	17.685.921
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	374.997	-	-	374.997
	<u>20.296.107</u>	<u>40.015.720</u>	<u>5.106.895</u>	<u>65.418.722</u>
Investimentos não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	2.677.178	2.677.178
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.477.849	-	1.477.849
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	148.950	-	-	148.950
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	210.307	-	-	210.307
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	65.287	-	-	65.287
Depósitos à ordem	80.634	-	-	80.634
	<u>505.178</u>	<u>1.477.849</u>	<u>2.677.178</u>	<u>4.660.205</u>
	<u>166.300.133</u>	<u>93.962.483</u>	<u>7.784.073</u>	<u>268.046.690</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, o rendimento obtido pela sublocação de ativos de direito de uso foi respetivamente 1.226.917 Euros e 1.349.491 Euros.

34. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica “Gastos financeiros” apresenta a seguinte composição:

	2022				2021			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 30)								
Custos imputados	16.407.491	6.666.207	30.153.215	53.226.913	19.751.038	13.270.282	30.584.943	63.606.263
Outros gastos de investimentos	1.312.244	174.214	3.594.853	5.081.311	1.687.729	168.028	1.204.141	3.059.898
	<u>17.719.735</u>	<u>6.840.422</u>	<u>33.748.068</u>	<u>58.308.224</u>	<u>21.438.767</u>	<u>13.438.310</u>	<u>31.789.084</u>	<u>66.666.161</u>

36. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	38.171.009	(79.284.693)	(41.113.684)
	38.171.009	(79.284.693)	(41.113.684)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	691.521.700	(803.814.080)	(112.292.380)
	691.521.700	(803.814.080)	(112.292.380)
	729.692.709	(883.098.772)	(153.406.064)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	97.761.191	(183.740.270)	(85.979.079)
	97.761.191	(183.740.270)	(85.979.079)
Investimentos não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	49.153.181	(55.326.201)	(6.173.020)
	49.153.181	(55.326.201)	(6.173.020)
Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas	876.607.081	(1.122.165.243)	(245.558.163)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição	(78.136.473)	121.908.957	43.772.485
	798.470.608	(1.000.256.286)	(201.785.678)

	2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	10.678.741	(41.814.328)	(31.135.587)
	10.678.741	(41.814.328)	(31.135.587)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	226.020.959	(396.427.110)	(170.406.151)
	226.020.959	(396.427.110)	(170.406.151)
	236.699.700	(438.241.438)	(201.541.738)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	87.721.818	(113.218.180)	(25.496.362)
	87.721.818	(113.218.180)	(25.496.362)
Investimentos não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	97.447.966	(105.642.515)	(8.194.549)
	97.447.966	(105.642.515)	(8.194.549)
Ganhos líquidos ao justo valor através de ganhos e perdas	421.869.484	(657.102.133)	(235.232.649)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição	(43.225.872)	194.473.734	151.247.862
	378.643.612	(462.628.399)	(83.984.787)

37. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.183.197)	4.529.735
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	19.630.465	28.142.421
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	257.734	501.168
Depósitos à ordem	313.999	(174.696)
Outros	(44)	38
	<u>19.018.957</u>	<u>32.998.666</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	19.402.300	27.913.049
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(12.583.702)	146.409.621
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	607.007	1.666.541
Depósitos à ordem	6.265.090	3.012.871
Outros	275	388.981
	<u>13.690.970</u>	<u>179.391.063</u>
	<u>32.709.927</u>	<u>212.389.729</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	11.916.709	17.574.561
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	30.530.089	17.644.921
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	950.497	1.374.544
Depósitos à ordem	(973.550)	62.595
Outros	(62)	295
	<u>42.423.683</u>	<u>36.656.916</u>
Investimentos não afetos		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	125	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(3.670.867)	161.089
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(2.034.693)	88.675
Depósitos à ordem	4.376.568	2.990.443
Outros	(1)	-
	<u>(1.328.866)</u>	<u>3.240.207</u>
	<u>73.804.743</u>	<u>252.286.852</u>

38. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2022			2021		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	137.964	-	137.964	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	10.318.472	(369.976)	9.948.496	1.500.791	(229.304)	1.271.487
	10.456.435	(369.976)	10.086.459	1.500.791	(229.304)	1.271.487
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	134.092	(119.850)	14.242	3.234	(17.234)	(14.000)
	134.092	(119.850)	14.242	3.234	(17.234)	(14.000)
	10.590.527	(489.826)	10.100.701	1.504.026	(246.539)	1.257.487
Ganhos e perdas não realizados						
			(Nota 10)			(Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	3.724.040	(3.785.853)	(61.813)	4.881.325	(3.968.707)	912.618
	3.724.040	(3.785.853)	(61.813)	4.881.325	(3.968.707)	912.618
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	956.890	(1.190.107)	(233.217)	1.711.069	(947.514)	763.555
	956.890	(1.190.107)	(233.217)	1.711.069	(947.514)	763.555
	4.680.930	(4.975.960)	(295.030)	6.592.394	(4.916.222)	1.676.173
Total						
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	137.964	-	137.964	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	14.042.511	(4.155.829)	9.886.683	6.382.116	(4.198.012)	2.184.105
	14.180.475	(4.155.829)	10.024.647	6.382.116	(4.198.012)	2.184.105
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.090.982	(1.309.957)	(218.975)	1.714.303	(964.749)	749.555
	1.090.982	(1.309.957)	(218.975)	1.714.303	(964.749)	749.555
	15.271.457	(5.465.786)	9.805.671	8.096.420	(5.162.760)	2.933.659

39. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	35.895.040	2.158.814	(2.551.478)	(10.402.600)	25.099.775
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	66.821	1.313	-	-	68.134
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Instrumentos de dívida					
Estágios 1 e 2 (Nota 26)	26.583.442	3.648.191	(23.068.249)	-	7.163.384
Estágio 3 (Nota 7)	57.939.838	20.540.386	-	-	78.480.224
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)					
Instrumentos de dívida	2	2	(1)	-	2
Outros instrumentos	385.752	1.865	-	(377.020)	10.597
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	4.275.530	102.659	-	(201.345)	4.176.844
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 15)	11.154.855	-	(5.832.361)	(390.298)	4.932.195
Ajustamentos IFAP (Nota 15)	-	247.225	-	-	247.225
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 15)	19.421.053	-	(644.243)	(34.178)	18.742.632
	155.722.332	26.700.454	(32.096.333)	(11.405.441)	138.921.012

	2021					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	19.672.139	21.416.913	(5.193.679)	(333)	-	35.895.040
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	-	66.821	-	-	-	66.821
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas						
Instrumentos de dívida						
Estágios 1 e 2 (Nota 26)	34.538.815	8.137.482	(16.092.855)	-	-	26.583.442
Estágio 3 (Nota 7)	49.979.822	7.960.016	-	-	-	57.939.838
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	1.487.195	-	(1.487.194)	-	-	2
Outros instrumentos	1.378	3.859	-	-	380.515	385.752
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	3.200.231	1.237.619	-	(162.320)	-	4.275.530
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 15)	16.284.062	-	(5.127.509)	(1.699)	-	11.154.855
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 15)	18.352.207	1.184.991	-	(116.144)	-	19.421.053
	143.515.849	34.880.192	(22.773.728)	(280.497)	380.515	155.722.332

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui utilizações de 9.305.011 Euros e de 1.362.168 Euros de “Outras provisões” (Nota 24), respetivamente.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço foi a seguinte:

	2022			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	19.539.958	-	-	19.539.958
AA- até AA+	59.034.315	-	-	59.034.315
A- até A+	1.560.412.691	-	-	1.560.412.691
BBB- até BBB+	3.877.692.275	3.385.102	2.002.288	3.883.079.665
BB- até BB+	467.617.650	9.930.801	-	477.548.451
B- até B+	41.556.157	12.954.705	-	54.510.862
Sem <i>rating</i>	-	511.641	77.645.893	78.157.534
	6.025.853.046	26.782.249	79.648.181	6.132.283.476
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	540.027.045	-	-	540.027.045
	540.027.045	-	-	540.027.045
	2021			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	2.523.456	-	-	2.523.456
AA- até AA+	75.004.448	-	-	75.004.448
A- até A+	1.896.547.569	-	-	1.896.547.569
BBB- até BBB+	4.925.223.635	5.562.633	-	4.930.786.268
BB- até BB+	901.975.516	13.218.735	-	915.194.251
B- até B+	45.374.282	22.215.215	-	67.589.497
CCC- até CCC+	26.896.824	-	-	26.896.824
Sem <i>rating</i>	41.167.061	-	63.300.060	104.467.121
	7.914.712.791	40.996.583	63.300.060	8.019.009.434
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
BBB- até BBB+	822.265.288	-	-	822.265.288
	822.265.288	-	-	822.265.288

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço durante os exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.914.712.792	40.996.583	63.300.060	8.019.009.435
Novos ativos originados ou comprados	573.064.152	(1.146.712)	11.272.541	583.189.981
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.681.069.087)	(20.363.900)	(12.144.443)	(1.713.577.430)
Juros acumulados capitalizados	(49.366.248)	129.578	(171.933)	(49.408.603)
Alteração do Justo valor	(721.643.040)	(3.754.600)	(191.193)	(725.588.833)
Despesa / (receita) cambial líquida	15.883.944	1.101.570	1.673.412	18.658.926
Movimento entre 12mECL e LTECL	(25.729.467)	9.819.730	15.909.737	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.025.853.046	26.782.249	79.648.181	6.132.283.476
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	822.265.288	-	-	822.265.288
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(283.197.809)	-	-	(283.197.809)
Juros acumulados capitalizados	959.566	-	-	959.566
Saldo em 31 de dezembro de 2022	540.027.045	-	-	540.027.045

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a decomposição por *rating* e estágio de perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

	2022			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	11.681	-	-	11.681
A- até A+	600.948	-	-	600.948
BBB- até BBB+	2.818.817	14.534	862.233	3.695.584
BB- até BB+	2.168.157	428.914	-	2.597.071
B- até B+	875.249	165.817	-	1.041.066
Sem <i>rating</i>	-	79.267	77.617.992	77.697.259
	6.474.852	688.532	78.480.225	85.643.609

	2021			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	13.605	-	-	13.605
A- até A+	805.687	-	-	805.687
BBB- até BBB+	3.048.391	29.961	-	3.078.352
BB- até BB+	4.362.506	101.381	-	4.463.887
B- até B+	800.590	724.280	-	1.524.870
CCC- até CCC+	6.491.776	-	-	6.491.776
Sem <i>rating</i>	10.205.265	-	57.939.838	68.145.103
	25.727.820	855.622	57.939.838	84.523.280

O movimento ocorrido nas perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas nos exercícios de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas <i>lifetime</i>	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.727.821	855.622	57.939.838	84.523.281
Novos ativos originados ou comprados	594.719	-	-	594.719
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(3.588.331)	(181.455)	-	(3.769.786)
Remensuração da perda de crédito esperada	(16.092.879)	(132.325)	20.520.599	4.295.395
Movimento entre 12mECL e LTECL	(166.477)	146.690	19.788	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.474.852	688.532	78.480.225	85.643.609

A 31 de dezembro de 2022, o montante registado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas", referente a títulos cujo *rating* de referência utilizado corresponde a um *rating* interno ascende a 342.958 Euros. A provisão correspondente a estes títulos, caso se considerassem como sem *rating*, ascenderia a 25.275.018 Euros.

40. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022			2021		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	12.360	(1.411)	10.948	12.723	(5.836)	6.887
Outros	-	-	-	239.314	(190.283)	49.030
	12.360	(1.411)	10.948	252.037	(196.120)	55.917
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	385.469	(121.300)	264.169	368.400	(67.097)	301.303
Outros	1.207.130	(286.374)	920.756	11.912.528	(470.524)	11.442.004
	1.592.599	(407.674)	1.184.925	12.280.928	(537.621)	11.743.307
	1.604.958	(409.085)	1.195.873	12.532.965	(733.741)	11.799.224

41. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos e ganhos não correntes		
Crédito IVA Pro-rata	8.094.875	-
Restituição de impostos	-	31.935
Outros	115.099	855.514
	<u>8.209.974</u>	<u>887.449</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	20.337.057	20.560.002
Juros obtidos	60.094	53.317
Outros	1.031.980	295.290
	<u>21.429.131</u>	<u>20.908.610</u>
Outros Rendimentos não técnicos		
Prestação de serviços	1.019.755	2.099.426
Regularização de saldos	613.138	568.651
Ganhos em outros ativos tangíveis	85.642	50.079
Outros	188.465	530.240
	<u>1.907.000</u>	<u>3.248.396</u>
Gastos e perdas não correntes		
Quotizações diversas	(78.206)	(97.571)
Regularização de saldos	(115.348)	(103.776)
Correções a exercícios anteriores	(441.535)	(237.129)
Mecenato	(487.150)	(95.256)
Dívidas incobráveis	(569.936)	(844.876)
Ofertas a clientes	(706.798)	(95.418)
Multas e penalidades	(848.988)	(21.531)
Indemnizações	(1.150.000)	(19.384)
Donativos	(2.664.681)	(1.173.428)
Outros	(575.850)	(377.358)
	<u>(7.638.492)</u>	<u>(3.065.727)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(102.146)	(211.340)
Serviços bancários	(222.227)	(253.132)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(19.991.784)	(21.766.229)
Outros	(1.215.447)	(489.374)
	<u>(21.531.604)</u>	<u>(22.720.075)</u>
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos tangíveis	(56.814)	(65.143)
	<u>(56.814)</u>	<u>(65.143)</u>
	<u>2.319.196</u>	<u>(806.490)</u>

A rubrica "Prestações de serviços" nos exercícios de 2022 e 2021 diz respeito, essencialmente, à alienação do projeto "Fixo" à Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. nos montantes de 610.895 Euros e de 1.367.571 Euros, respetivamente.

A 31 de Dezembro 2022 e 2021, a decomposição das prestações de serviços a clientes foi a seguinte:

	2022	2021
Prestações de Serviços		
Serviço de assistência	8.428	34.720
Estudos atuariais	93.211	106.694
Serviços financeiros e de contabilidade	109.829	170.946
Outros serviços prestados	808.287	1.787.066
	<u>1.019.755</u>	<u>2.099.426</u>

42. Imposto sobre o rendimento

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2022	2021
Impostos correntes		
Do exercício	17.111.598	42.586.640
Derrama municipal e estadual	-	24.446.201
Tributação autónoma	1.824.632	681.694
	<u>18.936.230</u>	<u>67.714.535</u>
Outros		
Sucursais	59.234	(17.173)
Excesso / insuficiência estimativa de IRC	(1.071.792)	(2.276.706)
Passivo fiscal	8.816.590	9.078.331
SIFIDE II	(4.268.954)	(4.100.710)
Imposto suportado no estrangeiro	3.934.097	2.625.365
	<u>26.405.405</u>	<u>73.023.642</u>
Impostos diferidos	5.616.506	3.533.462
Total de impostos em resultados	<u>32.021.911</u>	<u>76.557.104</u>
Lucro antes de impostos	144.464.928	288.840.015
Carga fiscal	22,17%	26,51%

A rubrica de "Outros" corresponde, entre outros, (i) ao passivo fiscal no montante de 8.816.590 Euros referente à IFRIC 23, (ii) ao SIFIDE II no montante de (4.268.954) Euros, ainda por reembolsar, sendo o montante de (1.039.810) Euros referente ao crédito fiscal de 2020 e o montante de (3.229.145) Euros relativo ao crédito fiscal de 2021 e (iii) ao excesso/insuficiência de estimativa de IRC de exercícios anteriores no montante de (1.071.792) Euros, o qual já foi totalmente reembolsado, com exceção do montante de 86.536 Euros referente a IRC de 2018.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		144.464.928		288.840.015
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	30.337.635	21,00%	60.656.403
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(5,76%)	(8.324.470)	(2,54%)	(7.329.245)
Mais e menos vallas fiscais	(0,82%)	(1.179.956)	-	-
Correções relativas a exercícios anteriores	(0,68%)	(978.752)	(0,44%)	(1.272.387)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Mais e menos vallas fiscais	-	-	0,26%	746.425
Passivo fiscal	4,29%	6.194.392	4,05%	11.696.459
Outras	0,62%	888.976	0,19%	545.733
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,08%)	(115.980)	(0,07%)	(198.877)
Dupla tributação internacional	(0,71%)	(1.021.741)	(0,20%)	(563.892)
SIFIDE II	(2,96%)	(4.268.954)	(1,31%)	(3.791.196)
Outros	(0,21%)	(297.295)	(0,10%)	(287.412)
Imposto suportado no estrangeiro	2,72%	3.934.097	0,91%	2.625.365
Retenção na fonte	-	-	(4,39%)	(12.692.648)
Tributação autónoma	1,26%	1.824.632	0,24%	681.694
Derrama Municipal	-	-	1,36%	3.919.410
Derrama Estadual	-	-	7,59%	21.921.462
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito diferenças de taxa	3,48%	5.029.328	(0,03%)	(100.191)
	22,17%	32.021.911	26,51%	76.557.104

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

43. Relato por Segmentos

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

Um segmento operacional é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

A Companhia considera como segmento principal o segmento segurador, explorando seguros vida e não vida.

Os seguros Vida incluem os seguintes ramos:

- “Risco”, que compreende contratos através dos quais o segurador se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou sobrevivência da pessoa segura (seguro em caso de vida);

- “Capitalização com participação nos resultados”, que compreende contratos através dos quais um segurador do ramo Vida se compromete a pagar um determinado capital no final dos contratos e o direito do tomador do seguro, segurado ou beneficiário de receber parte dos resultados gerados pelo contrato; e
- “Contratos de investimento”, que compreende instrumentos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os seguros não vida incluem os seguintes ramos:

- “Acidentes de Trabalho”, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte;
- “Automóvel”, que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;
- “Doença”, que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;
- “Patrimoniais”, que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por “Incêndio e outros danos” que danifiquem o património, “Crédito e Caução”, relacionados com danos sofridos em caso de incumprimento de obrigações asseguradas por garantia pessoal e “Perdas pecuniárias diversas por outros riscos patrimoniais”;
- “Responsabilidade Civil”, que cobre o risco de o segurado ter que vir a indemnizar terceiros por danos que resultem em lesões corporais ou materiais pelos quais seja responsável, incluindo os seguros “Responsabilidade Civil-Geral”, “Responsabilidade Civil-Familiar”, “Responsabilidade Civil-Animais”, “Responsabilidade Civil-Exploração”, “Responsabilidade Civil-Profissional” e “Responsabilidade Civil-Produtos”;
- “Mercadorias Transportadas”, que cobre riscos relacionados com o transporte de mercadorias ou outros bens por via terrestre, marítima e aérea; e
- “Diversos”, que abrange os danos sofridos por “Acidentes pessoais”, “Proteção jurídica – outras”, “Assistência – outras” e seguros diversos não referidos anteriormente.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022				
	Ramos não vida				
	Acidentes trabalho	Automóvel	Doença	Patrimoniais	Outros
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	276.337.747	502.412.696	2.634.925	192.398.172	74.817.043
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(149.298.914)	(322.306.163)	(2.237.048)	(115.116.365)	(32.258.788)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	299.162	4.602.242	(736.812)	(2.774.586)	(1.952.577)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	-	(83.410)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(62.126.308)	(160.311.775)	(20.180.270)	(73.751.409)	(32.967.580)
Rendimentos	33.033.941	18.646.306	4.702.138	9.466.177	7.857.263
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15.592.252)	(11.677.464)	(5.623.107)	(4.475.507)	(4.626.042)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(2.317.783)	1.424.784	(162.183)	464.213	1.073.263
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	4.106.967	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	172.878	959	(146.230)	1.197.307	(39.988)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
	84.615.438	32.791.585	(21.748.586)	7.324.591	11.902.594
Ativos					
Total de ativos	1.222.930.909	677.079.295	275.887.267	570.233.482	406.205.997
Dos quais:					
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	397.692.780	230.851.362	54.371.751	110.398.099	64.132.170
Passivos					
Total de passivos	1.105.158.613	622.054.495	289.722.858	441.176.554	310.953.493

	2022				
	Ramos Vida				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Não afetos	Total
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	188.839.106	48.334.388	-	-	1.285.774.077
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.171.456	-	1.171.456
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(102.249.125)	(249.063.964)	-	955.576	(971.574.791)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1.692.592	1.219.231	-	942.558	3.291.809
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	19.556.673	176.018.505	-	-	195.491.769
Custos e gastos de exploração líquidos	(46.071.823)	(8.614.438)	(60.272.155)	-	(464.295.758)
Rendimentos	7.950.947	31.608.606	131.285.504	12.639.471	257.190.353
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(3.008.162)	(19.781.692)	(118.332.587)	(41.455.618)	(224.572.430)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	4.366.587	(1.400.079)	(2.645.780)	13.897.868	14.700.889
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	2.157.104	(383.790)	41.538.376	(3.646.173)	43.772.485
Outros rendimentos/gastos	10.948	-	-	2.319.196	3.515.069
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	(32.021.911)	(32.021.911)
	73.244.848	(22.063.233)	(7.255.186)	(46.369.034)	112.443.017
Ativos					
Total de ativos	439.588.996	1.598.635.754	8.472.077.060	1.790.342.897	15.452.981.658
Dos quais:					
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	52.037.094	-	1.018.802.983	1.211.696.162	3.139.982.402
Passivos					
Total de passivos	383.166.114	1.465.942.732	7.859.829.654	746.303.627	13.224.308.140
				Total segmentos	2.116.230.501
				Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.116.230.501

	2021				
	Ramos não vida				
	Acidentes trabalho	Automóvel	Doença	Patrimoniais	Outros
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	248.581.737	475.531.194	7.652.228	185.283.424	66.976.496
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(220.670.382)	(307.457.650)	(7.773.945)	(106.403.144)	(30.529.146)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(237.599)	(6.689.980)	(9.356.429)	(1.137.544)	(1.030.754)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	-	(146.202)	11.229
Custos e gastos de exploração líquidos	(55.164.268)	(145.529.905)	(20.666.831)	(70.399.313)	(30.273.076)
Rendimentos	36.948.834	13.597.234	3.048.311	6.388.057	5.436.286
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	14.901.967	(7.319.919)	(3.033.556)	(3.236.197)	(2.381.658)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.255.839)	352.199	1.141.688	346.761	(880.822)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	42.121.647	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	123.813	10.066.107	43.166	1.523.191	(12.970)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
	65.349.911	32.549.281	(28.945.368)	12.219.033	7.315.585
Ativos					
Total de ativos	1.093.495.911	693.608.058	271.746.409	523.400.084	332.116.148
Dos quais:					
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	364.905.453	187.825.041	37.221.314	77.815.935	49.687.000
Passivos					
Total de passivos	1.123.593.849	638.743.385	268.508.584	413.130.765	277.442.304

	2021				
	Ramos Vida				
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Não afetos	Total
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	181.831.997	40.328.340	-	-	1.206.185.417
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.076.679	-	1.076.679
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(101.907.240)	(247.614.914)	-	-	(1.022.356.420)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	542.195	11.231.634	-	-	(6.678.478)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(2.625.038)	180.172.935	-	-	177.412.923
Custos e gastos de exploração líquidos	(38.004.316)	(8.568.646)	(61.903.159)	-	(430.509.514)
Rendimentos	7.526.747	30.304.936	160.136.079	4.660.204	268.046.690
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(2.414.544)	3.102.056	(17.374.685)	(35.992.651)	(53.749.188)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(4.233.642)	1.423.813	(12.924.025)	(689.073)	(16.718.940)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	4.531.506	1.071.879	93.242.103	10.280.728	151.247.862
Outros rendimentos/gastos	(9.749)	33.803	31.863	(806.490)	10.992.734
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	3.890.250	3.890.250
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	(76.557.104)	(76.557.104)
	45.237.915	11.485.835	162.284.855	(95.214.136)	212.282.911
Ativos					
Total de ativos	537.955.314	1.897.216.207	10.465.713.320	886.806.819	16.702.058.270
Dos quais:					
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	50.500.914	-	1.458.794.705	506.251.428	2.733.001.790
Passivos					
Total de passivos	412.842.218	1.678.381.270	8.254.012.287	823.321.319	13.889.975.980
				Total segmentos	2.599.799.379
				Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.599.799.379

A coluna "Outros" inclui os segmentos operacionais "Mercadorias Transportadas", "Responsabilidade Civil" e "Diversos" uma vez que não respeitam os patamares quantitativos, definidos na IFRS 8, para produzir um segmento relaçável.

O total de ativos e passivos têm um desdobramento diferente, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prémios adquiridos líquidos de resseguro apresentam a seguinte composição por região:

Prémios adquiridos líquidos de resseguro	2022	2021
Portugal	1.219.091.496	1.143.104.533
Resto da União Europeia	66.682.581	55.424.228
África	-	7.656.656
Total	1.285.774.077	1.206.185.417

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são alocados com base na localização de cada empresa.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ativos não correntes apresentam a seguinte composição por região:

Ativos não correntes	2022	2021
Portugal	160.843.776	179.752.028
Resto da Europa	3.303.861	4.161.684
África	-	750.702
Ásia	1.424	2.282
Total	164.149.060	184.666.697

Os ativos não correntes incluem as rubricas "Terrenos e edifícios", "Outros ativos tangíveis" e "Outros ativos intangíveis".

44. Entidades Relacionadas

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

A Nota 4 fornece informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes das filiais e associadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2022					Total
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	
Demonstração de Resultados						
Prémios brutos emitidos	-	3.782.384	871.710	-	-	4.654.094
Prémios de resseguro cedido	-	-	(467.303.286)	-	(10.498.980)	(477.802.266)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	475.757	(209.186)	-	-	266.571
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	3.870.840	-	(191.358)	3.679.482
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(201.623)	172.444.628	-	1.933.056	174.176.061
Custos e gastos de exploração líquidos	(1.530)	(76.992.880)	44.266.401	10.652	1.679.197	(31.038.161)
Rendimentos	-	5.552.788	15.207.657	325.744	13.315.014	34.401.203
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-	(7.915.548)	(19.268.147)	-	(10.909.446)	(38.093.141)
Diferenças de câmbio	-	(738.229)	(973.803)	-	(1.422.794)	(3.134.826)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	232.628	392.664	(1.313)	1.827.778	2.451.757
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	-	-	(4.013.700)	-	-	(4.013.700)
Outros rendimentos/gastos	4.964	(141.953)	(3.705.480)	-	(38)	(3.842.508)
	3.434	(75.946.677)	(258.419.703)	335.083	(4.267.570)	(338.295.433)
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	264.845.359	-	-	19.205.605	283.781.927
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	3.138.261.966	1.720.435	-	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	27.577.981	176.545.719	-	30.562.857	234.686.556
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	67.807.922	-	-	67.802.100	135.610.022
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	142.283.005	33.196.595	-	-	175.479.600
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	18.931	718.588	-	-	737.519
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	121.753.586	-	8.076.494	129.830.080
Contas a receber por operações de seguro direto	-	22.005.207	1.113.470	-	-	23.118.677
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	4.143.425	-	264.551	4.407.977
Contas a receber por outras operações	55.827.776	-	21.440.316	-	1.212	77.269.304
	55.827.776	524.538.404	3.497.173.665	1.720.435	125.912.819	4.204.904.062
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	-	(9.315.816)	1.092.573	-	-	(8.223.243)
Provisão para sinistros	-	(242.825.705)	25.098.928	-	55.972	(217.670.804)
Passivos financeiros	-	(26.331)	127.728.265	-	4.089.822	131.791.756
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	39.700.230	912.705	-	-	40.612.935
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	18.751.320	-	1.675.450	20.426.770
Contas a pagar por outras operações	-	10.841.156	5.012.200	-	-	15.853.356
Acréscimos e diferimentos	-	26.912.872	1.546.708	-	1.311.500	29.771.081
	-	(174.713.594)	180.142.701	-	7.132.743	12.561.851

	2021					
	Longrun Portugal, SGPS, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Demonstração de Resultados						
Prémios brutos emitidos	-	3.351.333	218.631	-	-	3.569.963
Prémios de resseguro cedido	-	-	(425.611.410)	-	(12.571.816)	(438.183.226)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	345.809	209.898	-	-	555.707
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	(2.928.108)	-	(17.293)	(2.945.400)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(123.366)	165.976.577	(4.305)	7.838.578	173.687.484
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(70.810.665)	44.698.844	28.210	2.399.373	(23.684.238)
Rendimentos	-	7.413.878	39.524.071	466.296	15.023.343	62.427.587
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-	(5.738.151)	76.988.977	-	(5.240.638)	66.010.188
Diferenças de câmbio	-	1.949.380	349.256	-	478.501	2.777.137
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	49.122	(16.227.241)	(66.821)	192.449	(16.052.491)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (<i>overlay approach</i>)	-	-	79.403.634	-	-	79.403.634
Outros rendimentos/gastos	4.920	(286.126)	(1.207.363)	-	30.570	(1.457.999)
	4.920	(63.848.786)	(38.604.234)	423.379	8.133.067	(93.891.654)
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	321.143.261	-	-	72.544.599	393.687.859
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.713.171.102	19.830.688	-	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	56.331.343	175.857.355	-	31.538.104	263.726.802
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	77.800.897	-	-	341.129.651	418.930.549
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	2.052.382	279.065	-	3.763.208	6.094.656
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	33.930	486.984	-	-	520.915
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	106.713.075	-	8.121.544	114.834.619
Contas a receber por operações de seguro direto	-	11.830.915	1.651.183	-	-	13.482.098
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	5.155.445	-	390.207	5.545.652
Contas a receber por outras operações	-	191	10.752.017	28.210	-	10.780.417
	-	469.192.920	3.014.065.619	19.858.897	457.487.313	3.960.604.749
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	-	(3.521.651)	881.137	-	-	(2.640.514)
Provisão para sinistros	-	(182.101.516)	21.815.980	-	55.972	(160.229.564)
Passivos financeiros	-	(5.793.327)	98.143.202	-	3.847.794	96.197.670
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	13.585.767	1.290.706	-	-	14.876.473
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	18.216.699	-	1.536.720	19.753.419
Contas a pagar por outras operações	35.854.084	-	3.627.717	4.305	23.366	39.509.472
Acréscimos e diferimentos	-	33.384.923	905.580	-	1.568.499	35.859.002
	35.854.084	(144.445.804)	144.881.021	4.305	7.032.352	43.325.958

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2022 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg. saúde	Encargo seg. vida
Membros não executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	420.000	362.615	-	-	-
Vice-Presidente					
José Manuel Alvarez Quintero	105.000	287.555	-	-	-
Membros executivos					
Presidente da comissão executiva					
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	420.000	453.833	2.735	2.429	134
Vogais Comissão Executiva					
António Manuel Marques de Sousa Noronha	369.600	412.412	2.735	1.111	134
Wai Lam William Mak	369.600	412.412	2.735	1.989	134
André Simões Cardoso	369.600	398.370	2.735	2.868	134
Hui Chen	290.000	101.338	2.735	671	134
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	369.600	124.857	2.735	1.550	134
Miguel Barroso Abecasis	277.290	-	2.011	1.821	101

Conselho Fiscal

	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio alimentação	Encargo seg. saúde	Encargo seg. vida
Presidente					
Pedro Nunes de Almeida	50.000	-	-	-	-
Vogais					
João Filipe Gonçalves Pinto	50.000	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	50.000	-	-	-	-

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2022 ascendem a 853.557 Euros, dos quais 711.324 Euros relativos à Auditoria e revisão legal de contas e 142.234 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente: (i) Certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, (ii) Parecer quanto aos procedimentos e controlos em matéria de prevenção do BC&FT, (iii) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros e (iv) Parecer quanto aos procedimentos específicos para política de remunerações.

45. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2022		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	267.048.385	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.867.906.794	-	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.084.732.332	-	6.084.732.332
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	792.554.208	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	190.504.207	190.504.207
	9.952.639.126	4.390.089.202	14.342.728.328
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.388.580.177	1.388.580.177
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	169.256.597	-	169.256.597
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2.467.267.641	5.239.593.041	7.706.860.682
Depósitos recebidos de resseguradores	-	149.622.749	149.622.749
Outros passivos financeiros	-	23.541.553	23.541.553
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	210.080.829	210.080.829
	2.636.524.237	7.011.418.349	9.647.942.587
2021			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	521.902.520	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	2.733.001.790	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.535.753.742	1.855.452	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.006.813.593	-	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	939.661.097	939.661.097
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	188.242.333	188.242.333
	11.542.567.335	4.384.663.192	15.927.230.527
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.563.822.728	1.563.822.728
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	312.638.571	-	312.638.571
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	1.760.269.964	6.256.681.998	8.016.951.962
Depósitos recebidos de resseguradores	-	130.146.691	130.146.691
Outros passivos financeiros	-	26.756.211	26.756.211
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	191.472.956	191.472.956
	2.072.908.535	8.168.880.583	10.241.789.118

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

Os montantes considerados nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” correspondem essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2022		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	48.334.388	-	48.334.388
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(249.063.862)	-	(249.063.862)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	189.049.547	-	189.049.547
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	82.978.286	-	82.978.286
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	144.485.541	-	144.485.541
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.141.030	-	10.141.030
de depósitos à ordem	503.527	-	503.527
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.128.569	(733.156.816)	(731.028.247)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	264.599	-	264.599
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(6.673.530)	-	(6.673.530)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(245.558.163)	-	(245.558.163)
Diferenças de câmbio	73.804.743	-	73.804.743
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(1.120.328)	-	(1.120.328)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(1.865)	-	(1.865)
de outros	15.823.082	-	15.823.082
Juros de passivos subordinados	(22.360.836)	-	(22.360.836)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.429.909)	-	(1.429.909)
	41.268.724	(733.156.816)	(691.888.093)

	2021		
	Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	40.042.066	-	40.042.066
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(247.307.681)	-	(247.307.681)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	190.561.450	-	190.561.450
Rendimentos de instrumentos financeiros			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	104.006.004	-	104.006.004
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	148.909.885	-	148.909.885
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9.003.220	-	9.003.220
de depósitos à ordem	82.123	-	82.123
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10.817.283	(105.916.127)	(95.098.844)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	27.517	-	27.517
de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	(17.915.898)	-	(17.915.898)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas			
de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(235.232.649)	-	(235.232.649)
Diferenças de câmbio	252.286.852	-	252.286.852
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)			
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(4.643)	-	(4.643)
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.483.335	-	1.483.335
de outros	(18.197.632)	-	(18.197.632)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.262.685)	-	(1.262.685)
	<u>237.298.547</u>	<u>(105.916.127)</u>	<u>131.382.420</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Ativo		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	141.051.541	144.246.026
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.141.030	9.475.541
Depósitos à ordem	503.527	82.123
	<u>151.696.098</u>	<u>153.803.690</u>
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(19.061.735)	(20.785.753)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(6.673.530)	(17.915.898)
Passivos subordinados	(22.360.836)	(12.773.005)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.429.909)	(1.262.685)
	<u>(49.525.260)</u>	<u>(52.737.341)</u>

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

	2022				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	267.048.385	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas, empreendimentos conjuntos	-	-	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.323.696.425	202.237.537	1.341.972.832	-	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.596.007.239	322.425.243	166.299.850	-	6.084.732.332
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	792.554.208	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	190.504.207	190.504.207
	7.919.703.664	524.662.780	1.508.272.682	4.390.089.202	14.342.728.328
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.388.580.177	1.388.580.177
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	2.467.267.641	-	5.239.593.041	7.706.860.682
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.684.862	38.293.501	129.278.234	-	169.256.597
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	149.622.749	149.622.749
Outros passivos financeiros	-	-	-	23.541.553	23.541.553
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	210.080.829	210.080.829
	1.684.862	2.505.561.142	129.278.234	7.011.418.349	9.647.942.587
	7.918.018.802	-1.980.898.362	1.378.994.448	(2.621.329.147)	4.694.785.741

	2021				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	521.902.520	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	2.733.001.790	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.477.985.551	164.723.430	893.044.761	1.855.452	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.091.867.775	442.291.276	472.654.542	-	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	939.661.097	939.661.097
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	188.242.333	188.242.333
	9.569.853.326	607.014.706	1.365.699.303	4.384.663.192	15.927.230.527
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1.563.822.728	1.563.822.728
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	1.760.269.964	-	6.256.681.998	8.016.951.962
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	93.650.431	92.359.251	126.628.889	-	312.638.571
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	130.146.691	130.146.691
Outros passivos financeiros	-	-	-	26.756.211	26.756.211
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	-	191.472.956	191.472.956
	93.650.431	1.852.629.215	126.628.889	8.168.880.583	10.241.789.118
	9.476.202.895	(1.245.614.509)	1.239.070.414	(3.784.217.392)	5.685.441.408

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2021 e 2022, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	472.654.542	893.044.760	(126.628.889)
Aquisições	-	459.118.430	(116.448.908)
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	948.506	12.523.590	7.418.044
por contrapartida de capitais próprios	(27.276.895)	(15.680.538)	-
Reforços / reversões de ECL no exercício	(6.314.054)	-	-
Transferências			
de nível 2 para nível 3	-	519.810	1.638.223
Alienações	(273.712.249)	(7.553.220)	104.743.296
Saldo em 31 de dezembro de 2022	166.299.850	1.341.972.832	(129.278.234)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao justo valor era o seguinte:

	2022		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	267.048.385	267.048.385	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.867.906.794	3.867.906.794	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	792.554.208	769.683.523	22.870.685
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	190.504.207	190.504.207	-
	5.118.013.595	5.095.142.910	22.870.685

Ativo	2021		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	521.902.520	521.902.520	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.855.452	1.855.452	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	939.661.097	959.787.083	(20.125.986)
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	188.242.333	188.242.333	-
	1.651.661.402	1.671.787.388	(20.125.986)

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- O justo valor dos depósitos a prazo registados na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perda”, é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo; e
- Na rubrica “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” não foi calculado o justo valor dos empréstimos hipotecários atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da *Strategic Asset Allocation (SAA)* à *Tactical Asset Allocation (TAA)*, incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos *targets* e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos *targets* e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência.

Assim, com base na evolução da *time weighted return (TWR)* e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco.

Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

	2022		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	266.831.084	-	266.831.084
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.369.313.956	-	1.369.313.956
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.053.803.252	-	6.053.803.252
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	792.554.208	-	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	207.415.327	(16.911.120)	190.504.207
Exposição máxima a risco de crédito	8.689.917.827	(16.911.120)	8.673.006.707

	2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	521.528.995	-	521.528.995
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	963.933.976	-	963.933.976
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.961.069.597	-	7.961.069.597
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	939.661.097	-	939.661.097
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	211.115.489	(22.873.157)	188.242.333
Exposição máxima a risco de crédito	10.597.309.154	(22.873.157)	10.574.435.998

Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o *rating* correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.4.. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Classe de ativo	2022			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
AA- até AA+	-	-	110.650	110.650
A- até A+	424.785	24.440.854	2.061.995	26.927.634
BBB- até BBB+	407.168.349	4.431.335	9.944.582	421.544.266
BB- até BB+	431.446	-	3.406.227	3.837.673
B- até B+	1.747.840	-	-	1.747.840
Sem rating	554.015	30.260.984	-	30.814.999
	410.326.435	59.133.173	15.523.454	484.983.062
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
A- até A+	-	-	292.216	292.216
Sem rating	907.868	-	-	907.868
	907.868	-	292.216	1.200.084
	411.234.303	59.133.173	15.815.670	486.183.146

Classe de ativo	2021				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	106.470	106.470
A- até A+	215.629	201.086.985	2.680.665	8.609.603	212.592.882
BBB- até BBB+	34.048.505	2.791.642	-	4.436.950	41.277.097
BB- até BB+	339.930.281	-	-	6.395.117	346.325.398
B- até B+	1.858.990	-	-	-	1.858.990
CCC- até CCC+	4.201	-	-	-	4.201
Sem rating	556.877	32.314.018	-	1.899.445	34.770.340
	376.614.483	236.192.645	2.680.665	21.447.585	636.935.378
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
A- até A+	891.416	-	-	279.066	1.170.482
	891.416	-	-	279.066	1.170.482
	377.505.899	236.192.645	2.680.665	21.726.651	638.105.860

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2022				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
<i>Corporate</i>					
AA- até AA+	-	3.906.800	1.103.903	-	5.010.703
A- até A+	-	16.899.159	1.490.155	6.425.051	24.814.365
BBB- até BBB+	34.554.290	167.918.309	38.970.109	40.123.752	281.566.460
BB- até BB+	34.164.051	157.764.117	36.203.894	10.578.766	238.710.828
B- até B+	-	-	-	8.129.009	8.129.009
Sem rating	70.501.242	5.821.832	7.493.160	34.096.029	117.912.263
	139.219.583	352.310.217	85.261.221	99.352.607	676.143.628
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.654.794	-	-	3.654.794
AA- até AA+	-	3.223.861	-	-	3.223.861
A- até A+	-	30.280.114	-	957.251	31.237.365
BBB- até BBB+	46.208.015	34.247.684	-	967.434	81.423.133
BB- até BB+	1.402.886	-	-	-	1.402.886
	47.610.901	71.406.453	-	1.924.685	120.942.039
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	5.788.507	-	5.788.507
AA- até AA+	-	7.192.187	2.244.746	-	9.436.933
A- até A+	-	72.067.334	32.560.816	6.244.429	110.872.579
BBB- até BBB+	23.012.340	74.303.757	16.120.679	5.522.668	118.959.444
BB- até BB+	24.508.136	103.234.800	-	-	127.742.936
B- até B+	17.581.393	4.265.819	-	-	21.847.212
Sem rating	-	-	106.696.722	51.456.375	158.153.097
	65.101.869	261.063.897	163.411.470	63.223.472	552.800.708
Outros emitentes					
AAA	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	-	19.427.581	-	-	19.427.581
	251.932.353	704.208.148	248.672.691	164.500.764	1.369.313.956

Classe de ativo	2021				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
<i>Corporate</i>					
A- até A+	-	2.389.432	-	1.401.876	3.791.308
BBB- até BBB+	47.713.505	79.980.358	14.813.763	99.849.922	242.357.548
BB- até BB+	40.150.371	105.362.327	17.534.039	32.529.719	195.576.456
B- até B+	-	2.816.262	2.405.449	1.905.730	7.127.441
<i>Sem rating</i>	41.511.798	4.800.219	7.228.363	43.285.466	96.825.846
	129.375.674	195.348.598	41.981.614	178.972.713	545.678.599
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.898.860	-	-	2.898.860
AA- até AA+	-	3.625.256	-	-	3.625.256
A- até A+	-	240.461	-	-	240.461
BBB- até BBB+	19.016.660	2.186.793	-	-	21.203.453
BB- até BB+	1.689.744	-	-	-	1.689.744
	20.706.404	8.951.370	-	-	29.657.774
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	3.007.913	-	-	3.007.913
A- até A+	-	23.565.002	114.647.801	53.169.906	191.382.709
BBB- até BBB+	983.858	18.746.933	15.277.101	3.470.983	38.478.875
BB- até BB+	48.481.072	80.747.043	-	-	129.228.115
B- até B+	20.837.116	5.370.296	-	-	26.207.412
	70.302.046	131.437.187	129.924.902	56.640.889	388.305.024
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	292.580	292.580
	-	-	-	292.580	292.580
	220.384.124	335.737.155	171.906.516	235.906.182	963.933.977

Classe de ativo	2022				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
<i>Corporate</i>					
AA- até AA+	-	5.136.762	1.128.376	736.645	7.001.783
A- até A+	-	48.018.495	43.523.658	259.861.414	351.403.567
BBB- até BBB+	9.742.903	343.507.756	398.432.532	468.224.011	1.219.907.202
BB- até BB+	12.638.100	86.288.290	177.258.785	62.849.104	339.034.279
B- até B+	5.640.180	-	5.045.333	15.317.152	26.002.665
Sem rating	511.641	-	-	27.901	539.542
	28.532.824	482.951.303	625.388.684	807.016.227	1.943.889.038
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	4.297.723	-	-	4.297.723
AA- até AA+	-	893.385	-	4.170.701	5.064.086
A- até A+	-	61.574.523	-	4.895.809	66.470.332
BBB- até BBB+	327.387.250	1.486.029.747	3.499.128	7.882.958	1.824.799.083
BB- até BB+	13.138.653	-	-	-	13.138.653
	340.525.903	1.552.795.378	3.499.128	16.949.468	1.913.769.877
Instituições Financeiras					
AAA	-	4.475.426	2.646.137	891.730	8.013.293
AA- até AA+	6.763.786	5.873.582	29.742.643	4.588.435	46.968.446
A- até A+	-	353.176.360	140.232.938	649.129.495	1.142.538.793
BBB- até BBB+	5.481.033	296.058.300	87.421.777	447.409.981	836.371.091
BB- até BB+	70.691.711	8.366.796	2.844.790	43.472.222	125.375.519
B- até B+	28.508.198	-	-	-	28.508.198
	111.444.728	667.950.464	262.888.285	1.145.491.863	2.187.775.340
Outros emitentes					
AAA	-	7.228.942	-	-	7.228.942
BBB- até BBB+	-	-	-	1.140.055	1.140.055
	-	7.228.942	-	1.140.055	8.368.997
	480.503.455	2.710.926.087	891.776.097	1.970.597.613	6.053.803.252

Classe de ativo	2021				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
<i>Corporate</i>					
AA- até AA+	-	4.819.984	1.474.051	951.795	7.245.830
A- até A+	-	55.593.570	55.005.514	280.736.632	391.335.716
BBB- até BBB+	-	385.094.728	350.703.034	600.718.632	1.336.516.394
BB- até BB+	-	106.017.117	197.229.656	325.103.183	628.349.956
B- até B+	5.848.320	-	18.175.746	7.824.485	31.848.551
Sem rating	23.753.992	-	-	22.773.293	46.527.285
	29.602.312	551.525.399	622.588.001	1.238.108.020	2.441.823.732
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	526.387	-	-	526.387
AA- até AA+	-	1.002.090	-	-	1.002.090
A- até A+	-	87.095.305	-	10.662.149	97.757.454
BBB- até BBB+	785.049.619	1.850.192.741	4.682.592	5.221.346	2.645.146.298
BB- até BB+	47.052.021	-	-	-	47.052.021
CCC- até CCC+	-	-	-	1.668.181	1.668.181
	832.101.640	1.938.816.523	4.682.592	17.551.676	2.793.152.431
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.892.837	1.892.837
AA- até AA+	17.242.848	11.105.497	33.768.787	4.639.396	66.756.528
A- até A+	-	355.233.967	160.261.850	891.958.581	1.407.454.398
BBB- até BBB+	-	348.603.982	75.269.042	523.245.595	947.118.619
BB- até BB+	69.593.457	9.120.796	4.441.373	156.636.648	239.792.274
B- até B+	35.740.946	-	-	-	35.740.946
CCC- até CCC+	-	-	-	25.228.644	25.228.644
	122.577.251	724.064.242	273.741.052	1.603.601.701	2.723.984.246
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	104.232	104.232
BBB- até BBB+	-	-	-	2.004.955	2.004.955
	-	-	-	2.109.187	2.109.187
	984.281.203	3.214.406.164	901.011.645	2.861.370.584	7.961.069.596

Classe de ativo	2022		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Governos e outras autoridades locais			
BBB- até BBB+	249.104.270	290.922.775	540.027.045
	249.104.270	290.922.775	540.027.045

Classe de ativo	2021		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Governos e outras autoridades locais			
BBB- até BBB+	341.039.300	481.225.988	822.265.288
	341.039.300	481.225.988	822.265.288

Periodicamente, a Companhia efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 39). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2022						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	11.474.811	19.179	(2.524.253)	3.275.880	1.424.476	-	13.670.093
Produtos vida risco	1.960.764	525.584	(878.503)	(902.444)	2.297.914	(227.395)	2.775.920
Ramo não vida							
Automóvel	9.086.709	760.128	669.181	94.407	112.946	(884.904)	9.838.467
Acidentes de trabalho	3.534.527	1.443.618	384.125	179.514	639.753	(1.137.932)	5.043.605
Assistência Animais Domésticos	7.192	95	42	(104)	124	-	7.349
Doença	9.828.286	5.010.478	129.858	192.363	905.138	(1.522.161)	14.543.962
Incêndio e outros danos	11.645.495	2.377.593	(534.086)	818.117	4.965.730	(451.613)	18.821.236
Transportes	1.478.038	16.231	67.414	56.959	31.775	(122.138)	1.528.279
Responsabilidade civil	3.093.273	(238.399)	1.383.044	(573.449)	3.798.315	(125.100)	7.337.684
Outros (Inclui Acidentes pessoais)	(2.471.220)	6.162.452	116.634	(588.724)	6.046.818	(460.952)	8.805.008
	49.637.875	16.076.959	(1.186.544)	2.552.519	20.222.989	(4.932.195)	82.371.603

	2021						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3.492.733	79.851	9.281.822	273.411	1.162.012	-	8.289.829
Produtos vida risco	1.638.614	254.024	150.758	(864.482)	1.178.501	(211.119)	2.146.297
Ramo não vida							
Automóvel	8.513.967	741.374	1.005.608	968.092	180.714	(2.479.818)	8.329.937
Acidentes de trabalho	3.987.250	2.169.947	2.187.256	370.120	725.520	(3.974.220)	5.465.873
Assistência Animais Domésticos	4.715	107	82	84	177	-	5.165
Doença	3.804.348	7.215.042	927.255	731.233	1.021.833	(1.519.689)	12.180.024
Incêndio e outros danos	11.069.038	760.440	1.079.473	1.052.061	4.320.039	(1.101.998)	17.179.052
Transportes	1.123.577	92.447	105.794	33.288	286.803	(156.724)	1.485.186
Responsabilidade civil	2.788.485	1.242.435	496.124	(1.124.601)	3.944.200	(634.755)	6.711.887
Outros (Inclui Acidentes pessoais)	2.362.952	(73.718)	77.114	1.613.765	4.735.001	(1.076.530)	7.638.584
	38.785.680	12.481.950	9.311.287	2.452.971	17.554.801	(11.154.855)	69.431.834

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fluxos de caixa previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2022									Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	267.048.385	-	-	-	-	-	-	-	-	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.585.630	12.755.446	30.134.743	19.320.123	292.930.014	777.443.099	191.826.285	262.548.591	1.277.966.012	2.872.509.944
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.451.920)	(88.451.920)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	87.059.079	157.628.431	215.722.078	705.754.775	2.281.345.718	1.941.619.626	1.080.442.228	257.228.942	1.375.086.725	8.101.887.602
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	131.650.737	665.419.215	11.185.971	43.608.190	118.314.425	93.349.925	68.781.800	-	-	1.132.310.262
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	190.504.207	-	-	-	-	-	-	-	-	190.504.207
	683.848.038	835.803.092	257.042.792	768.683.088	2.692.590.157	2.812.412.650	1.341.050.313	519.777.533	5.704.583.219	15.615.790.882
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	846.195	422	220.227	90.791	384.216	92.158	163.576	313.035	20.927.269	1.555.166.870
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	3.639.651	128.941.709	-	13.196.904	8.691.601	-	-	-	154.469.865
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	140.727	-	-	-	-	883.224	-	-	2.954.916	8.127.847.813
Depósitos recebidos de resseguradores	155.857	779.285	2.337.855	8.883.851	-	-	-	-	-	12.156.848
Outros passivos financeiros	673.381	-	-	10.814.164	8.235.539	2.242.643	1.574.142	-	-	23.539.868
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	210.080.829	-	-	-	-	-	-	-	-	210.080.829
	211.896.989	4.419.357	131.499.792	19.788.805	21.816.658	11.909.625	1.737.718	313.035	23.882.185	427.264.165

	2021									Total
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	267.048.385	-	-	-	-	-	-	-	-	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7.585.630	12.755.446	30.134.743	19.320.123	292.930.014	777.443.099	191.826.285	262.548.591	1.277.966.012	2.872.509.944
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	87.059.079	157.628.431	215.722.078	705.754.775	2.281.345.718	1.941.619.626	1.080.442.228	257.228.942	1.375.086.725	8.101.887.602
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	131.956.765	27.570.985	9.348.295	39.099.335	26.421	56.197	326.851	170.862	-	208.555.711
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	190.504.207	-	-	-	-	-	-	-	-	190.504.207
	684.154.067	197.954.862	255.205.116	764.174.233	2.574.302.153	2.719.118.922	1.272.595.364	519.948.395	5.793.035.139	14.780.488.251
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	27.683.767	34.220.580	31.172.338	126.139.892	414.956.325	230.608.846	248.504.986	246.206.988	21.650.327	1.381.144.049
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	146.977	110.010.441	877.647	132.230.476	45.214.605	23.859.178	299.248	-	-	312.638.571
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	249.663.346	270.213.408	323.999.760	820.020.259	2.543.908.403	1.616.390.118	1.224.918.087	551.743.121	4.286.718	7.605.143.221
Depósitos recebidos de resseguradores	188.425	376.850	565.275	182.018.447	-	-	-	-	-	183.148.997
Outros passivos financeiros	1.661.716	-	-	11.514.341	9.636.861	1.886.912	2.056.382	-	-	26.756.211
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	191.472.956	-	-	-	-	-	-	-	-	191.472.956
	470.817.186	414.821.279	356.615.019	1.271.923.415	3.013.716.194	1.872.745.054	1.475.778.703	797.950.110	25.937.046	9.700.304.004

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgações aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratar de contratos de futuros e *forwards* cambiais;
- Para o cálculo dos fluxos de caixa previsionais dos “Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos fluxos de caixa previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

	2022			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	266.831.084	217.301	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	3.139.982.402	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	930.338.058	445.362.497	2.492.206.239	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.633.071.452	451.660.880	-	6.084.732.332
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	713.277.866	-	79.276.342	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	190.504.207	190.504.207
	7.276.687.376	1.163.854.461	5.902.186.491	14.342.728.328
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.388.580.177	-	1.388.580.177
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	20.401.155	-	148.855.442	169.256.597
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.239.593.041	2.467.267.641	-	7.706.860.682
Depósitos recebidos de resseguradores	-	149.622.749	-	149.622.749
Outros passivos financeiros	-	23.541.553	-	23.541.553
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	210.080.829	210.080.829
	5.259.994.196	4.029.012.120	358.936.271	9.647.942.587

	2021			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	521.528.995	373.525	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	2.733.001.790	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	718.042.870	269.541.678	2.550.024.646	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.508.122.221	498.691.372	-	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	848.721.788	-	90.939.309	939.661.097
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	-	-	188.242.333	188.242.333
	9.074.886.879	1.289.762.045	5.562.581.603	15.927.230.527
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.563.822.728	-	1.563.822.728
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	69.373.031	-	243.265.540	312.638.571
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.256.681.998	1.760.269.964	-	8.016.951.962
Depósitos recebidos de resseguradores	-	130.146.691	-	130.146.691
Outros passivos financeiros	-	26.756.211	-	26.756.211
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	-	-	191.472.956	191.472.956
	6.326.055.029	3.480.995.594	434.738.496	10.241.789.118

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *basis points* (*bp's*), respetivamente, corresponde a:

	2022					
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
	+200 bp's	+100 bp's	+50 bp's	-50 bp's	-100 bp's	-200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.788.380)	(5.522.098)	(2.794.509)	2.864.768	5.803.496	11.919.850
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(376.546.756)	(202.080.090)	(105.521.882)	117.777.584	252.683.510	606.440.753
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(20.006.893)	(10.232.484)	(5.175.378)	5.297.593	10.721.509	21.965.589
	(407.342.029)	(217.834.672)	(113.491.769)	125.939.946	269.208.515	640.326.192
Passivo						
Outros passivos financeiros	849.049	430.558	216.818	(219.959)	(443.122)	(899.332)
	849.049	430.558	216.818	(219.959)	(443.122)	(899.332)

	2021					
	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação	Variação
	+200 bp's	+100 bp's	+50 bp's	-50 bp's	-100 bp's	-200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(23.222.803)	(11.974.590)	(6.082.559)	6.282.842	12.776.452	26.442.023
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(595.139.772)	(314.193.270)	(162.223.076)	175.546.269	368.943.939	839.837.385
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(91.430.834)	(46.747.191)	(23.640.172)	24.191.551	48.953.528	100.269.319
	(709.793.409)	(372.915.050)	(191.945.807)	206.020.662	430.673.919	966.548.727
Passivo						
Outros passivos financeiros	2.641.215	1.348.381	681.328	(696.009)	(1.407.118)	(2.876.391)
	2.641.215	1.348.381	681.328	(696.009)	(1.407.118)	(2.876.391)

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *bp's*, nas respetivas *yields*.

Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2022				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	253.991.995	-	438.243	12.618.147	267.048.385
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.708.301.797	24.932.979	0	406.747.626	3.139.982.402
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.318.301.036	347.600.659	174.010.055	27.995.044	3.867.906.794
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3.965.712.877	1.278.737.927	-	840.281.527	6.084.732.332
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	590.460.650	173.483.823	-	28.609.735	792.554.208
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	189.644.041	100.461	-	759.704	190.504.207
	11.026.412.396	1.824.855.851	174.448.298	1.317.011.784	14.342.728.328
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.388.580.177	-	-	-	1.388.580.177
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(662.754.906)	5.709.357	-	826.302.145	169.256.597
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.706.860.682	-	-	-	7.706.860.682
Depósitos recebidos de resseguradores	149.622.749	-	-	-	149.622.749
Outros passivos financeiros	23.541.553	-	-	-	23.541.553
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	207.699.114	2.381.715	-	-	210.080.829
	8.813.549.369	8.091.072	-	826.302.145	9.647.942.587
2021					
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	355.331.225	157.680.591	16.885	8.873.820	521.902.520
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.437.803.028	19.143.718	-	276.055.044	2.733.001.790
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.862.491.089	366.545.095	270.014.600	38.558.411	3.537.609.194
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.480.539.332	1.521.200.832	-	1.005.073.429	8.006.813.593
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	899.335.514	32.528.097	-	7.797.486	939.661.097
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	186.720.033	340.646	-	1.181.655	188.242.333
	12.222.220.220	2.097.438.978	270.031.485	1.337.539.845	15.927.230.528
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.563.822.728	-	-	-	1.563.822.728
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(734.216.564)	96.979.252	-	949.875.883	312.638.571
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.016.951.962	-	-	-	8.016.951.962
Depósitos recebidos de resseguradores	130.146.691	-	-	-	130.146.691
Outros passivos financeiros	26.250.704	-	-	505.508	26.756.211
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	188.627.088	1.772.649	-	1.073.218	191.472.956
	9.191.582.609	98.751.901	-	951.454.608	10.241.789.118

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

As rubricas “Outros devedores” e “Outros credores” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

46. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

46.1 Subscrição de riscos

Os princípios de aceitação de riscos são descritos na Política de Subscrição, aprovada a 24/01/2023, a qual responde aos requisitos estabelecidos para a gestão de riscos de subscrição no Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

A Política de Subscrição divide, num primeiro nível, os riscos em duas categorias:

- Riscos Não Aceitáveis: aqueles que, em situação alguma, a Companhia estará disponível para aceitar e que se encontram listados na Política;
- Riscos Aceitáveis: aqueles que a Companhia poderá aceitar, após a avaliação adequada das suas características, nas condições definidas por entidade com delegação para tal.

Tendo em conta a diversidade de tipologia de riscos, a subscrição e gestão de riscos aceitáveis encontra-se estruturada em dois tipos de aceitação:

- Subscrição técnica;
- Aceitação delegada nos Canais de Distribuição Internos e Externos.

O modelo de delegação de competências contempla até a um máximo de 12 níveis de aceitação (máximo de 9 níveis técnicos, que inclui Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição (CAAPS), 4 níveis de delegação nos canais comerciais internos e/ou 1 nível de aceitação delegada nos canais externos). No entanto, um processo de aceitação pretende-se ágil, pelo que, não deve ter intervenção de mais de 4 níveis. O processo deve, no entanto, garantir o conhecimento do risco por parte de todos os níveis da estrutura envolvida.

Cada nível de aceitação dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo tipo de aceitação de riscos, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada nos canais de distribuição internos e externos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro tipo de aceitação de riscos, o de Subscrição Técnica, corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira – e ao CAAPS, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio na estimação do risco técnico a todas as diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções de Negócio, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

46.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a seleção e revisão de condições da carteira de apólices, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

Com o objetivo específico de definir e rever as políticas tarifárias e ajustar critérios de delegação de descontos e gestão de carteira, realizam-se, com periodicidade tendencialmente mensal, reuniões em que participam membros da Comissão Executiva e responsáveis das áreas de Negócio, Comerciais, Operações, Marketing e *Pricing*.

46.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Companhia. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto

	2022			2021		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	322.748.709	0,79	0,78	287.758.197	1,07	1,05
Doença	416.723.349	0,93	0,91	389.552.103	0,95	0,94
Incêndio e Outros Danos	325.709.238	0,82	0,79	287.842.870	0,95	0,94
Automóvel	483.930.091	0,97	0,96	459.218.832	0,98	0,97
Marítimo	7.173.294	0,45	0,44	6.515.459	0,39	0,37
Aéreo	12.552.906	0,14	0,13	11.194.824	0,28	0,27
Mercadorias transportadas	9.278.194	0,60	0,58	7.807.781	0,63	0,62
Responsabilidade Civil Geral	65.572.054	1,04	1,03	62.147.268	1,20	1,19
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	96.190.255	0,57	0,56	87.576.814	0,67	0,65

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2022 e 2021 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas o grupo de ramos Marítimo, registou um agravamento do rácio em 17,5% todos os restantes grupos de ramos registaram um desagravamento dos seus rácios.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses apenas os prémios dos ramos Responsabilidade Civil Geral não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não vida antes de impostos, em 31 de dezembro de 2022, foram positivos em aproximadamente 116,15 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não vida, para o ramo Responsabilidade Civil Geral revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessária uma redução de 2,7% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada neste ramo.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

Uma vez que a provisão para riscos em curso (PRC) é calculada separadamente para cada geografia indicamos para cada uma a necessidade de constituição ou não desta provisão em 2022.

Em Portugal, à exceção dos ramos de Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2022, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração dos ramos.

Em Espanha, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para todos os ramos à exceção de Marítimo e Transportes, Aéreo e Diversos.

Em França, apenas o ramo de Incêndio e Outros Ramos necessitou que se constituísse PRC.

Foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2021 para todas as sucursais.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Companhia.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas. Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos fluxos de caixa futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,0% dos Prémios Brutos Adquiridos e 93,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a Companhia possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2022.

Rating	% Resseguradores	
	2022	2021
A -	7,7%	16,0%
A	34,6%	32,0%
A +	34,7%	16,0%
AA -	11,6	-
AA	3,8%	28,0%
AA+	3,8%	4,0%
Sem Rating	4,0%	4,0%

Existe uma resseguradora sem rating, com uma participação de 5% nos Ramos Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Automóvel e Acidentes de Trabalho.

Existe um tratado específico do tipo *Excess of Loss* para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 63.000.000 Euros e capacidade de 600.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,94% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 1.808 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2022, para sinistros ocorridos em 2021 e anos anteriores, foram pagos 377.042.912 Euros.

Em dezembro de 2022 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.431.144.449 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento positivo superior a 116,7 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2022, no valor de 1.314.398.059 Euros.

Para todos os ramos com exceção de Marítimo e Transportes e Diversos ocorreram reajustes negativos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que rondou os 60,3 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2021	Montantes Pagos no Exercício *	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2022 *	Reajustamentos
Acidentes e Doença	1.120.133.280	162.172.636	902.885.104	(55.075.540)
Incêndio e Outros Danos	164.554.499	79.725.074	81.279.147	(3.550.277)
Automóvel	386.604.856	114.354.177	211.956.131	(60.294.548)
Marítimo e Transportes	1.710.494	656.839	1.277.325	223.671
Aéreo	1.591.473	432.706	1.135.563	(23.204)
Mercadorias transportadas	4.776.874	3.406.799	2.719.231	1.349.157
Responsabilidade Civil Geral	118.816.335	9.996.453	104.840.614	(3.979.268)
Crédito e Cauções	265.405	(25.845)	269.564	(21.686)
Proteção Jurídica	30.535	0	0	(30.535)
Assistência	240.750	(35)	4.203	(236.582)
Diversos	9.462.862	6.324.109	8.031.176	4.892.424
	1.808.187.362	377.042.912	1.314.398.059	116.746.391

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Riscos de Seguros

A Companhia subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da Companhia e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A Companhia efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Companhia também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,34%
Despesa	+ 10%	0,69%
Revisão	4%	2,29%
Taxa de Juro	-1%	11,69%

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio. O impacto da análise de sensibilidade no resseguro corresponde ao efeito proporcional da atual cobertura de resseguro.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas de numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2022			2021		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Número de sinistros	+10%	84.234.290	(84.234.290)	(66.545.089)	54.770.770	(54.770.770)	(37.517.977)
Custo médio por sinistro	+10%	77.425.063	(77.425.063)	(77.425.063)	49.110.003	(49.110.003)	(33.640.352)
Reserva média	+10%	33.065.666	(33.065.666)	(33.065.666)	20.178.581	(20.178.581)	(13.822.328)
Longevidade	+10%	781.941	(781.941)	(781.941)	23.218.592	(23.218.592)	(15.904.735)
Longevidade	-10%	(1.728.550)	1.728.550	1.728.550	(23.915.918)	23.915.918	16.382.404
Taxa de desconto	+1%	(7.072.027)	7.072.027	7.072.027	(99.393.798)	99.393.798	68.084.751
Taxa de desconto	-1%	8.017.511	(8.017.511)	(8.017.511)	217.125.619	(217.125.619)	(148.731.049)

46.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirrisco Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarifação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, a Companhia tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Aviação, a Companhia tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário com um retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados com exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira da Companhia.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

46.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash *inflows* e *outflows*, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>
2023	152.373.659	117.831.123	0	13.971.032	13.760.042	202.445.499
2024	127.887.975	98.456.219	0	13.023.772	12.282.109	218.953.287
2025	117.128.908	89.909.350	0	12.211.817	10.952.123	168.359.157

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash *inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>	<i>Inflow</i>	<i>OutFlow</i>
2023	148.770.513	116.003.730	0	13.971.032	13.415.658	245.589.583
2024	117.858.420	92.374.521	0	13.023.772	11.371.794	240.061.657
2025	102.016.130	80.448.341	0	12.211.817	9.629.450	176.034.674

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade foram efetuadas para variações razoáveis dos pressupostos, com todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no passivo, resultado antes de imposto e capital próprio.

A correlação entre pressupostos terá um efeito significativo na determinação da provisão para sinistros, mas para demonstrar o impacto das alterações nos pressupostos as variáveis foram alteradas numa base individual. De referir que as alterações nos pressupostos não são lineares. A informação de sensibilidade também varia de acordo com a situação económica atual, principalmente devido ao impacto das alterações no custo intrínseco e no valor temporal das opções e garantias. Quando opções e garantias existem, elas são a principal razão para a assimetria de sensibilidades.

A análise de sensibilidade foi realizada para o negócio segurador em Portugal:

Pressupostos	Variação no pressuposto	2022			2021		
		Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio	Aumento/ (redução) nos passivos líquidos	Aumento/ (redução) no resultado antes de imposto	Aumento/ (redução) em capital próprio
Mortalidade	+10%	(5.345.239)	5.345.239	5.334.014	(5.625.517)	5.625.517	3.853.479
Mortalidade	-10%	6.046.731	(6.046.731)	(6.046.731)	6.362.429	(6.362.429)	(4.358.264)
Taxa de rendimento esperada	+0,5%	(10.504.256)	10.504.256	10.504.256	(10.868.333)	10.868.333	7.444.808
Taxa de rendimento esperada	-0,5%	13.694.052	(13.694.052)	(13.694.052)	16.274.772	(16.274.772)	(11.148.219)
Sinistros ocorridos não reportados	+10%	2.637.353	(2.637.353)	(2.637.353)	2.594.417	(2.594.417)	(1.777.176)

47. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stress. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de *Compliance*, Direção de Auditoria, Gabinete de *Capital Planning and Financial Optimization*, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (vida e não vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

48. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

C2 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

Certificação Legal de Contas Separadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a Companhia), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 15.453.474.676 euros e um total de capital próprio de 2.228.673.518 euros, incluindo um resultado líquido de 112.443.017 euros), a Demonstração dos Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral Separada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira separada da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro separado e os seus fluxos de caixa separados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões Técnicas do Ramo Vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado nas Notas 19 e 20 às demonstrações financeiras separadas, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões Técnicas do Ramo Vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 1.794 e 7.707 milhões de euros ("m€"), respetivamente,

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões Técnicas do Ramo Vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

representando cerca de 72% do total do passivo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e por representar uma estimativa significativa da gestão. Para a determinar, a gestão necessita de estabelecer pressupostos sobre eventos futuros, nomeadamente o momento e o valor da realização das responsabilidades para com os tomadores de seguros e o rendimento das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades.

Conforme divulgado na alínea e) da Nota 2.15, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em pressupostos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

relevantes na mensuração das provisões técnicas vida e valorização dos passivos financeiros;

- ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de fluxos de caixa futuros, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador; e
- ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras separadas sobre Provisões Técnicas do Ramo Vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

2. Mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 19 às demonstrações financeiras separadas, em 31 de dezembro de 2022, as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.782 m€ (13% do total do passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade por ramo da Companhia e representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões está incluída a estimativa das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requer a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente da taxa de

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das Provisões para Sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na mensuração das provisões para sinistros (não vida);
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a provisões para sinistros (não vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

desconto, tábua de mortalidade e despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.15).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras separadas e uma vez que se trata de uma estimativa significativa determinada com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

sinistros (não vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados nos anos anteriores e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador;

- ▶ Com o apoio dos nossos especialistas em cálculo atuarial, efetuaram-se testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no passivo da Companhia (automóvel e acidentes de trabalho), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no setor segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de acidentes de trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no setor segurador; e
- ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras separadas sobre Provisões para Sinistros (não vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

3. Valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 45, o ativo e passivo incluem Instrumentos Financeiros valorizados ao justo valor no montante de 9.953 m€ e 2.637 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 64% do total do ativo e 20% do total do passivo.

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas.

Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo da Companhia, ascendem a cerca de 1.508 m€ (10% do ativo) e 129 m€ (1% do passivo), respetivamente, os quais foram

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos Financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;
- ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico como nível 3 (Nota 45).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado às metodologias e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor; e

- ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

4. Imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras separadas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 incluem na sua demonstração da posição financeira separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, Líquido de imparidade, no montante de 3.140 m€, representando 20% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras das filiais (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospectiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração da imparidade em Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- ▶ Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- ▶ Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparação com dados externos. Teste aos cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e
- ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

5. Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com a abordagem de sobreposição prevista na IFRS 4 – Contratos de Seguros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>A Companhia aplica a IFRS 9 com abordagem de sobreposição, conforme prevista na IFRS 4, reclassificando entre os ganhos e perdas e outro rendimento integral uma quantia que tenha como resultado que os ganhos e perdas no final do período de relato para os ativos financeiros designados sejam os mesmos que se verificariam se a Companhia tivesse aplicado a IAS 39 aos ativos financeiros designados. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de ativos financeiros elegíveis para a aplicação da abordagem de sobreposição ascende a 837 m€ (Nota 5) e, para estes, a Companhia efetuou testes de imparidade como se a IAS 39 fosse aplicável e as perdas de imparidade são reconhecidas tendo por base indícios tais como, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.</p> <p>A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.</p> <p>O detalhe das políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados na Nota 2.4 do anexo às demonstrações financeiras separadas.</p>	<p>A nossa abordagem ao risco de distorção material na classificação e imparidade dos Ativos Financeiros, incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na imparidade dos ativos financeiros; ▶ Testes à elegibilidade dos ativos financeiros para aplicação da abordagem de sobreposição e testes à valorização e imparidade para uma amostra de instrumentos de capital, para assegurar a correta reclassificação das quantias entre ganhos e perdas e outro rendimento integral; ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; e ▶ Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre estas matérias nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos dos princípios contabilísticos aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- ▶ elaboração do Relatório Único Integrado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Único Integrado de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Único Integrado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Único Integrado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Em 29 de março de 2017, renunciámos ao mandato, compreendido entre 2015 e 2017, tendo sido nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março para o mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de junho de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 13 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**
Num. de Identificação: 11671014
Data: 2023.03.13 17:14:15+00'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório Único Integrado de Gestão que inclui o reporte sobre o governo societário, a informação não financeira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado individual apresentada pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório Único Integrado de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório Único Integrado de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, ~~14~~ de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL,



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Presidente



João Filipe Gonçalves Pinto – Vogal



Pedro Antunes de Almeida – Vogal

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2022

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 14 de março de 2023.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Presidente

João Filipe Gonçalves Pinto – Vogal

Pedro Antunes de Almeida – Vogal